

Álvaro Kasuaki Fujihara

Equivalência Tradutória e Significação

CURITIBA

2010

Álvaro Kasuaki Fujihara

Equivalência Tradutória e Significação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: José Borges Neto

Co-orientador: Mauricio Mendonça Cardozo

CURITIBA

2010

Agradecimentos

Aos professores José Borges Neto e Mauricio Mendonça Cardozo, por terem aceitado me orientar ao longo deste trabalho.

À Livy, pela ajuda com a revisão do texto final.

Aos amigos, pelo apoio (ou cobrança) durante o desenvolvimento algo tortuoso do trabalho.

Resumo: Embora figure no quadro teórico de diversos trabalhos, que por vezes partem dela para definir *tradução*, a noção de equivalência costuma receber formulações notadamente vagas. Além disso, por vezes encontramos a noção relacionada a uma postura *normativa* dentro dos estudos da tradução, tornando sua produtividade no âmbito dos Estudos da Tradução algo duvidosa. Apesar da falta de clareza nos termos em que o conceito é definido, dadas vertentes teóricas (como o Funcionalismo ou a Desconstrução) são categóricas ao afirmar que não é possível caracterizar a tradução em termos de relações de equivalência de qualquer tipo, questionando a possibilidade de se estabelecer uma tal relação entre dois textos ou porções de texto. Partindo de uma perspectiva essencialmente descritiva e de um instrumental teórico da Semântica da Teoria de Modelos, o presente trabalho pretende analisar a possibilidade e a produtividade heurística de um possível entendimento da noção de equivalência, tratada em termos estritamente semânticos e verificar inclusive as eventuais contribuições que o conceito pode dar ao entendimento do que significa *traduzir*.

Palavras-chave: *equivalência; teoria da tradução, semântica, teoria de modelos, significação.*

Abstract: Although used in the theoretical framework of many works - which often start from it to define what *translation* is, the notion of equivalence commonly receive very vague definitions. Moreover, we usually find the notion related to a *normative* perspective on translation, making its productivity in the field somewhat doubtful. In spite of the lack of clarity in the terms in which the concept is usually defined, some theoretical frameworks (such as Functionalism or Deconstruction) are categorical in stating that it is not possible to characterize translation in terms of relations of equivalence of any kind, questioning the very possibility of establishing such a relation between two texts or portions of text. Starting from an essentially descriptive perspective and from a theoretical framework of Model-Theoretic Semantics, the present work intends to analyze the possibility and the heuristic productivity of one possible understanding of the notion of equivalence, treated in strictly semantic terms and to verify the possible contributions the concept may give to the understanding of what it means *to translate*.

Key-words: *equivalence; translation theory; semantics; model theory; meaning.*



PARECER

Defesa de dissertação da mestrando ÁLVARO KASUAKI FUJIHARA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados JOSÉ BORGES NETO, CRISTINA CARNEIRO RODRIGUES e RODRIGO TADEU GONÇALVES arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“Equivalência tradutória e significação”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
JOSÉ BORGES NETO		A
CRISTINA CARNEIRO RODRIGUES		Aprovado
RODRIGO TADEU GONÇALVES		Aprovado

Curitiba, 12 de março de 2010

Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Coordenadora

Prof.ª Dr.ª Maria José Foltran
Coordenadora
Matrícula SIAPE: 0344084

Sumário

Introdução.....	6
1. Preliminares para um conceito de equivalência tradutória.....	17
1.1 Abordagens à noção de equivalência.....	17
1.1.1 Equivalência formal <i>versus</i> equivalência dinâmica: duas orientações básicas para o tradutor no modelo Nida.....	18
1.1.2. Equivalência textual e Correspondência formal: equivalência no modelo Catford.....	22
1.1.3. Uma abordagem descritiva da noção de equivalência: o modelo Toury.....	26
1.1.4. Traduzibilidade e equivalência: o modelo Koller.....	33
1.1.4.1. Tipos e graus de equivalência em Koller.....	38
1.2. Algumas críticas à noção de equivalência.....	44
1.3 Tipos de Equivalência.....	49
2. Equivalência Tradutória.....	53
2.1 Equivalência e Significação.....	53
2.2. Modelos de interpretação.....	72
2.3 Semântica e Pragmática.....	84
3. Semântica, Referência e Condições de Verdade.....	102
3.1. Mundos possíveis e intensionalidade.....	109
3.2 Tradução, Indeterminação e Significado.....	114
4. Equivalência Semântica.....	126
4.1 Equivalência semântica e pragmática como relações tradutórias.....	139
Conclusão.....	144
Referências Bibliográficas.....	147

Introdução

A discussão sobre equivalência em tradução certamente é uma das mais longas e controversas na área dos Estudos da Tradução. Utilizada como ponto de partida de várias teorias da tradução (notadamente teorias de base lingüística, ainda que não exclusivamente, como veremos), a noção de equivalência foi objeto de críticas severas de vários estudiosos da área, especialmente teóricos de formação desconstrucionista e funcionalista. No centro da discussão está a possibilidade de caracterizar tradução em termos de relações de equivalência, bem como a possibilidade de dois termos possuírem o mesmo significado em línguas diferentes. Enquanto os defensores da noção de equivalência a consideram a relação constitutiva da tradução, seus opositores se apóiam em um relativismo lingüístico que afirma que a língua desempenha um papel crucial na construção de interpretações da realidade e, portanto, línguas diferentes segmentariam a realidade de maneiras diferentes (*i.e.* construiriam modelos diferentes dela), sendo impossível haver o mesmo significado em línguas diferentes. Mais do que isso, a interpretação, entendida como um processo de *construção* de significados, não poderia jamais encontrar um mesmo resultado, nem mesmo quando comparadas as interpretações de indivíduos falantes de uma mesma língua, nem mesmo quando comparadas as interpretações de um mesmo indivíduo em dois momentos diferentes. Além disso, a noção de equivalência assume comumente um caráter fortemente normativo nas propostas em que ela figura, tornando-a alvo de repetidas críticas nas últimas décadas.

Embora se inclua aqui um comentário de algumas das propostas mais conhecidas sobre a noção de equivalência, um trabalho que procurasse abordar de forma exaustiva a bibliografia sobre o tema deveria necessariamente ser muito maior do que o espaço aqui dedicado a esse comentário. Uma empreitada como essa certamente demandaria um trabalho de muito mais fôlego e tomaria muito mais espaço do que a extensão total deste trabalho. Contudo, o objetivo da presente reflexão *não* é uma análise exaustiva da bibliografia sobre o tema, nem uma análise detalhada das críticas feitas a cada um dos trabalhos que emprega uma ou outra noção de

equivalência. Ainda que tratemos de todas essas abordagens sob o mesmo rótulo, ela evidentemente assume um caráter diferente em cada um dos quadros teóricos em que ela figura. Além disso, uma das críticas mais recorrentes às diversas formulações do conceito de equivalência é seu caráter evasivo, muito mais pressuposto do que propriamente definido. Somem-se a isso as diversas críticas de vertentes teóricas mais recentes, que declaradamente procuram romper com qualquer noção de equivalência em tradução, e o quadro resultante é bastante desanimador para se abordar a questão da equivalência, senão como um tema para ser tratado em um trabalho de muito mais fôlego do que este e talvez numa etapa acadêmica posterior.

A situação em que apresento este trabalho não poderia ser mais diferente, e a proposta apresentada certamente deverá soar como extremamente pretensiosa. Pretendo aqui apresentar uma proposta de definição para o conceito de equivalência em tradução, partindo de um instrumental teórico da Semântica da Teoria de Modelos, bem como analisar algumas das conseqüências teóricas dessa proposta. A noção de equivalência deverá ser apresentada como uma noção essencialmente *descritiva* e *heurísticamente produtiva*. Não faremos longas resenhas de outros trabalhos sobre equivalência, e certamente as leituras apresentadas aqui estão muito aquém de abarcar o todo ou mesmo a maior parte das considerações feitas sobre a questão. Para agravar mais ainda a situação, essa discussão, além de extremamente longa (e cansativa, talvez alguns desejassem acrescentar), já foi acusada de ser extremamente infrutífera, paralisando e consumindo esforços de pesquisadores da área, não devolvendo nada ou quase nada de útil em troca. Para uma parte razoável das vertentes teóricas contemporâneas, a busca por equivalências na tradução é uma tarefa fadada ao fracasso, uma impossibilidade. Por que então insistir em retomar essa discussão, especialmente quando o panorama é tão pouco convidativo?

A aposta na produtividade teórica da noção de equivalência parte da intuição de que deve haver algo comum entre um original e uma tradução, capaz de caracterizar a relação entre os dois textos como uma relação tradutória. E talvez a produtividade da noção de equivalência esteja justamente na tentativa de encontrar esse algo. Não se trata, é claro, de procurar reafirmar

uma lógica que entende que a tradução é “o original em outra língua”, uma mera troca de códigos e nada mais, nem tampouco de desconsiderar as inúmeras diferenças entre original e tradução, necessariamente implicadas no processo tradutório. Mas, ainda que consideremos a tradução como um outro texto, escrito em outra língua e distante tanto temporal quanto culturalmente do original, deve haver necessariamente algo partilhado entre original e tradução, algo que permita identificar dado texto como tradução deste ou daquele texto. Não se trata de um postulado normativo, uma tentativa de afirmação de um modo ou modos corretos ou ideais de tradução, ou de promover o apagamento das diferenças entre original e tradução. Trata-se antes de entender que, ainda que o tradutor disponha de uma quantidade virtualmente ilimitada de possíveis soluções para qualquer problema de tradução, algumas opções não estão disponíveis. Ainda que o tradutor seja o autor do texto traduzido e como tal desfrute de total liberdade para colocar o que quiser no papel, a depender das suas escolhas, aquilo que ele faz pode não ser mais considerado tradução. Em algum ponto num *continuum* de diferenças entre dois textos, ultrapassamos o limite daquilo que consideramos como tradução e aquilo que consideramos como intertextualidade, adaptação e demais tipos de produção textual. É claro que esse limite não é facilmente traçável, devendo certamente haver uma penumbra entre aquilo que claramente é tradução e aquilo que claramente não o é, um espaço em que não é claro se estamos no domínio da tradução ou não. Mas, a despeito disso, em dados casos temos intuições bastante claras e podemos afirmar com segurança que determinado texto é ou não é uma tradução. Assim, embora possamos discutir se *O Santo e a Porca* de Ariano Suassuna é uma tradução da *Aulularia* plautina, dificilmente teríamos dúvidas em afirmar que *A Comédia da Marmita*, tradução de Walter Medeiros da comédia de Plauto, é certamente uma tradução. De modo similar, dificilmente pensaríamos em considerar o catálogo da programação da TV a cabo como uma tradução da comédia plautina. E talvez seja possível caracterizar o que há de comum entre dois textos e que permite identificá-los como traduções em termos de relações de equivalência.

Um risco inicial que se apresenta é que uma tal caracterização possa ser muito estreita, acabando por deixar de fora determinados textos que, ainda que não sejam prototipicamente traduções, ainda assim sejam amplamente

considerados como traduções. A noção de equivalência neste trabalho não deve ser entendida como um postulado de igualdade absoluta entre original e tradução. Em princípio, considerar uma tradução como um texto autônomo (no sentido de que ela é lida muitas vezes sem nenhuma referência ao original) não exclui a possibilidade de abordar a tradução por meio de um instrumental teórico que inclua noções de equivalência. Considerar a tradução como *recriação* ou *reescritura* não é necessariamente incompatível com o conceito de equivalência em tradução, desde que não usemos um conceito muito restrito de equivalência. Se obtivermos sucesso nessa tarefa, talvez a noção de equivalência possa nos ajudar a evitar um outro risco, oposto a um conceito de tradução muito estreito – o de um conceito de tradução inclusivo demais. É necessário distinguir entre o que de fato entendemos por tradução e outros tipos de práticas textuais de reescritura ou recriação, como resumos, resenhas, comentários, etc.

Esse parece ser um risco a que se presta consideravelmente menos atenção na área dos Estudos da Tradução, e por vezes apenas o fato de um dado objeto de estudo ser passível de ser abordado por um referencial teórico da tradução parece ser o suficiente para que se considere um dado fenômeno como tradutório. Há mesmo um movimento declarado de expansão do objeto de estudo da área nos últimos anos. Mas, a despeito da produtividade de se abordar um dado fenômeno por uma perspectiva teórica calcada na tradução, isso por si só não basta para que consideremos um fenômeno como tradutório. O fato de podermos explicar virtualmente qualquer comportamento por meio de uma perspectiva astrológica não é garantia de que de fato os fatores determinantes no comportamento em questão sejam de fato astrológicos. Não há, é claro, um meio mecânico e completamente objetivo de determinar quais os fatores determinantes em um dado fenômeno ou que tipo de textos são *de fato* traduções. Nem desejo advogar aqui uma forma incontestada e completamente objetiva de caracterização do que seja tradução. Mas me parece desejável que uma teoria, modelo ou reflexão sobre a natureza da tradução, além de não ser por demais exclusiva, também inclua um critério que exclua ao menos os casos que são claramente não tradutórios. Divergências sobre o limite entre o que deve ou não ser considerado como tradução são não apenas esperadas, mas também absolutamente naturais, e fazem parte dos

desafios com que o pesquisador da área tem de lidar. Não obstante, uma boa teoria ou modelo deve procurar caracterizar da forma mais precisa possível o fenômeno tradutório, e isso significa, ao menos em alguma medida, identificar o que há de característico na tradução e que nos permite distinguir entre uma relação tradutória e um outro tipo qualquer de relação intertextual. É aqui onde a noção de equivalência tradutória pode fazer sua contribuição. Uma definição suficientemente ampla e que ao mesmo tempo não seja inclusiva demais pode nos ajudar a esclarecer com mais precisão o que significa traduzir.

Contudo, essa problemática de demarcação entre fenômenos tradutórios e não-tradutórios não chega a ser uma questão para a prática ou a crítica de tradução, e provavelmente nem mesmo para muitos teóricos da área. Afinal, não temos nenhum problema em reconhecer uma tradução quando vemos uma, e talvez essa discussão possa contribuir muito pouco para o desenvolvimento da área. No entanto, essa problemática se coloca em decorrência da perspectiva adotada: uma perspectiva essencialmente teórica, que procura abordar a tradução enquanto fenômeno a ser explicado. Entender a tradução dessa forma significa, dentre outras coisas, também explicitar esse tipo de conhecimento intuitivo que temos a respeito da tradução. Embora de um ponto de vista intuitivo não tenhamos problemas para identificar uma tradução, essas intuições devem ser incorporadas e explicadas dentro de um quadro teórico. O presente trabalho parte do desejo de analisar e sistematizar esse tipo de conhecimento implícito, e não parece de todo descabido entender que esse tipo de abordagem se interessa por uma parte legítima do *explanandum* dos Estudos da Tradução. As reflexões que como esta partem dessa perspectiva podem não ser as mais produtivas para a prática da tradução, a crítica ou o modo como as traduções são recebidas, mas nem por isso são menos legítimas.

Portanto, a perspectiva adotada será uma perspectiva exclusivamente teórica da tradução. Isso significa que muito pouco, provavelmente nada, do que possa ser dito neste trabalho vá ter qualquer relevância para o modo como os tradutores traduzem, ou o modo como as traduções são recebidas por seu público. A tarefa que nos colocamos é analisar em que medida a proposta particular para conceito de equivalência semântica aqui esboçada pode ser produtiva como um dispositivo para esclarecer determinados aspectos do

fenômeno tradutório. Assumiremos, ao longo deste trabalho, uma divisão entre teoria e prática tradutória, tratando as duas como coisas diferentes, ainda que relacionadas. Essa divisão vai algo na contramão das tendências contemporâneas na área, e certamente está longe de ser ponto pacífico. Contudo, apresentar uma justificativa para essa divisão demandaria, por si só, um trabalho para isso, o que certamente não seria cabível nos limites da presente proposta. Assumiremos, então, como pressuposto essa divisão, principalmente por acreditar que ela poderá ajudar a tornar mais claro o ponto que desejamos analisar.

Ainda que aposte na produtividade da noção de equivalência e na possibilidade de caracterização do fenômeno tradutório em termos de relações de equivalência, a proposta deste trabalho é consideravelmente mais restrita e ficará certamente muito longe de uma caracterização completa das relações de equivalência possíveis e, portanto, não será suficiente para separar de forma eficiente fenômenos tradutórios de fenômenos não tradutórios. Embora possa soar completamente pretensiosa (e talvez o seja), a proposta deste trabalho é consideravelmente mais modesta. Antes de enveredar por todas as intrincadas discussões sobre a noção de equivalência em todos os âmbitos possíveis nos Estudos da Tradução, ou de propor um modelo que pretenda dar conta de explicar os diversos aspectos envolvidos no processo de tradução, nos restringiremos a sondar os aspectos semânticos envolvidos na significação e seu papel na tradução. Acreditamos que é do instrumental teórico escolhido que se pode esperar alguma originalidade da contribuição oferecida, se é que se pode esperar alguma. Partindo de um referencial teórico baseado na Semântica da Teoria de Modelos, este trabalho se dedica a esboçar uma resposta para a pergunta sobre se é possível que duas palavras, frases ou textos tenham o mesmo significado em línguas diferentes, uma pergunta que deverá ser relativizada no decorrer da reflexão desenvolvida. Embora a área dos Estudos da Tradução tenha eventualmente recebido algumas contribuições de algumas subáreas da Lingüística, como a Lingüística Contrastiva e a Lingüística Textual, e alguns autores tenham assimilado reflexões de autores da área (como Saussure, por exemplo) desconhecemos qualquer tentativa de focar a questão da tradução partindo desse referencial teórico (o que, é claro, pode sempre apontar mais para a ignorância do autor do que propriamente

para um nicho inexplorado). Tomando como ponto de partida um referencial semântico, teremos muito pouco a dizer sobre outros aspectos do fenômeno tradutório afora a significação, além de restringir significativamente o espectro dessa última: ainda que arrisquemos alguns comentários procurando um diálogo com a pragmática, esses comentários procuram muito mais delinear o lugar da semântica no processo de interpretação do que propriamente abordar a questão da possibilidade ou impossibilidade de haver equivalência no nível pragmático. Isso significa que, à diferença de propostas como as de Nida e Catford, que se propõem um modelo teórico que explique a tradução ou que possa auxiliar o tradutor em sua tarefa, os objetivos deste trabalho são mais modestos. Não pretendemos propor aqui um modelo ou uma teoria que vise explicar os diferentes aspectos do fenômeno tradutório, ou mesmo servir de guia para auxiliar o tradutor em seu processo de decisão.

Contudo, talvez se possa considerar que os aspectos deixados de fora desta reflexão, aspectos históricos, culturais e sociais, são de longe os mais interessantes e relevantes para a tradução, tanto enquanto prática quanto enquanto campo de investigação. Os aspectos da significação escolhidos podem significar muito pouco, se vierem a significar alguma coisa, para o quadro mais geral. Embora nós não desejemos aqui negar a importância desses aspectos para os Estudos da Tradução de modo geral, é certamente a crença na produtividade (teórica) da abordagem e do recorte escolhido que move a reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho. Não é necessário, contudo, entrar em acordo sobre quais aspectos são mais ou menos importantes, mais ou menos interessantes para se compreender as diversas facetas do fenômeno tradutório para seguir adiante. Basta assumir que há um aspecto que diz respeito ao significado semântico das expressões, das frases e das palavras, e que esse aspecto desempenha um papel, por menor que seja, para a compreensão da tradução enquanto fenômeno. Esses aspectos podem não ser os mais centrais, nem os mais interessantes, mas nem por isso, em nosso entendimento, devem ser deixados de lado. Uma vez que mesmo assumir a existência desse aspecto é algo controverso, procuraremos argumentar ao longo do trabalho em favor de se considerar sua existência.

Além disso, excluir outros aspectos que não os lingüísticos da presente reflexão não significa negar sua existência, nem sua importância, e isso deve

ficar claro. A abordagem adotada neste trabalho se pretende claramente científica, e isso significa assumir certas divisões epistemológicas. Teremos muito pouco a dizer sobre aspectos históricos, sociais e culturais ao longo deste trabalho basicamente porque a ferramenta escolhida para tratar do tema não é uma ferramenta adequada para tratar dessas questões. Mas de modo algum a abordagem proposta é incompatível com o estudo desses aspectos (ou ao menos assim nos parece) – da mesma forma que assumir a existência de um nível lingüístico abstrato, composto por regras, e analisá-lo sem referência ao contexto não implica negar a existência da história, das culturas e das ideologias, também a abordagem proposta para a questão da equivalência semântica aqui esboçada não pretende negar a existência desses aspectos ou seu papel na compreensão do fenômeno tradutório. Não parece de todo absurdo assumir que nem tudo que há para ser explicado nos Estudos da Tradução deva ser feito com referência ao contexto histórico-cultural. Mais do que isso, sendo capazes de distinguir em que pontos o contexto desempenha um papel e em que pontos ele não desempenha, talvez possamos ser capazes de entender melhor que tipo de contribuição o contexto faz em cada situação e evitar um possível risco de acabar por banalizar a noção de contexto.

No entanto, mesmo a possibilidade de estudar um nível lingüístico em abstração dos demais aspectos pode ser questionada. Afinal, deixar de lado todos esses outros aspectos significa operar uma redução em nosso objeto de estudos, e talvez estejamos tentando separar aspectos que ao fim e ao cabo sejam indissociáveis, sendo qualquer tentativa de separá-los uma mera abstração, um construto teórico enviesado por nossa perspectiva e nossos pressupostos. Inegavelmente adotar uma perspectiva que procure ater-se exclusivamente a um dado aspecto necessariamente operará uma redução, um recorte sobre o objeto de estudos a ser analisado. O resultado desse recorte será também uma abstração construída a partir de determinados aspectos do fenômeno, e uma abordagem desse tipo claramente será incapaz de dar conta do fenômeno analisado em toda a sua complexidade. Contudo, esses são problemas que qualquer teoria, modelo ou perspectiva tem de enfrentar – qualquer reflexão teórica precisa necessariamente enfrentar a impossibilidade de abarcar cabalmente seu objeto de estudos e a necessidade de operar um recorte sobre ele. Nesse sentido, não há diferença essencial entre uma

perspectiva científica e uma não-científica, ainda que cada abordagem apresente um modo particular de lidar com essas questões. Mas, independentemente da estratégia adotada para lidar com essa problemática, o produto final será igualmente um objeto abstrato, construído a partir de uma determinada perspectiva e de determinados pressupostos teóricos. Popper (1981 [1963]) chama a atenção para essa situação no que diz respeito a abordagens científicas – não há um método mecânico, infalível, que nos permita verificar a veracidade de uma teoria, não há um método para saber se nossa construção teórica a partir de um dado fenômeno é idêntica ao fenômeno *real*. É certo que toda teoria ou reflexão busca se aproximar o máximo possível de uma caracterização adequada de seu objeto de estudos, mas não há nenhuma garantia de que isso venha a acontecer. No que diz respeito a todas essas questões, não há diferença entre uma perspectiva científica e uma perspectiva não-científica.

Mas há, é claro, características bastante específicas de uma abordagem que se pretenda científica. De modo geral, os recortes operados sobre o objeto de estudos são marcadamente mais específicos, uma estratégia que traz consigo determinadas vantagens e determinadas desvantagens. Não é do nosso interesse aqui por na balança vantagens e desvantagens dessa estratégia, nem é do nosso interesse apresentar uma perspectiva científica como mais adequada ou produtiva. Antes disso, parece ser mais interessante chamar a atenção para o fato de que, independente da perspectiva adotada, sempre é possível acrescentar algo às discussões em andamento, por menor que seja o acréscimo feito, ou, se isso não for possível, ao menos reformular algumas questões já conhecidas e talvez apresentar algumas novas. Seja como for, parece muito mais interessante empreender um esforço no sentido de tentar apresentar a perspectiva adotada neste trabalho, com seu recorte bastante específico e suas pretensões à cientificidade, como uma perspectiva que *também* pode acrescentar algo às discussões no âmbito dos Estudos da Tradução, a despeito de um certo receio que parece haver na área no que diz respeito a um afã científico que marcou a década de 70, com os primeiros

trabalhos oriundos da lingüística que se debruçaram sobre a questão da tradução.¹

A proposta apresentada deverá privilegiar os aspectos semânticos envolvidos no fenômeno tradutório, mas deverá também apontar para outras questões (*i.e.* possibilidades de equivalência em outros níveis), na medida em que procura considerar a possibilidade de definir tradução em termos de relações de equivalência, que nem sempre se dão em um nível semântico. Entendendo a tradução nem como igualdade absoluta de valores, nem como completa diferença, a proposta a ser apresentada trata a equivalência como uma noção *gradual*. Isso significa que não se trata de julgar se um termo é equivalente a outro ou não, mas de ser capaz de julgar *em que grau* esses termos são equivalentes. A caracterização da noção de equivalência como predicado gradual se beneficiará da discussão do tema da *vagueza*, na forma como ele vem sendo desenvolvido na filosofia da linguagem e na semântica, procurando um tratamento formal na *fuzzy set theory*.

No capítulo 1 consideraremos o trabalho de alguns autores que utilizam a noção de equivalência em seus quadros teóricos, analisando a forma como a questão é tratada, considerando problemas e vantagens dessas abordagens. Os autores a serem analisados serão Eugene Nida, John Catford, Gideon Toury e Werner Koller. Apresentaremos também alguns requisitos que o conceito de equivalência delineado neste trabalho deve cumprir, tendo em vista os problemas levantados nas outras propostas, bem como algumas críticas feitas à noção na literatura sobre o tema.

O capítulo 2 apresentará uma discussão sobre diferentes formas de se entender a interpretação e sua relação com a possibilidade ou impossibilidade de se postular uma noção de equivalência. Procuraremos estabelecer uma compreensão sobre a natureza da significação que sirva de base para a proposta da noção de equivalência a ser defendida neste trabalho. Num primeiro momento, discutiremos a maneira como a significação é entendida por teóricos de formação desconstrucionista, apresentando algumas críticas a ela. Passaremos, então, a uma apresentação do modelo de interpretação proposto por Dascal (2006). Consideraremos, a seguir, diferentes propostas para a

¹ Ver os comentários sobre os modelos de Nida e Catford, adiante (itens 1.1.1 e 1.1.2).

separação entre semântica e pragmática (incluindo a de Dascal), a fim de procurar esclarecer de modo mais preciso qual o lugar da semântica no processo de interpretação.

O capítulo 3 introduzirá brevemente alguns conceitos da Semântica da Teoria de Modelos, o modelo semântico que adotaremos ao longo deste trabalho. Discutiremos também a questão da indeterminação do significado, elaborada por Quine (1960) e discutida por Davidson (1984), e suas conseqüências para a interpretação e para a noção de equivalência em tradução.

O capítulo 4 abordará a questão da equivalência propriamente dita, procurando apresentar uma definição formal para o conceito e buscando uma caracterização que permita tratar a equivalência como uma noção *gradual*. Apresentaremos uma proposta de construção de um critério formal para a noção de equivalência partindo de um critério extensional, e procurando expandi-lo através de uma contraparte intensional para esse critério. Consideraremos, para essa discussão, uma teoria *fuzzy* de conjuntos, a fim de dar conta da possibilidade de diferentes graus de equivalência entre dois termos. Por fim, discutiremos brevemente a forma como poderíamos utilizar a noção de equivalência para clarificar os limites do que entendemos por tradução.

1. Preliminares para um conceito de equivalência tradutória

1.1. Abordagens à noção de equivalência

Embora a noção de equivalência em tradução eventualmente figure no quadro teórico de algumas abordagens dos Estudos da Tradução, o conceito permanece bastante vago, ainda carecendo de critérios mais claros e definições mais precisas. Como aponta Rodrigues (2000), mesmo abordagens que partem da noção de equivalência para definir o que se entende por tradução padecem dessa falta de clareza quando se trata de apresentar critérios para definir o conceito de equivalência. São exemplos desse caso os modelos de Eugene Nida (1964; 1969) e John Catford (1980), ambos modelos calcados na lingüística: para Nida, traduzir é “a produção de mensagens equivalentes” (1969, p.12), enquanto para Catford é “a substituição de material textual numa língua (LF [língua fonte]) por material textual equivalente em outra língua (LM [língua meta])” (p. 22).

De uma outra perspectiva, de base semiótica, também Gideon Toury (1980; 1995) inclui a noção de equivalência no quadro teórico de seu modelo - em um primeiro momento, partindo da noção para definir tradução, uma posição revista em sua obra posterior. Em seu trabalho posterior, Toury considera que qualquer texto apresentado como tradução, tenha ele sido escrito a partir de um original ou não, deve ser considerado como objeto dos Estudos da Tradução.² Apesar disso, Toury demonstra um interesse explícito em manter o conceito de equivalência em seu modelo.

Também de uma perspectiva lingüística, a noção de equivalência ocupa um lugar central no modelo de Werner Koller (1995). O autor se debruça longamente sobre a questão da equivalência, por ele caracterizada como “a relação constitutiva da tradução” (p.189). No que se segue, apresentaremos

² O conceito é bastante amplo (talvez amplo demais), incluindo também pseudo-traduições, o que talvez acabe inchando demais o objeto de estudo da área. Se levarmos o critério a sério, virtualmente qualquer texto pode ser considerado objeto de estudo da área, bastando para isso que ele seja apresentado como tradução por seu autor. Essa opção metodológica, embora possa ter como vantagem uma ampliação dos horizontes da área, ela pode ter como consequência uma perda do foco nas relações especificamente tradutórias, *i.e.* daquilo que caracteriza um dado texto como um tradução e o distingue de um outro tipo qualquer de produção textual.

brevemente as propostas desses quatro autores, considerando a produtividade de suas abordagens em relação ao conceito de equivalência em tradução.³

1.1.1. Equivalência formal versus equivalência dinâmica: duas orientações básicas para o tradutor no modelo Nida

Nida (1964; 1969) distingue entre dois tipos fundamentais de equivalência em tradução: a equivalência formal e a equivalência dinâmica, que, segundo o autor, são as duas orientações básicas que podem ser seguidas por um tradutor (ainda que haja diferentes graus de adesão a uma orientação ou outra). Nida não apresenta nenhuma definição mais ampla de equivalência – uma definição que seja comum tanto à orientação formal quanto à dinâmica –, com exceção de uma menção em um glossário de termos técnicos, em que o autor define o termo como “uma similaridade muito próxima em significado, oposta à similaridade em forma” (NIDA & TABER, 1969, p. 200). Contudo, essa definição mais ampla de equivalência entra em conflito com sua definição de equivalência dinâmica, parecendo ser mais uma definição de equivalência formal do que qualquer outra coisa, como veremos adiante. Ao invés disso, o autor apresenta definições distintas de equivalência formal e equivalência dinâmica, tratando os dois conceitos como duas coisas separadas. Mesmo esses dois tipos de equivalência não são explicados muito detalhadamente, sendo apresentados como duas “orientações” que o tradutor pode adotar.⁴ Segundo Nida,

a equivalência formal foca a atenção sobre a mensagem em si, tanto em forma quanto em conteúdo. Em uma tal tradução está-se interessado em correspondências como poesia-poesia, sentença-sentença e conceito-conceito. Vista dessa orientação formal, a preocupação é que a mensagem na língua receptora deva coincidir tanto quanto possível com os diferentes elementos na língua fonte. (1964, p. 159)

³ Não apresentaremos, contudo, uma discussão detalhada dos modelos propostos por cada um desses autores. Ao invés disso, focaremos nossa atenção centralmente na questão do modo como os autores trabalham a noção de equivalência e, desse modo, os comentários que se seguem não se pretendem uma apresentação completa dos modelos abordados.

⁴ Cf. Rodrigues (2000, p. 65).

Ao procurar assumir essa orientação, um tradutor procuraria reproduzir alguns elementos formais, como unidades gramaticais, consistência no uso de termos e significado em termos de contexto de origem. Algumas estratégias para buscar a equivalência formal incluiriam traduzir substantivos por substantivos, verbos por verbos, etc., manter a estrutura das frases (*i.e.* não agrupar duas frases diferentes ou segmentar uma mesma frase) e preservar os indicadores formais como pontuação, parágrafos, etc. Além disso, uma vez que esse tipo de estratégia pode acabar gerando uma tradução em diversos aspectos pouco inteligível, o tradutor normalmente faria uso de notas explicativas para esclarecer essas dificuldades.

No que diz respeito ao significado, o autor propõe uma estratégia baseada em uma gramática transformacional, em que o tradutor reduziria uma frase a seu *núcleo* para então transferi-lo para outra língua. De acordo com Nida, é

mais eficiente cientificamente e na prática: (1) reduzir o texto-fonte em seus núcleos estruturalmente mais simples e mais evidentes semanticamente. (2) transferir o significado da língua-fonte para a língua receptora em um nível estruturalmente mais simples; e (3) gerar a expressão estilística e semanticamente equivalente na língua receptora. (1964, p. 68)

Contudo, o autor não apresenta nenhuma definição clara do que sejam os núcleos - não se trata de uma estrutura profunda nos moldes da gramática gerativa (ainda que o autor se baseie no modelo chomskiano de gramática gerativo-transformacional), nem nenhuma espécie de forma lógica. O uso que o autor faz do conceito de núcleo mostra que ele está meramente interessado em produzir paráfrase das sentenças usadas como exemplo, reduzindo-as a três classes de formas estruturais “mais simples”: palavras-objeto (normalmente representadas por substantivos), palavras-evento (em geral representadas por verbos), palavras-entidades-abstratas (adjetivos, advérbios ou “verbos especiais”, “de acordo com o espírito da língua”).

A classificação nas três categorias é, contudo, bastante arbitrária, sobretudo no que diz respeito ao que o autor entende por uma forma “estruturalmente mais simples”. Um exemplo analisado pelo autor é a redução do sintagma “*sons of disobedience*” à forma “*sons who disobey*”, em que o autor “reduz” um sintagma nominal a uma oração relativa, sem apresentar nenhuma justificativa para que se considere a segunda como mais simples que a primeira.

Além disso, mesmo dentro dos limites da equivalência formal parece haver opções conflitantes para um tradutor, em especial no que diz respeito a manter o significado de uma expressão em termos de seu contexto de origem. Estratégias como manter a estrutura sintática de uma oração, ou mesmo traduzir sistematicamente uma determinada palavra por outra na língua de chegada podem ser opções inviáveis, se o tradutor tem em vista manter o sentido da expressão de origem - todos os casos de polissemia ou homomorfismo seriam problemáticos, sem mencionar a situação da poesia, em que escolher entre o conteúdo e a adequação a um determinado esquema métrico é uma questão freqüente para o tradutor.

A equivalência dinâmica, por sua vez, seria baseada numa tentativa de reproduzir no leitor do texto de chegada um efeito semelhante ao produzido no leitor do texto de partida. De acordo com Nida, nesse tipo de tradução o interesse “não é fazer coincidir a mensagem da língua do receptor com a mensagem da língua fonte, mas a relação dinâmica, que a relação entre receptor e mensagem seja substancialmente a mesma que a que existiu entre os receptores originais e a mensagem” (1964, p. 129). Uma tradução orientada à equivalência dinâmica procuraria a completa naturalidade de expressão, procurando provocar no público da tradução efeitos semelhantes aos provocados no público do texto de partida. Segundo o autor, esse tipo de tradução também pode ser definido como uma busca pelo “equivalente natural mais próximo da mensagem da língua-fonte”. Esse tipo de orientação é claramente favorecido por Nida, que parece considerá-lo como de longe o mais adequado.⁵ Nida aparentemente está preocupado não em descrever a

⁵ Nida faz questão de ressaltar que uma tradução orientada à equivalência formal pode ser perfeitamente adequada, mas em *The Theory and Practice of Translation* (1969) sua preferência pela equivalência dinâmica fica clara. Ver, por exemplo, a hierarquia de

tradução enquanto fenômeno, mas em estabelecer princípios que orientem a prática tradutória “adequada”. Parece sintomático que em um item intitulado “Definições de Tradução” Nida se questione apenas a respeito das definições acerca do que é uma tradução *adequada* (1964, p. 131).

Esse parece ser o problema central no modelo Nida: o autor parece não estar interessado em abordar questões de tradução de modo geral, mas sim em advogar um certo modo de tradução, apontado por ele como o mais adequado. Como consequência, o potencial explicativo do modelo do autor é bastante limitado. É claro, não queremos dizer com isso que há um problema em apresentar um interesse normativo na abordagem à tradução. Mas esse tipo de trabalho tem um alcance bastante específico, e isso deve ficar claro. Além disso, mesmo como um trabalho com interesses normativos, o modelo Nida parece falhar na medida em que aponta apenas *um* método de tradução como mais adequado, quando é bastante evidente que esse não é necessariamente o método mais interessante para todo e qualquer tipo de tradução (ainda que o autor procure fazer a ressalva de que uma estratégia baseada na equivalência formal possa ter validade em determinadas situações).

Em termos da produtividade teórica do conceito de equivalência encontrado em Nida (nosso foco central neste trabalho), o que encontramos a partir da caracterização de Nida é bastante restrito. O único procedimento para identificar equivalentes fornecidos pelo autor é o recurso à intuição do tradutor ou de falantes bilíngües – o que em si não constitui um problema como forma de identificar equivalentes, mas não chega a constituir uma explicação sobre o que está em jogo nesse tipo de intuição.⁶ O modo como Nida apresenta as noções de equivalência formal e dinâmica padece principalmente de um problema de falta de explicitação dos critérios utilizados para julgar duas expressões como equivalentes – ao invés de explicitar esses critérios, o autor apresenta as duas noções de equivalência meramente como “orientações” que um tradutor pode seguir. Nida apresenta o tipo de preocupação que um tradutor deve ter ao adotar uma ou outra estratégia, mas não discute que tipo

preocupações do tradutor, em que o autor afirma que a equivalência dinâmica tem precedência sobre a equivalência formal (p. 14).

⁶ Voltaremos a essa questão no próximo item, quando tratarmos do modelo Catford.

de relação estaria em jogo entre duas expressões para que elas sejam consideradas como equivalentes.

1.1.2. Equivalência textual e Correspondência formal: equivalência no modelo Catford

Catford ⁷ (1980) também propõe uma bipartição do conceito de equivalência, distinguindo de forma similar entre *equivalência textual* e *correspondência formal*. Em contraste com a proposta de Nida, no entanto, para Catford equivalência textual *não* está relacionada ao significado de expressões no texto de partida e sua “transferência” no texto de chegada. Segundo o autor, o significado é uma propriedade da língua e, portanto, não pode ser transferido para um outro contexto lingüístico. Catford afirma que “é insustentável a opinião de que textos da LF [língua fonte] e da LM [língua meta] ‘têm o mesmo significado’ ou que ocorre ‘transferência de significado’ na tradução” (p. 38). O autor prossegue afirmando que “o significado é uma propriedade da língua. Um texto que é da LF tem um significado que é da LF, e um texto da LM tem um significado que é da LM” (p. 38).

Catford apresenta dois métodos para avaliar se duas porções textuais são equivalentes ou não⁸: o primeiro método diz respeito ao recurso a um falante bilíngüe – assim, confiando no julgamento de um tradutor ou falante bilíngüe competente, estaríamos aptos a identificar equivalentes de tradução; o autor reconhece que o procedimento é pouco formal e apresenta um segundo critério, baseado numa *prova de comutação*. De acordo com esse método, introduzindo mudanças no texto de partida observaríamos que tipo de mudança ocorre (se

⁷ Catford propõe um conceito de tradução fonológica e tradução grafológica que não discutiremos neste trabalho. A tradução fonológica se limitaria à fonologia das línguas em questão, e como exemplo dessa prática o autor menciona o sotaque de alunos aprendendo uma língua estrangeira, ou atores imitando um sotaque. O conceito de tradução grafológica (que leva em conta os aspectos gráficos das letras, e não sua pronúncia) é um tanto quanto curioso, mas ambos os conceitos parecem pouco produtivos para este trabalho, razão por que eles não serão aqui analisados.

⁸ O autor define *equivalência textual* somente através dos métodos de descoberta de equivalentes. Nas palavras do autor, “um equivalente textual é qualquer texto ou porção de texto da LM que, pelos métodos abaixo descritos, se observe ser numa ocasião específica o equivalente de determinado texto ou porção de texto da LF”. Apesar disso, o autor apresenta uma discussão algo mais detalhada sobre a natureza dos equivalentes de tradução em seu capítulo 7, “Condições de equivalência de tradução”, que apresentaremos na sequência.

ocorrer alguma) no texto de chegada. Por exemplo, se substituíssemos a palavra *daughter* na frase *My daughter is six* por *son*, esperaríamos uma mudança na tradução. Se no primeiro caso a tradução fosse *Minha filha tem seis anos*, no segundo caso deveria haver uma mudança na tradução (e.g. *meu filho tem seis anos*). Desse modo, poderíamos identificar *filha* como equivalente de *daughter*. Por meio desse método, um equivalente de tradução seria definido como “a porção de texto da LM que se modifica quando, e somente quando, se modifica determinada porção do texto da LF”.

O autor afirma que, partindo da observação de equivalências reais de tradução, seria possível formular regras e mesmo algoritmos de tradução, baseando-se em regras de probabilidade (*incondicionada*, tomando-se as ocorrências isoladas de contexto e suplementadas por regras de probabilidade *condicionada*, que levariam em conta o contexto lingüístico). Catford demonstra certo interesse na possibilidade de implementação computacional do modelo, embora as regras propostas não sejam explícitas o suficiente para sabermos como esse modelo seria implementado.⁹ O autor também sugere que essas extrapolações probabilísticas poderiam ser utilizadas como regras para tradutores humanos. Contudo, em relação a essa possibilidade, o autor apenas afirma que as regras para tradutores humanos poderiam ser “mais vagas” e “mais contextualmente baseadas”. Não fica claro, novamente, o que um tradutor poderia fazer com uma informação, por exemplo, de que a probabilidade incondicionada de se traduzir a preposição francesa *dans* por *into* em inglês é de 0,19 (numa escala de 0 a 1) e que a probabilidade condicionada é de 0,99 quando a preposição aparece com um verbo de movimento e um substantivo que se refere a lugar. Enquanto regras de tradução, esses dados simplesmente não servem como orientação para um tradutor humano, uma vez que eles não ajudam a decidir se o caso em questão se refere a um dos casos que fazem parte dos 99 % que devem ser traduzidos por *into* ou do 1% que devem ser traduzidos de alguma outra forma. Parece claro que a opção por uma ou outra forma é regulada por outros fatores que não são considerados pela regra de tradução em sua forma probabilística. É claro, um modelo que procure explicar a tradução não *precisa* ter uma

⁹ Como a tradução computacional não é nosso interesse central neste trabalho, deixaremos de lado a discussão desse aspecto.

aplicação prática¹⁰, mas, uma vez que o autor se propõe a apresentar um modelo que forneça contribuições significativas para a prática da tradução, os problemas apontados passam a ser problemas de fato para a proposta apresentada pelo autor.

Além disso, as formas indicadas para se identificar equivalentes em tradução parecem vagas demais. Trabalhar com o julgamento de informantes bilíngües envolveria necessariamente lidar com divergências de julgamento, e o modelo não apresenta ferramentas para isso. Lidar com unanimidades ou graus próximos à unanimidade pode ser fácil (se pudermos encontrar tais casos), mas não há nada que nos diga como proceder em relação a divergências mais drásticas. Quanto ao critério da comutabilidade, encontramos problemas semelhantes se tentarmos aplicá-lo. Se em um dado texto de partida figura o termo *waterfall*, poderíamos ter diferentes termos no texto meta, como *cascata* ou *cachoeira* ou *queda d'água*. Poderíamos ter “alterações” no texto de chegada sem que houvesse qualquer alteração no texto de partida. Isso excluiria todos os três termos como equivalentes de *waterfall*, uma vez que, para satisfazer o critério da comutabilidade só pode haver alteração no texto de chegada quando há alteração no texto de partida. Na prática, qualquer palavra que possuísse sinônimos apresentaria problemas para o critério, o que significaria uma parte considerável da língua. Mesmo os exemplos dados por Catford de equivalentes não satisfariam o critério da comutabilidade: o exemplo dado *your daughter*, cujo equivalente em francês seria *votre fille*, poderia ser traduzido por *ta fille* em outros contextos. É claro, poderíamos argumentar que de fato os termos não são equivalentes, uma vez que o francês faz uma distinção formal/informal com o pronome de tratamento e o inglês não. Mas o que fazer se, por exemplo, encontramos como traduções efetivas de uma frase como “*Do you know John? His son is six, did you know?*” duas possibilidades, “Sabe o João? O *seu* filho tem seis anos, sabia?” e “Sabe o João? O *filho dele* tem seis anos, sabia”?

Embora esses problemas apontem para uma inconsistência nas definições dadas, é bastante possível que eles possam ser solucionados com eventuais refinamentos da teoria. Entretanto, as definições dadas parecem

¹⁰ Ver introdução.

sofrer de um problema mais sério e talvez não tão facilmente solúvel: os critérios apresentados apresentam um poder de predição extremamente limitado (em especial o recurso a informantes bilíngües), bem como um poder de explanação restrito. No caso do recurso a informantes bilíngües, só poderíamos dizer se duas porções textuais são equivalentes *a posteriori* e ambos os métodos não deixam claro quais as propriedades comuns e necessárias a duas porções de texto para que eles sejam considerados equivalentes. Ainda que possamos fazer uso das intuições de falantes, tal uso ainda não constitui uma explicação propriamente dita – *i.e.*, ainda falta explicar o que está por trás dessas intuições.

Catford procura apresentar quais são as propriedades compartilhadas que tornam duas porções de texto quaisquer equivalentes, o que, no entanto, vai resultar em uma reformulação da definição de equivalência. Uma vez que o autor rejeita a possibilidade de duas expressões em duas línguas diferentes possuírem o mesmo significado, o critério empregado será funcional: dois itens serão equivalentes se eles funcionarem na mesma situação. No entanto, apesar de sua recusa em basear sua análise da equivalência em termos de sentido, ao tratar das condições para equivalência em tradução, o autor emprega a noção de “significado contextual”, que parece ser tratado como uma espécie de feixe de traços de situação. Desse modo, haveria equivalência de tradução “quando textos ou itens da LF e da LM podem relacionar-se com os mesmo traços de substância (ou ao menos com alguns deles)¹¹” (p. 56).

Como aponta Rodrigues (2000), a noção de substância de situação é pouca clara. Apesar disso, ela parece ser algo como um conjunto de traços semânticos relevantes para a situação (exemplos dados são perfectividade e a explicitação do gênero do falante). Além do problema da falta de critérios para se determinar a relevância de dados “traços de situação” (um problema reconhecido pelo autor), temos uma clara discrepância entre a afirmação do autor sobre a impossibilidade de existência de dois significados iguais em línguas diferentes e um método que se pauta pela comparação de traços semânticos.

¹¹ Os traços de substância aqui referidos podem dizer respeito também a substância fônica ou gráfica, para dar conta da distinção que o autor faz de tradução fonológica e grafológica.

Além da noção de equivalência textual, Catford emprega também uma noção de correspondência formal. No entanto, diferentemente da noção de equivalência textual, o recurso a falantes bilíngües e a provas de comutação não funcionam para o estabelecimento de correspondentes formais. O autor define correspondente formal como “qualquer categoria da LM (unidade, classe, estrutura, elemento de estrutura, etc.) que se possa dizer que ocupa, na ‘economia’ da LM o ‘mesmo’ lugar que determinada categoria da LF ocupa na LF” (p. 29). O autor faz a ressalva de que, uma vez que cada língua é *sui generis*, as correspondências formais são sempre aproximadas. Catford considera como possível o que ele chama de *tradução gramatical*, em que apenas a gramática da língua fonte seria substituída, mantendo todos os itens lexicais. Parece difícil, contudo, aceitar que se considere esse tipo de procedimento como tradução, ainda que eventualmente a busca por correspondências formais possa influenciar as decisões de um tradutor. Além disso, a própria definição apresentada pelo autor entra em contradição com os conceitos de tradução gramatical e correspondência formal, uma vez que trata de tradução enquanto “substituição de *material textual*” (grifo nosso).

1.1.3. Uma abordagem descritiva da noção de equivalência: o modelo Toury

Toury apresenta uma proposta de modelo para os estudos da tradução orientada para o “pólo-receptor”, desenvolvido de maneira consistente desde os anos 70, demonstrando uma grande preocupação com o caráter *descritivo* (em contraposição ao prescritivismo de modelos como os de Nida e Catford) de seu modelo. Analisaremos aqui duas obras de Toury, *In search of a theory of translation* (1980) e *Descriptive Translation Studies and Beyond* (1995). O autor apresenta essa última obra como uma substituição em vários aspectos da primeira. Ainda que o autor manifeste explicitamente o desejo de manter o conceito de equivalência no quadro teórico do modelo¹², seu papel em

¹² “O que essa abordagem acarreta é um claro desejo de manter a noção de equivalência, que várias abordagens contemporâneas (...) tentaram abandonar, introduzindo nela uma mudança essencial: de um conceito a-histórico, largamente prescritivo, para um conceito histórico.” (“What this approach entails is a clear wish to retain the notion of equivalence, which various contemporary approaches (...) have tried to do without, while introducing one essential change

Descriptive Translation Studies and Beyond é visivelmente mais modesto do que na obra anterior, a começar pelo fato de que, na primeira, a definição de tradução era subordinada à de equivalência, enquanto que, na segunda, a definição de tradução passa a ser mais abrangente e independe do conceito de equivalência.

Essa definição mais abrangente se dá pela adição da noção de *tradução assumida* (*assumed translation*), não sendo propriamente uma definição de tradução (ao menos não explicitamente), mas sim uma definição do objeto de estudo da área dos estudos da tradução. Toury sugere que se considere como da alçada dos Estudos da Tradução qualquer texto que tenha sido apresentado e aceito como tradução, tenha ele sido escrito com base em outro texto ou não. A consequência imediata disso é a inclusão de *pseudotraduções* (*i.e.* textos apresentados como tradução que na realidade não foram traduzidos) no âmbito do modelo, o que naturalmente promove um certo “alargamento” dele. A razão para a inclusão das pseudotraduções em um modelo de teoria da tradução seria, segundo Toury, que, de um ponto de vista do sistema cultural que recebe esses textos, não há diferença significativa entre um texto que seja considerado tradução e um que seja de fato uma tradução. De fato, as considerações sobre a posição do texto e sua recepção pela cultura alvo parecem não requerer menção ao texto de partida dentro do modelo de Toury. No entanto, considerações a respeito da comparação dos textos de partida e de chegada como forma de determinar as normas auto-impostas pelo tradutor durante o processo tradutório, por exemplo, parecem tornar difícil o mesmo tratamento a traduções de fato e a pseudotraduções, dentre outras ferramentas empregadas por Toury. Não é nosso interesse debater de forma aprofundada a noção de tradução assumida, uma vez que estaríamos nos desviando dos objetivos deste trabalho, mas parece claro que dar o mesmo tratamento tanto a traduções de fato quanto a pseudotraduções poderia gerar um alargamento indesejado do objeto de estudo da área, uma vez que virtualmente qualquer texto poderia ser apresentado como tradução e, com sorte (ou os devidos cuidados) ser considerado como tradução. É claro que o fato de o texto ser *apresentado como tradução* é relevante para o estudo de sua recepção, mas é

into it: from an ahistorical, largely prescriptive concept to a historical one”) (p. 61, tradução nossa)

igualmente relevante o fato de que o texto é apenas *apresentado como tal* e não uma tradução de fato (especialmente se esse fato vier à tona, o que certamente ocasionará mudanças na forma como o texto é analisado). Além disso, o próprio desejo de manter a noção de equivalência no quadro da teoria parece ser incompatível com um tratamento uniforme de traduções e pseudotraduções.

Em *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Toury não apresenta uma definição explícita do que seja equivalência dentro do seu modelo, mas enfatiza a relevância da noção e apresenta alguns comentários em relação ao termo, especialmente no sentido de estabelecer algumas diferenças entre a “noção tradicional” e o modo como ela é entendida no modelo. A ferramenta básica para a comparação de originais e traduções proposta pelo autor é o estabelecimento de pares de segmentos substituintes e substituídos. Essa seria a base para o estabelecimento da posição do tradutor em relação aos pólos de adequação e aceitabilidade.¹³ O procedimento sugerido é o seguinte:

Tendo sido estabelecidas para uma série de segmentos pareados, e agrupados tendo por base o resultado das comparações em si, as relações tradutórias seriam remetidas, então, ao conceito de tradução subjacente ao texto como um todo. Isso seria feito através da mediação de uma noção de equivalência, a saber, a noção que teria emergido como constituindo a norma para o par de textos em questão. São esses dois últimos conceitos que formam o fim último de estudos em pares individuais de textos. No processo de estabelecimento da norma de equivalência tradutória e o conceito subjacente de tradução, não se pode dar conta de nada de modo completo sem referência a esses dois conceitos (1995, p. 37, tradução nossa)

Apesar da ênfase dada à importância da noção de equivalência, apresentada no trecho acima como “objetivo último dos estudos em pares

¹³ Toury usa o termo *adequação* para se referir ao grau de adesão de uma tradução às normas da cultura de partida e o termo *aceitabilidade* para se referir ao grau de adesão às normas da cultura de chegada. (p. 56-57).

individuais de texto”, não há uma caracterização explícita de um conceito geral de equivalência. Toury enfatiza em sua abordagem a especificidade cultural das normas tradutórias, entendendo também a noção de equivalência como culturalmente determinada. Segundo o autor, equivalência, “ao invés de uma relação única, denotando um único tipo de invariante, refere-se a qualquer relação que se descubra ter caracterizado tradução sob um conjunto específico de circunstâncias”¹⁴ (p. 61, tradução nossa). De fato, a ênfase na importância da cultura receptora e na especificidade de cada contexto parece em certa medida impedir um postulado mais geral de equivalência.

A opção metodológica parece ser a de manter o nível de abstração do objeto de estudo o mais baixo possível, bem como uma tentativa de considerar todos os fatores que possam ser relevantes para o processo tradutório como um todo. Se essa preocupação, por um lado, demonstra um interesse em evitar reduções ou simplificações no objeto de estudo, por outro ela acaba limitando de maneira bastante severa o poder preditivo do modelo (uma das características que Toury aponta como desejável para uma teoria da tradução).¹⁵ A consequência imediata dessa opção é um grau razoável de vagueza em relação ao conceito de equivalência. Assim, *equivalência* passa a ser “qualquer relação que se descubra ter caracterizado tradução sob um conjunto específico de circunstâncias”. Toury relaciona a noção de equivalência à de invariância, mas não a um tipo determinado de invariância. Segundo autor:

Equivalência, como é usada aqui, não é de modo algum uma relação entre fonte e alvo, passível de ser estabelecida tendo-se por base um tipo particular de invariante. Pelo contrário, é um conceito *funcional-relacional*, nomeadamente, o conjunto de relações que se terá descoberto distinguir modos apropriados de performance tradutória de modos inapropriados,

¹⁴ “rather than being a single relationship, denoting a single type of invariant, it comes to refer to any relation which is found to have characterized translation under a specific set of circumstances”.

¹⁵ De fato, mesmo no último capítulo do livro *Translation Studies and Beyond*, em que o autor enuncia duas “leis”, a formulação dessas leis é vaga e parece ser mais adequado tratá-las como tendências do que propriamente como leis. Uma evidência disso é que as formulações e reformulações dessas leis apresentam sempre formulações como “tendem a ser”, “são freqüentemente”, etc.

para a cultura em questão. (p. 85, grifo do autor, tradução nossa).¹⁶

Contudo, os termos em que Toury apresenta a noção de equivalência podem entrar em conflito com a caracterização da relação de equivalência como “qualquer relação que se descubra ter caracterizado tradução”: em uma cultura com normas voltadas para o pólo da aceitabilidade, uma tradução voltada para o pólo da adequação poderia ser julgada inapropriada de acordo com as normas vigentes. Apesar disso, membros da cultura em questão poderiam muito bem identificar o texto em questão como tradução (ainda que como tradução ruim ou inapropriada), o que colocaria as duas definições em conflito. Da mesma forma, seria difícil caracterizar *equivalência potencial* nesses termos, definida pelo autor como “o todo do conjunto de possíveis relações”. Esse último conceito parece estar relacionado à reconstrução máxima do texto fonte, um conceito apresentado de modo mais detalhado em seu livro de 1980, *In search of a theory of translation*, que aborda também a questão da equivalência de modo mais aprofundado.¹⁷

Encontramos nessa obra uma definição semelhante do objeto de estudos da área, considerado como o conjunto dos textos “encarados como traduções na configuração de determinados sistemas-*alvo*” (TOURY, 1980, p. 18 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 133). Contudo, encontramos também uma definição mais explícita de tradução, uma versão modificada da definição de Catford:

Tradução, no sentido estrito, é a substituição de uma mensagem, codificada em uma língua natural, por uma mensagem equivalente, codificada em outra língua. (TOURY, 1980, p. 63 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 142)

¹⁶ “equivalence as it is used here is not one target-source relationship at all, establishable on the basis of a particular type of invariant. Rather, it is a *functional-relational* concept; namely, that set of relationships which will have been found to distinguish appropriate from inappropriate modes of translation performance for the culture in question”

¹⁷ O breve comentário que se segue baseia-se na análise de Rodrigues (2000), uma vez que não foi possível obter acesso ao texto de Toury, há algum tempo já esgotado.

Assim como a definição de Catford, também a definição apresentada por Toury é dependente do conceito de equivalência. Similarmente, a definição para equivalência de Toury também é uma versão modificada da de Catford:

a equivalência de tradução ocorre quando um texto (ou item) em LF [língua fonte] e um em LA [língua alvo] se relacionam aos mesmos traços relevantes (ou, pelo menos, a alguns deles). (TOURY, 1980, p. 37 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 142)

À diferença de Catford, Toury ressalta que a noção de relevância é “uma propriedade relativa”, primeiro porque algo só pode ser relevante para um determinado propósito ou ponto de vista e, depois, porque textos seriam compostos de traços em diversos níveis (fonológicos, morfossintáticos, etc.) (p. 38 *apud* RODRIGUES, p. 143). Ao contrário dos “modelos tradicionais”, em que o grau de relevância seria determinado pelo texto-fonte e em que a tradução ideal deveria corresponder à reconstrução de todos os aspectos relevantes do texto, Toury está mais interessado em descrever a equivalência “real” enquanto “fenômeno empírico”. Nesse sentido, “a comparação não é feita para determinar se se atinge a equivalência entre tradução e original, mas *qual o tipo* (e/ou grau) de equivalência que realmente ocorre entre eles” (p.38 *apud* p.143). Para Toury, a tarefa de reconstruir todas as características relevantes do texto não é tarefa do tradutor, mas sim do pesquisador. Esse último procederia à análise das relações entre os textos fonte e alvo a partir de um “conceito intermediário”, uma “base fixa, invariante para comparação”. Esse *invariante de comparação* (ou “construto de traduzibilidade máxima”) seria “uma *entidade hipotética* construída a partir da análise sistêmica (textêmica) do TF” (p. 49 *apud* RODRIGUES, p. 138, grifo do autor), uma reconstrução total das características do texto fonte na língua alvo. A comparação entre o “invariante de tradução” (*i.e.* a base invariante efetivamente encontrada na tradução “real”) e o “invariante de comparação” revelaria assim se a orientação dada à tradução foi “ao pólo-fonte” (adequação) ou ao “pólo-meta” (aceitabilidade).

Toury distingue duas formas do conceito de equivalência, uma “teórica” e outra “empírica”. A primeira denotaria uma relação ideal, abstrata, com o texto

fonte, que o autor identifica com o conceito de equivalência encontrado nas abordagens “tradicionais”; a segunda “exprimiria as relações reais entre as expressões efetivas em duas línguas e literaturas diferentes” (RODRIGUES, p. 144). O autor ainda considera a possibilidade de dividir o conceito teórico em *equivalência mínima* (o limiar da tradução, o mínimo de equivalência necessário para considerar um texto como tradução) e *equivalência máxima* (a tradução ideal ou exemplar) (p. 68 *apud* p. 146). Essa divisão teria razões metodológicas e poderia ser útil para se estabelecer a orientação da tradução entre os pólos de adequação e aceitabilidade através da comparação com a equivalência “empírica”. Fica bastante evidente a preocupação demonstrada por Toury com o caráter empírico do seu modelo, procurando sempre focar as relações “reais” e não qualquer forma “idealizada” ou “abstrata” de tradução. Essa preocupação fica evidente nas freqüentes afirmações do autor sobre a relevância de contextualizar todo e qualquer texto para qualquer estudo.

Entretanto, os conceitos de *equivalência* e *invariância* dificilmente podem ser encarados de fato como “propriedades reais” de um texto. Em primeiro lugar por serem eles ambos “teóricos”, no sentido de fazerem parte de um quadro teórico, sendo assim ferramentas explicativas. Descrever “a realidade” pode ser o propósito de várias teorias de diversos campos, mas parece claro que clamar uma sobreposição do modelo e da realidade pode ser pouco mais do que um argumento especulativo. Em segundo lugar, porque parece igualmente evidente que a noção de invariância é essencialmente abstrata, especialmente quando se fala em tradução, um fenômeno que envolve dois textos escritos em línguas diferentes, em ocasiões diferentes e por autores diferentes, feitos para serem lidos por públicos diferentes. Se há a possibilidade de postular “equivalência” ou “invariância”, essa possibilidade parece ser apenas em termos de um conceito abstrato, uma ferramenta teórica para o entendimento da tradução enquanto fenômeno. Isso não significa, contudo, que postular um conceito de equivalência torna-se *a priori* uma tarefa inútil, pelo contrário. Conceitos que figuram no quadro de alguma teoria serão sempre abstratos e dirão respeito sempre a objetos abstratos, parciais e recortados, deslocados de seu contexto para estudo. O recorte pode procurar trazer alguma parte do contexto, mas clamar que a análise abarca todos os aspectos do objeto em questão (*i.e.* que não possui nenhum grau de

abstração) parece ser no mínimo ingênuo. Qualquer coisa que se diga sobre *tradução* enquanto fenômeno pertence ao domínio do abstrato, a menos que se fale sobre *uma* tradução ou grupo de traduções específicos, o que obviamente limitaria o alcance de uma teoria. Essa postura não deve ser entendida como um anti-realismo, nem como uma subestimação de esforços de caráter empírico. Trata-se antes de uma tentativa de reconhecer as limitações que qualquer teoria possui, o que não impede que certas teorias sejam julgadas mais ou menos adequadas, ainda que esses julgamentos sejam sempre provisórios.

De um ponto de vista mais específico, a noção de traços, de relevância, de invariância e a noção de equivalência de modo geral (como uma conseqüência) parecem permanecer ainda bastante vagas no modelo Toury. Embora Toury procure relativizar a noção de relevância, continuamos sem uma definição clara de como podemos determinar o que é e o que não é relevante em um texto (ainda que considerando uma determinada situação ou um determinado fim). A noção de traços é igualmente vaga, uma vez que o autor não estabelece que tipo de coisas podem ser traços, não fornecendo nenhuma explicação sobre sua natureza, número ou organização. Embora possamos reconhecer algum progresso no tratamento dado por Toury à questão da equivalência, ainda encontramos uma certa vagueza na definição do termo.

1.1.4. Traduzibilidade e equivalência: o modelo Koller

Em seu livro "*Einführung in die Übersetzungswissenschaft*" ("Introdução aos Estudos da Tradução"), Werner Koller apresenta uma breve discussão dos temas centrais da Teoria da Tradução. O autor dedica boa parte de seu livro ao tema da equivalência (o capítulo 2 do livro, intitulado "Äquivalenz" ocupa aproximadamente metade da extensão do livro), abordando também a questão da traduzibilidade, para ele atrelada ao conceito de equivalência.

Koller discute a questão da traduzibilidade tendo como pano de fundo a discussão das posturas do relativismo e do universalismo lingüístico, contrapondo a postura whorfiana de uma intraduzibilidade por princípio à postura universalista chomskiana, que geraria uma tese de traduzibilidade por

princípio.¹⁸ De acordo com a primeira postura, a linguagem seria constitutiva de modelos de interpretação da realidade; para cada língua haveria um modelo, e esse modelo não seria compartilhável com falantes de outras línguas. Diferentes línguas segmentariam a realidade e a interpretariam de formas diferentes. Desse modo, falantes de línguas diferentes construiriam modelos diferentes de interpretação da realidade, resultando na impossibilidade de transmissão de um *mesmo* significado em duas línguas (*i.e.* duas estruturas conceituais) diferentes e conseqüente impossibilidade de haver tradução (p. 162). Já em um quadro teórico universalista gerativo, a possibilidade de expressão de conteúdos semânticos iguais seria a mera realização de uma mesma estrutura profunda em diferentes estruturas superficiais de línguas diferentes (p. 180).¹⁹ Mesmo o princípio estruturalista de que “qualquer coisa que possa ser dita em uma língua pode sem dúvida ser dita em outra” (BLOOMFIELD, 1935 *apud* KOLLER, 1995, p. 161, tradução nossa) estaria de acordo com uma tese de traduzibilidade por princípio (podendo haver diferenças apenas no que diz respeito à conotação do que foi dito). De acordo com essa hipótese, uma vez que não há limites para a capacidade expressiva de uma língua, não haveria por que supor que algo dito em uma língua não possa ser dito em outra. Segundo o autor, a tese da traduzibilidade por princípio também teria um vasto lastro na prática efetiva da tradução, *i.e.* no fato de que a tradução existe na prática.

Koller acaba assumindo uma postura de “traduzibilidade relativa”. Para ele, tanto a visão da absoluta traduzibilidade quanto a da absoluta intraduzibilidade sofrem de deficiências graves:

deve-se notar em relação à visão *racionalista* da traduzibilidade no âmbito denotativo, que essa visão subestima o papel da língua no processo de aprendizagem: as condições da relação mútua entre língua - prática cotidiana (cultura) – interpretação da realidade – realidade, permanece sem ser consideradas. A visão da língua relacionada ao *conteúdo* e o

¹⁸ Para uma análise dos argumentos do relativismo e do universalismo lingüístico, ver Gonçalves (2008).

¹⁹ Koller parece aplicar diretamente a distinção entre estrutura profunda e superficial a uma relação sintaxe-semântica. Deve-se notar, contudo, que a distinção como feita pela gramática gerativa é uma distinção exclusivamente sintática (cf. CHOMSKY, 1965).

princípio do relativismo, por outro lado, superestimam, *i.e.* absolutizam o papel da língua no processo de aprendizagem. (KOLLER, 1995, p. 186 - grifo do autor)²⁰

Tendo em vista os problemas apontados, Koller procura um “caminho do meio”, em que as relações entre língua, pensamento e realidade sejam vistas de forma dinâmica (p. 186). Nessa forma intermediária de entendimento da linguagem

os limites impostos ao conhecimento pela língua e pela interpretação da realidade lingüisticamente formulada são igualmente refletidos, transformados e expandidos no processo de aprendizado; essas mudanças são refletidas novamente na língua (no uso da língua): línguas ou melhor, os falantes das línguas, são criativos (*criatividade lingüística*).²¹ Essa criatividade encontra expressão, dentre outras coisas, nos procedimentos tradutórios, com os quais lacunas no sistema lexical de uma língua alvo são fechadas. Traduzibilidade é, assim, não apenas *relativa*, mas também *progressiva*: *à medida que se traduz, aumenta-se igualmente a traduzibilidade da língua*. (KOLLER, 1995, p. 186 - grifos do autor)²²

Nesse “caminho do meio” a noção de traduzibilidade é uma noção gradual, porque “assim como a compreensão de um texto não pode jamais ser

²⁰ “*Zusammenfassend* ist zur *rationalistischen* Auffassung der Übersetzbarkeit im denotativen Bereich anzumerken, dass sie die Rolle der Sprache im Erkenntnisprozess unterbewertet; das wechselseitige Bedingungsverhältnis von Sprache- Lebenpraxis (Kultur) – Wirklichkeitsinterpretation – Wirklichkeit bleibt unreflektiert. Die *inhaltbezogene* Sprachauffassung und das linguistische *Relativitätsprinzip* dagegen überbewerten bzw. verabsolutieren die Rolle der Sprache im Erkenntnisprozess.” – Todas as traduções de Koller são nossas.

²¹ Koller não deixa claro se o conceito de *criatividade lingüística* por ele empregado é o mesmo conceito que encontramos no gerativismo. Ao que tudo indica, parece se tratar de outra coisa.

²² “die Grenzen, die die Sprache und die sprachlich gefaßten Wirklichkeitsinterpretationen dem Erkennen setzen, werden im Erkenntnisprozess zugleich reflektiert, verändert und erweitert; diese Veränderungen wiederum schlagen sich in der Sprache (der Sprachverwendung) nieder: Sprachen bzw. Sprecher von Sprachen sind kreativ (*Kreativität der Sprache*). Diese Kreativität kommt u.a. in den Übersetzungsverfahren zum Ausdruck, mit denen Lücken im lexikalischen System einer ZS geschlossen werden. Übersetzbarkeit ist damit nicht nur *relative*, sondern immer auch *progressive*: *indem übersetzt wird, wird die Übersetzbarkeit der Sprachen zugleich gesteigert*”

absoluta, mas sempre apenas relativa e mutável, também a traduzibilidade de um texto é sempre relativa”²³ (p. 178). Para Koller, a linguagem não apenas molda a percepção da realidade do falante, mas também é moldada por ele para preencher eventuais lacunas, e a tradução desempenharia um papel crucial nesse processo.

O entendimento da traduzibilidade como uma noção gradual também terá seus efeitos sobre o conceito de equivalência dentro da reflexão de Koller, uma vez que o autor também define tradução utilizando o conceito de equivalência, demonstrando um grande interesse em diferenciar precisamente a “tradução propriamente dita” (“*eigentliche Übersetzung*”, de acordo com a terminologia de Jakobson, “*translation proper*”) da adaptação e outros processos textuais semelhantes (p. 188, 189)²⁴. Para ele, deve-se considerar como tradução somente uma produção textual que satisfaça determinadas condições de equivalência, considerada pelo autor como a relação constitutiva da tradução²⁵. De acordo com ele, não há “apenas uma ‘ligação’ entre o texto alvo e o texto de partida, mas uma relação *específica* entre texto alvo e texto de partida” (p. 189). O limite entre tradução, adaptação e outros processos de reescritura (e.g. resumos) não seria, no entanto, facilmente traçável: há textos claramente caracterizáveis como traduções, textos claramente caracterizáveis como adaptações e um espaço em que as duas noções se sobrepõem, tornando difícil a classificação de determinados textos como pertencentes a uma ou outra área. Nas palavras do autor,

Se também é difícil de um ponto de vista teórico diferenciar traduções no sentido próprio de adaptações, uma tal diferenciação é em última análise indispensável, quando se trata da descrição de equivalentes potenciais e das condições de sua atualização. Isso significa nada menos que admitir que

²³ “wie das Verstehen eines Textes nie absolut sein kann, sondern immer nur relativ und veränderlich, ist auch die *Übersetzbarkeit eines Textes immer relativ*”.

²⁴ “Bei einem äquivalenzorientierten Ausgangspunkt ist die *Unterscheidung zwischen Bearbeitung und Übersetzung*, zwischen bearbeitenden und übersetzenden, zwischen textproduzierenden und –reproduzierenden Elementen in der Übersetzung bei aller Relativität des Übersetzungsbegriffs von fundamentaler Bedeutung” (p. 196, grifo do autor).

²⁵ “À relação constitutiva da tradução estabelecida entre um texto alvo e um texto de partida eu chamo *relação de equivalência* (ou também *relação tradutória*)”. (“Die übersetzungskonstituierende Relation zwischen Zieltext und Ausgangstext bezeichne ich als *Äquivalenzrelation* (oder auch als *Übersetzungsbeziehung*)”). (p. 189, grifo do autor)

também os estudos descritivos da tradução possuem um *componente normativo*. Haveria assim uma área central, em que a determinação da ‘tradução no sentido próprio’ é fácil e clara; uma área limítrofe, em que tradução e adaptação se sobrepõem (...); e uma área clara de adaptação. (KOLLER, 1995, p. 202)²⁶

Chama a atenção na passagem citada a afirmação sobre a necessidade dos estudos *descritivos* da tradução também possuírem um componente *normativo*. Aparentemente, para Koller, a dificuldade em separar tradução de adaptação na “zona de sobreposição” só pode ser resolvida com um critério normativo (e, portanto, relativamente arbitrário). Embora a discussão a respeito da necessidade ou da produtividade de um componente normativo em uma teoria da tradução tenha muito pouco espaço nos debates atualmente²⁷, apenas a inclusão de um componente normativo não resolve o problema. Como o próprio Koller aponta (p. 13), a decisão sobre que tipo de textos deve ser incluído como objeto de uma teoria em si é uma questão em certo grau normativa (embora nunca seja completamente desprovida de motivações descritivas). Contudo, o autor não aponta critérios para que se julgue dado texto como objeto (primário) dos estudos da tradução ou não, ao invés disso ele recorre a constantes exemplos, o que prejudica a confiabilidade dos julgamentos.

Koller chega a afirmar que a especificidade da relação tradutória acima referida decorreria (ao menos em parte) da situação do tradutor, que deve ser considerado como “um outro tipo de emissor”, bem como um outro tipo de receptor, uma vez que um tradutor recebe um texto e o interpreta com finalidades específicas e assume uma postura de emissor secundário, em

²⁶ “Wenn es auch schwierig ist, Übersetzungen im eigentlichen Sinn von Bearbeitungen abzugrenzen, so ist eine solche Unterscheidung spätestens dann unerlässlich, wenn es um die Beschreibung von potentiellen Äquivalenten und den Bedingungen ihrer Aktualisierung geht. Das heißt nicht anders, als dass auch die beschreibende Übersetzungswissenschaft eine *normative Komponente* hat. Es wird dabei einen zentralen Bereich geben, wo die Bestimmung von ‘Übersetzung im eigentlichen Sinne’ eindeutig und einfach ist; einen Grenzbereich, wo Übersetzung und Bearbeitung ineinander übergehen (...); und einen Bereich der eindeutigen Bearbeitungen.”

²⁷ Talvez fosse interessante discutir a necessidade de um componente normativo para uma teoria voltada para o treinamento de tradutores, por exemplo. O tema, contudo, foge ao escopo deste trabalho.

contraposição ao autor do original, o emissor primário (p. 196). Assim, uma tradução feita pelo próprio autor deveria ser considerada de um modo diferente de uma tradução feita por um tradutor comum (p. 197), o que parece ser uma sugestão de que se considere a autoridade do autor original como fator para se julgar dado texto como tradução ou não. As opções de Koller para a delimitação do objeto dos estudos da tradução são, contudo, arbitrárias demais, ainda que reconheçamos que dificilmente poderemos nos livrar de um certo grau de arbitrariedade.

1.1.4.1. Tipos e graus de equivalência em Koller

Para Koller a traduzibilidade (e, portanto, a satisfação das condições específicas de equivalência) se dão sempre tendo por base as semelhanças entre duas línguas/culturas. Desse modo, assumir uma traduzibilidade completa significaria supor uma interpretação da realidade idêntica entre o público receptor do texto de partida e do texto de chegada, ao passo que assumir uma intraduzibilidade absoluta significaria negar a existência de qualquer semelhança entre as interpretações (p. 165). A via adotada por Koller de uma traduzibilidade parcial acarretaria, então, em assumir que as interpretações da realidade de diferentes culturas não seriam nunca idênticas, mas que as semelhanças entre elas seriam suficientes para garantir um mínimo de inteligibilidade. Uma vez que as interpretações em diferentes culturais não seriam, de acordo com o autor, nem completamente idênticas, nem completamente diferentes, o reflexo disso para o conceito de equivalência é que ela passa a ser também uma noção *gradual*. Para Koller, há três pontos principais para esclarecer o conceito de equivalência:

1. Equivalência (tradutória) significa primeiramente apenas que uma relação tradutória se faz presente entre dois textos; portanto, seria melhor falar em uma *relação de equivalência* ao invés de apenas em equivalência.
2. A utilização do termo equivalência pressupõe a indicação de um quadro de referência.
3. Como equivalentes da LA [língua alvo] são designadas unidades discursivas/textuais de diferentes tipos,

de diferentes níveis e extensões, que correspondem a elementos da LP [língua de partida] em uma relação tradutória especificada através da indicação do quadro de referência. (KOLLER, p. 215, grifo do autor)²⁸

Em relação a 1, Koller enfatiza o caráter relacional do conceito de equivalência, que por si só, sem o estabelecimento de um quadro de referência, ainda não diz que tipo de relação está em jogo. Nas palavras do autor:

com o termo *equivalência* postula-se que há uma relação entre um texto (ou, mais especificamente, elementos de um texto) em uma língua L2 (texto alvo) e um texto (elementos de um texto) em uma língua L1 (texto de partida). O termo *equivalência* ainda não diz nada sobre o *tipo de relação*. (p. 215, grifos do autor).²⁹

Sobre 2., Koller afirma que

o tipo da relação de equivalência seria então determinado tomando-se um quadro de referência, que se refere ao uso do termo *equivalência*. *i.e.* esse quadro de referência nesse sentido deve ser indicado sempre de modo *normativo*. (p. 215, grifos do autor)³⁰.

Para o autor, o estabelecimento desse quadro de referência diz respeito à satisfação de certos requisitos (normativos) de equivalência, em que

²⁸ “1. (Übersetzungs)Äquivalenz bedeutet zunächst nur, dass zwischen zwei Texten eine Übersetzungsbeziehung vorliegt; man würde deshalb besser von *Äquivalenzrelation* statt nur von Äquivalenz sprechen. 2. Die Verwendung des Äquivalenzbegriffs setzt die Angabe von *Bezugsrahmen* voraus. 3. Als *ZS-Äquivalente* werden sprachliche/textuelle Einheiten verschiedener Art und unterschiedlichen Ranges und Umfangs bezeichnet, die zu AS-Elementen in einer durch Angabe des/der Bezugsrahmen(s) spezifizierten Äquivalenzrelation stehen”.

²⁹ “Mit dem Begriff der Äquivalenz wird postuliert, dass zwischen einem Text (bzw. Textelementen) in einer Sprache L2 (ZS-Text) und einem Text (bzw. Textelementen) in einer Sprache L1 (AS-Text) eine *Übersetzungsbeziehung* besteht. Der Begriff Äquivalenz sagt dabei noch nichts über die *Art der Beziehung* aus.”

³⁰ “die Art der Äquivalenzbeziehung wird dadurch bestimmt, dass man die *Bezugsrahmen* nennt, auf die man sich beim Gebrauch des Äquivalenzbegriffs bezieht. D.h., es ist – in diesem Sinne immer *normative* – anzugeben”.

determinada característica (formal, estética, semântica, etc.) do original deve ser garantida na tradução. A respeito de 3., Koller afirma que

Equivalentes da língua alvo referem-se a *unidades tradutórias* do texto de partida; entre as unidades da LP [língua de partida] e os equivalentes da LA [língua alvo] existem tanto semelhanças quanto diferenças, que resultam dos diferentes graus de preservação de valores, que se relacionam ao quadro de referência específico. (p. 215-216, grifo do autor).³¹

Na proposta de Koller, o conceito de equivalência é subdividido em cinco categorias diferentes: equivalência denotativa (*denotative Äquivalenz*), equivalência conotativa (*konnotative Äquivalenz*), equivalência textual normativa (*textnormative Äquivalenz*), equivalência pragmática (*pragmatische Äquivalenz*) e equivalência estético-formal (*formal-ästetische Äquivalenz*).

A equivalência *denotativa* diz respeito ao estabelecimento de pares lingüísticos em nível lexical, compreendendo “a realidade extra-lingüística” (*außersprachliche Sachverhalt*) transmitida pelo texto. O léxico desempenharia um papel fundamental na descrição da equivalência denotativa, e as dificuldades mais comuns envolvendo esse tipo de equivalência seriam normalmente resolvidas com comentários à tradução (e.g. notas de rodapé). Do ponto de vista lexical, o conceito pode ser subdividido em cinco tipos de correspondência, de acordo com o grau de equivalência: correspondência um-para-um, um-para-muitos, muitos-para-um, um-para-zero e um-para-parte.

Correspondência um-para-um aconteceria quando dois termos denotam exatamente a mesma coisa (e.g. *Kalenderjahr – année civile*)³²; na categoria um-para-zero estariam os termos sem equivalentes na língua em questão, enquanto na categoria um-para-parte estariam os casos em que há apenas coincidência parcial na denotação dos termos (e.g. *Geist - mind*); Correspondência um-para-muitos e muitos-para-um incluiriam os casos em que um termo corresponde dois ou mais termos (e.g. *river – fleuve/rivière*). Os

³¹ “ZS-Äquivalente sind bezogen auf ausgangstextliche *Übersetzungseinheiten* (...); zwischen den AS-Einheiten und den ZS-Äquivalenten bestehen sowohl Ähnlichkeiten als auch Unterschiede, die sich aus dem unterschiedlichen Grad der Erhaltung von Werten ergeben, die den einzelnen Bezugsrahmen zugeordnet sind”.

³² Todos os exemplos são de Koller.

exemplos dados por Koller demonstram uma certa confusão entre correspondência um-para-muitos (muitos-para-um) e a ambigüidade de um termo, como parece ser o caso de *Geist* (mente/ espírito). Além disso, os casos de correspondência um-para-muitos e muitos-para-um são todos redutíveis aos demais ou a uma combinação deles – se se trata de uma comparação entre pares mínimos, as três outras categorias parecem ser as essenciais. É interessante notar aqui que há diferentes *graus* de equivalência, variando desde o grau zero até o grau máximo, ainda que Koller considere apenas três graus diferentes.

A equivalência *conotativa* diria respeito ao “modo de verbalização”, *i.e.* às diferentes formas de expressão sinônimas ou semi-sinônimas que veiculariam as “conotações que dizem respeito às dimensões estilísticas, socioletais e geográficas, freqüência, etc.” (p. 216). Essa categoria incluiria distinções como: a) registro (*e.g.* + elevado, + poético, + vulgar, etc.); b) conotações de grupos sociais específicos (*e.g.* +falar de soldado, +falar de estudante, +linguagem profissional); c) conotações geográficas (*e.g.* +inter-regional, +austríaco, +suíço ou +britânico, +norte-americano); d) conotação do meio (*e.g.* +escrito, +oral); e) efeitos estilísticos (*e.g.* + arcaico, +eufemístico); f) conotação de freqüência (*e.g.* +usado, +pouco usado); g) conotação da área em que o termo é empregado (*e.g.* +linguagem técnica, +linguagem cotidiana, +linguagem da medicina); h) conotação de julgamento (*e.g.* +positivo, +negativo, +irônico).

Por equivalência textual normativa (*textnormative Äquivalenz*) o autor entende a equivalência relacionada às convenções específicas de gêneros textuais. Equivalência nesse nível diria respeito às características sintáticas e lexicais (ou “normas estilísticas”) de cada gênero textual, ou seja, da estrutura do texto e as características que o marcam como pertencente a um determinado gênero.

Equivalência *pragmática* se daria em textos orientados ao público receptor da tradução, para que ela “cumpra sua função comunicativa” (p. 216). A equivalência nesse nível seria orientada para as condições de recepção do público da tradução, bem como o seu *background* cultural.

Finalmente, a equivalência *estético-funcional* orientar-se-ia para características estéticas, formais (no sentido literário) e idiossincráticas do texto de partida. Tratar-se de buscar uma “analogia do todo” das

características individuais do texto. Esse tipo de equivalência é definido da seguinte forma por Reiß:

ela [a tradução] se orienta pelo caráter próprio da obra de arte e toma por guia a intenção global do autor. Léxico, sintaxe, estilo e estrutura são tratados de maneira a poder alcançar um efeito estético análogo ao caráter expressivo individual do TP [texto de partida]. (REIB, 1976, p. 21 *apud* KOLLER, 1995, p. 252)³³

Segundo Koller, a tarefa dos Estudos da Tradução seria “analisar as possibilidade de equivalência estético-formal tendo-se em vista categorias como rima, versificação, ritmo, formas de expressão (tanto individuais quanto específicas do gênero) na sintaxe e no léxico, jogos de linguagem, metáforas, etc.” (p. 253)³⁴. A título de exemplificação, o autor analisa o caso das metáforas e dos jogos de linguagem, comentando situações de prática e procedimentos tradutórios possíveis para cada situação. A respeito dos jogos de linguagem, o autor afirma que sua tradução “apresenta ao tradutor via de regra problemas somente aproximadamente solúveis, freqüentemente insolúveis”³⁵.

A proposta de Koller para o conceito de equivalência possui alguns pontos interessantes, dos quais dois merecem destaque: o primeiro é a preocupação em traçar um limite entre tradução e outros processos textuais semelhantes; o segundo é o tratamento da equivalência como uma noção *gradual*, tanto através da divisão da noção em diferentes tipos de equivalência quanto em relação a cada tipo específico, em especial no que diz respeito à equivalência denotativa. Esse tratamento parece interessante por permitir tratar dois termos não apenas ou como completamente diferentes ou como absolutamente iguais, mas como possuindo diferentes *graus* de equivalência.

³³ “Sie [die Übersetzung] orientiert sich am Eigencharakter des Kunstwerks und nimmt den Gestaltungswillen des Autors zu Richtschnur. Lexik, Syntax, Stil und Aufbau werden so gehandhabt, dass sie dem expressiven Individualcharakter des AS-Textes analoge ästhetische Wirkung in der ZS erzielen können.”

³⁴ “die Möglichkeiten formal-ästhetischer Äquivalenz im Blick auf Kategorien wie Reim, Versformen, Rhythmus, besondere stilistische (auch individualstilistische und werkspezifische) Ausdrucksformen in Syntax und Lexik, Sprachspiel, Metaphorik etc. zu analysieren”

³⁵ “stellt den Übersetzer in der Regel vor nur annähernd lösbare, häufig unlösbare Probleme”.

A possibilidade de diferentes graus de equivalência é explicitada ao tratar da equivalência denotativa, em que há a possibilidade de correspondência total, parcial ou nula. Além disso, um termo pode ser equivalente de acordo com um ou mais critérios, o que também pode resultar numa interpretação de diferentes graus de equivalência (*i.e.* equivalência denotativa e conotativa, mas não estética). Essa estratégia parece mais adequada para dar conta das relações entre texto de partida e texto de chegada, relações essas que não podem ser vistas à luz de um entendimento da tradução como uma diferença completa, nem de um entendimento de absoluta igualdade. Pelo contrário, essas relações devem se dar como um complexo jogo entre esses dois extremos, que encontra expressão em diferentes níveis textuais, a depender da orientação dada pelo tradutor. Essa proposta de uma noção *gradual* de equivalência deverá fundamentar este trabalho, embora a proposta aqui desenvolvida tenha surgido de maneira independente da de Koller, sendo as semelhanças entre elas (que talvez não sejam tão grandes) meramente casuais.

Entretanto, se por um lado a proposta de Koller parte de *insights* interessantes, ela carece de um aprofundamento maior e um estabelecimento mais rígido de critérios. Fica evidente ao longo da leitura de seu texto a carência de critérios específicos para distinguir as diferentes categorias, o que pode ser constatado pelo uso recursivo de exemplos, muito mais como forma de explicação de um conceito do que como mera ilustração. Podemos constatar isso se atentarmos para as definições dos tipos de equivalência, por exemplo: não apenas o autor não apela para nenhuma teoria semântica, pragmática, textual ou estética, como também as distinções entre as categorias de equivalência denotativa, textual, pragmática e estético-funcional nem sempre são claras. Alguns traços citados na equivalência denotativa, por exemplo, são claramente marcadores de gêneros textuais (*e.g.* + linguagem da medicina, +linguagem técnica). Mesmo certas características estilísticas poderiam ser alocadas em diferentes tipos de equivalência, como, por exemplo, o uso de recursos orais em um romance (uma característica que denotaria o traço +oral e seria um recurso estilístico, podendo ser idiossincrático ou específico de determinado gênero literário). A equivalência conotativa, além de não estabelecer diferenças entre registro, dialeto e socioleto, ainda faz um uso

indiscriminado de traços distintivos, não deixando claro a que esses traços se contrapõem (todos são sempre positivos). Mesmo a equivalência denotativa não ultrapassa a mera listagem de exemplos para tratar dos diferentes graus de correspondência.

1.2. Algumas críticas à noção de equivalência

Não obstante as críticas feitas à falta de clareza de algumas propostas baseadas na noção de equivalência, como é o caso das propostas acima discutidas em relação a diversos pontos, diversas objeções são feitas à noção de modo mais geral – para determinadas vertentes teóricas, a própria natureza da tradução seria incompatível com a noção de equivalência. Para boa parte da crítica contemporânea, a noção estaria ligada a uma compreensão da tradução como mera troca de códigos ou transporte de sentidos, uma compreensão simplista, já que traduzir é um processo complexo de *recriação* ou *reescritura*, envolvendo muito mais que somente aspectos lingüísticos.

Para teóricos de formação desconstrucionista, a natureza instável e deslizante do signo lingüístico aponta para a impossibilidade de haver a construção de uma *mesma* significação para línguas, ou mesmo indivíduos, diferentes. A interpretação seria essencialmente produtora de sentidos e a tradução, dependente do processo de interpretação, seria uma atividade fundamentada não na *lógica do mesmo*, mas sim na *diferença* – uma tradução é um texto autônomo na língua de chegada e não o original em outra língua. Como aponta Derrida (2006), “se existe entre texto traduzido e texto traduzante [*traduisant*] uma relação de ‘original’ à versão, ela não poderia ser *representativa* ou *reprodutiva*. A tradução não é nem uma imagem, nem uma cópia” (p. 35). Além disso, a recusa desconstrucionista à noção de equivalência parece também estar relacionada à recusa do assim chamado *logocentrismo*, identificado com a concepção de interpretação da hermenêutica clássica, em que o hermeneuta adequadamente capacitado seria capaz de apreender a totalidade do sentido de um texto de forma *adequada* (Cf. SCHLEIERMACHER, 1999; STEINER, 2005). Para a vertente desconstrucionista, não há um “todo interpretativo” humanamente apreensível,

e o texto não seria uma fonte estável de sentidos intencionais - o significado seria sempre contingente, dependente do espaço e do tempo. Assim, indivíduos diferentes partindo de *backgrounds* diferentes apreenderiam, ou melhor, construiriam, interpretações diferentes e, poderíamos dizer, complementares.

Também a vertente funcionalista apresenta uma séria de objeções ao conceito de equivalência. A primeira delas, nas palavras de Nord é que

não é o texto de partida como tal, ou o seu efeito no receptor do TP [Texto de Partida], ou a função associada a ele pelo autor, que opera o processo de tradução, como é postulado pela teoria da tradução baseada na equivalência, mas a função pretendida ou o escopo do texto de chegada como determinado pelas necessidades do iniciador³⁶. (NORD, 2005, p. 10)

Para Nord, uma vez que uma tradução pode assumir diferentes formas a depender dos objetivos e da demanda do iniciador, não é possível estabelecer uma relação de um para um entre original e tradução e, portanto, não é possível falar em equivalência. A segunda objeção diz respeito à impossibilidade de duas palavras em línguas diferentes significarem exatamente a mesma coisa. Snell-Hornby cita como exemplo em um capítulo intitulado “A ilusão da equivalência” (*Die Illusion der Äquivalenz*) a própria palavra *Äquivalenz* em contraposição ao inglês *equivalence* (SNELL-HORNBY, 1994, p.14). A autora aponta como diferenças, por exemplo, o fato de podermos encontrar registros dicionarizados de usos para a palavra *equivalence* já a partir de 1460, enquanto o alemão *Äquivalenz* seria muito mais recente (por volta de 1960). Além disso, os campos de utilização das palavras não seriam exatamente os mesmos – ainda que ambas tenham uma conotação científica marcante, *equivalence* também seria usada na língua comum, contrastando com o termo em alemão. Finalmente, a autora indaga

³⁶ “It is not the source text as such, or its effect on the ST receiver, or the function assigned to it by the author, that operates the translation process, as is postulated by equivalence-based translation theory, but the intended function or skopos of the target text as determined by the initiator’s needs” (tradução nossa). O iniciador é, na teoria do escopo, a parte interessada em obter a tradução, *i.e.* a parte responsável pela demanda.

sobre a utilidade de um conceito de equivalência para a teoria da tradução, ainda que as dificuldades técnicas e conceituais envolvidas fossem superadas.

A despeito dos problemas das abordagens discutidas e das objeções feitas à noção de equivalência, esses problemas todos talvez não sejam irremediáveis. Em princípio, não há nada que impeça que abordemos a questão da equivalência de uma perspectiva descritiva e que o façamos de um modo claro. Uma perspectiva como essa se dedicaria não a procurar estabelecer modos mais apropriados ou corretos de equivalência, mas sim a procurar descrever relações existentes (ou verificar a existência dessas relações) entre original e tradução, independente de serem essas relações consideradas adequadas ou não. Além disso, é possível, por hipótese, compatibilizar uma proposta de reflexão sobre equivalência com uma compreensão de tradução que não seja de todo reducionista, que entenda tradução como mais do que a mera troca de códigos. Isso não significa, é certo, negar a relevância do papel desempenhado pelas línguas envolvidas, ainda que esse papel possa não ser considerado o mais importante – para ser um objeto de estudos justificável para os Estudos da Tradução, basta apenas que haja *algum* papel desempenhado pelo nível lingüístico. O que deve ficar claro é que há uma diferença crucial entre dizer que há aspectos lingüísticos relevantes para o processo tradutório e dizer que a história acaba aí.³⁷

Assim, o conceito de equivalência a ser desenvolvido neste trabalho deve, então, para responder às críticas apresentadas acima, possuir as seguintes características: I) apresentar uma concepção de significação e interpretação compatível com o conceito, que não só permita, mas também justifique que se possa falar em equivalência em tradução; II) deve também ser compatível com um entendimento da tradução que vá além da mera transposição de sentidos entre diferentes códigos. Isso não significa que o conceito postulado tenha que ser capaz de dizer algo a respeito de todos os aspectos da tradução (o que seria uma tarefa bastante ambiciosa, senão de exeqüibilidade duvidosa), mas que ele não entre em conflito com fatores de outras ordens. Disso decorre que III) equivalência neste trabalho deve ser uma noção *descritiva* e, portanto, não deve ser aplicável somente a um tipo de

³⁷ Cf. Introdução.

relação tradutória tida como “ideal” ou “recomendada”, deve ser capaz de abranger qualquer tipo de relação que seja pertinente ao nível analisado, abarcando desde traduções tidas como adequadas até as tidas como inadequadas, sejam elas exemplos claros de tradução ou casos marginais ou limítrofes. É importante frisar, portanto, que equivalência aqui *não* será tratada como uma noção *normativa*. IV) deve ser clara. V) deve ser capaz de dizer algo relevante sobre a tradução enquanto fenômeno, ou seja, deve possuir *potencial heurístico*.

Sobre a crítica feita por Nord a respeito da não-biunivocidade da noção de equivalência (*i.e.* a existência de diversas possibilidades de relação entre um texto de partida e um texto de chegada, e a impossibilidade prática de retroversão), não deveria nos preocupar, a princípio, o fato de que a um mesmo original possam corresponder várias traduções, por duas razões: a primeira diz respeito aos diversos aspectos que um texto possui, sendo que uma dada tradução pode enfatizar um determinado aspecto (ou determinados aspectos) em detrimento de outro(s). Assim, em uma tradução de um poema a forma pode eventualmente ser mais relevante que o sentido (embora dificilmente a tradução de um poema possa prescindir do sentido – se assim fosse, qualquer soneto em decassílabos heróicos poderia ser considerado como tradução *e.g.* do poema *O poeta do hediondo*, de Augusto dos Anjos, desde que tivesse o mesmo esquema de rimas). Desse modo, ainda que seja difícil falar em uma equivalência *plena*, em que duas palavras são idênticas em todos os aspectos (o que, por definição é impossível, afinal, duas palavras idênticas em *todos* os aspectos seriam literalmente a *mesma* palavra), podemos falar em equivalência em diferentes aspectos – semânticos, pragmáticos, rítmicos, etc.

Embora a questão da equivalência seja posta centralmente em termos de significação (ainda que a noção de significação normalmente não seja posta de maneira clara, como veremos adiante), assumir diferentes níveis de equivalência ao invés de uma noção de equivalência *plena* significaria relativizar esse conceito. Uma decorrência dessa opção, no entanto, seria a de que poderíamos ter uma palavra equivalente a outra em mais aspectos do que uma terceira, tornando a noção de equivalência uma noção *fuzzy* (ou seja, a aplicação do predicado *equivalente* não seria uma categorização do tipo “tudo

ou nada”, mas uma noção *vaga e gradual*). Veremos adiante que temos mais razões para adotar essa postura. Essa estratégia de divisão do conceito pode ser útil na discussão das diferenças apontadas por Snell-Hornby entre as palavras *Äquivalenz* e *equivalence*, que parece dizer respeito a diferenças entre aspectos semânticos e pragmáticos – de um ponto de vista semântico, elas teriam basicamente o mesmo significado, enquanto que diferenças de contexto de uso poderiam ter relevância pragmática. Essas diferenças podem apenas significar que, embora *Äquivalenz* e *equivalence* sejam semanticamente equivalentes, pragmaticamente a relação de equivalência se estabelece com outros pares. Voltaremos a essa questão mais tarde.

Quanto à questão da não biunivocidade da relação de equivalência em termos estritamente semânticos, não deveria nos espantar que não tenhamos uma relação biunívoca. Afinal, as línguas naturais não são livres de redundâncias – uma língua pode possuir várias palavras para um mesmo conceito ou entidade, *e.g. rapaz, moço, sujeito, cara*. Não há inclusive uma distinção de registro entre as duas últimas palavras, elas podem ocorrer de forma livre dentro de um mesmo contexto, inclusive em um mesmo falante. De um ponto de vista teórico, não haveria, em princípio, um problema em admitir que a relação de equivalência não seja biunívoca, desde que possamos estabelecer um critério igualmente rígido para julgar o mérito da relação.

Em relação aos aspectos históricos, de fato, parece pouco provável que encontremos algum grau de equivalência se os considerarmos e, caso os encontrássemos, seria de modo meramente fortuito. Não pretendemos adentrar essa discussão aqui, uma vez que o foco deste trabalho é outro. Contudo, embora esses aspectos possam eventualmente ser relevantes para algum tipo muito específico de texto, essa parece não ser a regra. De fato, o argumento central do estruturalismo para evitar explicações diacrônicas na descrição das línguas era justamente o fato de que, de modo geral, os falantes não estão cientes de aspectos históricos de sua língua.

A respeito de II), mais do que somente propor uma noção de equivalência compatível com uma concepção interessante de tradução, analisaremos também a possibilidade de *definir* tradução em termos de relações de equivalência, a exemplo de tentativas anteriores, conforme comentado acima. Como requisito para essa análise, procuraremos nos certificar sempre de evitar

um conceito muito estreito (um conceito que deixe de fora traduções por serem consideradas “inadequadas” ou por não serem exemplos prototípicos), bem como um conceito muito amplo (que não seja capaz de distinguir entre traduções e outras formas de produção textual claramente não tradutórias). Além disso, uma vez que o limite entre produções textuais tradutórias e não tradutórias nem sempre é claro, procuraremos também dar conta da variabilidade dos julgamentos sobre a propriedade de se classificar um texto como tradução ou como outro tipo de produção.

Essa análise, contudo, não será propriamente uma proposta acabada de definição para o conceito de tradução, nem mesmo como uma versão provisória acabada, por conta de nosso recorte restrito: para não correr o risco de incorrer em uma superficialidade no tratamento do tema, nosso foco será apenas a equivalência em termos estritamente semânticos. Isso significa que a noção de equivalência como proposta de definição para a noção de tradução será inevitavelmente incompleta neste trabalho, mas deverá se mostrar ainda útil e, talvez, promissora. A aposta no potencial da noção de equivalência como forma de definir *tradução* é também a tentativa de resposta ao item V), sobre a produtividade da noção de equivalência.

1.3. Tipos de equivalência

Ainda que a questão da significação certamente seja umas das mais centralmente postas, outros aspectos também podem se mostrar relevantes na discussão sobre equivalência em tradução. Desde as origens das reflexões sobre tradução podemos encontrar uma divisão entre traduzir *letra* ou *espírito*, tradução *literal* ou *livre*, orientar a tradução ao autor ou ao leitor (ou ao pólo da adequação ou ao da aceitabilidade), ou como uma contraposição entre equivalência formal (ou correspondência formal) e equivalência dinâmica. Essa última parece ser o que poderíamos chamar de uma leitura dessa discussão baseada numa ótica que parte do ponto de vista da equivalência, e também parece estar presente na proposta de Koller, incluída na contraposição entre equivalência conotativa *versus* equivalência denotativa/pragmática.

A proposta de Koller, com sua divisão em cinco tipos de equivalência, chama a atenção para a eventual necessidade de se trabalhar com

equivalência em mais níveis. Mais do que isso, Koller também enfatiza a necessidade de esclarecer que tipo de característica de um texto está sob consideração quando se fala em equivalência entre um original e uma tradução. Sua divisão, contudo, é pouco criteriosa (conforme discutido acima), apelando mais para exemplos do que para definições propriamente ditas. Uma teoria da tradução que se baseie na noção de equivalência deveria, em princípio, apontar quais os tipos de equivalência necessários para lidar com a tradução. A resposta à pergunta “quantos e quais são os tipos de equivalência?” parece não ser de fácil resposta, no entanto. É claro, diferentes teorias podem fazer uso de divisões diferentes do conceito (ou ainda, *trabalhar com conceitos diferentes de equivalência*), a depender do papel que ele desempenha na teoria, bem como do recorte feito do objeto de estudos. Mas, para além dessa variabilidade (que não é em nada prejudicial, sendo perfeitamente natural que diferentes teorias foquem diferentes aspectos), poderíamos indagar sobre a possibilidade de equivalência em qualquer nível possível de comparação entre original e tradução, variando desde categorias como significado e efeito, passando por categorias como ritmo e métrica, até categorias de valores estéticos (o que não significa, é claro, que obteríamos uma resposta afirmativa em todos os casos). Contudo, nem todas as características do texto serão relevantes (a composição da tinta usada na impressão provavelmente não será), a questão sendo justamente essa: de quantos tipos de equivalência uma teoria *precisa* dispor em seu quadro teórico?

Ainda que a presente reflexão não possa ser considerada como, nem esteja inserida em, um modelo ou uma teoria, uma vez que equivalência é nosso tema central, seria interessante apontar que tipos de equivalência estamos considerando. Nosso foco, conforme já dito, será a significação, mais especificamente a significação em seus aspectos semânticos (em oposição aos aspectos pragmáticos). Para lidar com a questão, precisaremos distinguir entre dois tipos de equivalência: equivalência semântica e equivalência pragmática. Essa divisão corresponde àquela feita na lingüística entre os níveis semântico e pragmático, ou seja, o termo *equivalência pragmática*, como entendido aqui, difere do estabelecido por Koller. No entanto, uma vez que a divisão entre pragmática e semântica é um tema controverso na

lingüística, acredito ser necessário um esclarecimento a respeito da posição adotada neste trabalho, o que será feito mais adiante (item 2.3).

É claro que essa abordagem da noção de equivalência não se pretende exaustiva, conforme apontado anteriormente. Uma proposta que se pretendesse exaustiva deveria apresentar uma divisão mais parecida com a de Koller, procurando cobrir todos os níveis possíveis em que a equivalência poderia ser interessante a uma tradução ou a um determinado conjunto de aspectos abordado pela teoria. Mas mesmo a tentativa de elaboração de uma proposta mais completa não significa que a noção de equivalência possa esgotar as discussões no âmbito dos estudos da tradução – certamente há aspectos do fenômeno tradutório que não podem ser explicados através do conceito de equivalência. Isso não impede, contudo, que procuremos sistematizar determinados aspectos da tradução fazendo uso da noção onde for possível. É claro, essas tentativas de sistematização nunca são definitivas, e sempre permanece um “resto” ainda por ser sistematizado, o que talvez signifique que algumas categorias não sejam, no fim das contas, sistematizáveis. Esse pode ser um argumento contra as tentativas de sistematização de alguns fenômenos, aí incluída a tradução. Uma vez que sempre sobra algo por ser sistematizado, ou seja, uma vez que essas tentativas de sistematização sempre necessitam de um recorte e, em alguma medida e num certo sentido, de uma redução do objeto de estudos, a própria validade dessas tentativas de sistematização pode ser posta em dúvida. Para alguns, isso significa que alguns fenômenos “não se deixam sistematizar”. A questão não é apenas a inevitável necessidade de reduzir (*i.e.* recortar) o objeto de estudos em alguma medida, conforme já comentado. O argumento em questão parece ser antes a respeito da impossibilidade de sistematização de dados fenômenos, e não apenas uma questão de recorte.

Se de fato há fenômenos impassíveis de sistematização ou não é uma pergunta de difícil resposta: se por um lado a ausência de sistematizações satisfatórias pode apontar para uma impossibilidade, por outro ela pode apenas apontar para uma deficiência a ser superada. Se há de fato fenômenos que por sua natureza não podem ser descritos cientificamente ou se nós apenas não procuramos explicações nos lugares certos é uma questão não-decidível - a única maneira de saber que não é possível encontrar respostas

seria procurando em todos os lugares, o que é claramente impraticável, dadas as nossas limitações. Para os fenômenos que encontramos sistematizações razoáveis (sempre temporárias e de alcance restrito, é certo), sabemos serem possíveis sistematizações razoáveis. Para todo o resto, não há como saber se se trata de uma impossibilidade *a priori* ou uma limitação a ser superada. Seja como for, em nada perdemos ao procurar sistematizar a tradução em seus diversos aspectos, mesmo que nossa tarefa esteja fadada ao fracasso desde o princípio. Mesmo essas tentativas fracassadas sempre são capazes de dar contribuições significativas para o nosso entendimento da natureza da tradução. Se não for possível encontrar nenhuma resposta aos problemas levantados, talvez possamos ao menos reformular alguns deles, partindo de uma outra perspectiva. Desse modo, esperamos que a presente tentativa de sistematização das relações de significado estabelecidas entre um original e uma tradução possa ser de alguma utilidade, ao menos no sentido de reformular alguns antigos problemas da área dos Estudos da Tradução, criar outros novos e, com sorte, tornar alguns aspectos da tradução mais claros.

2. Equivalência tradutória

2.1. Equivalência e Significação

A questão da significação parece ser central para a compreensão do que significa *traduzir*. No caso da poesia, citado anteriormente, a forma apenas não é suficiente para que consideremos um dado texto como tradução de outro, mas, por outro lado, uma alteração completa da forma do poema ainda permite a identificação de um dado texto como tradução de outro. Assim, não há o menor problema em se referir à “tradução da *Eneida* de Jaime Bruna”, um texto escrito em prosa. Mesmo para casos em que a forma tem maior relevância, parece ser necessário que se mantenha, no mínimo, um paralelismo semântico. Além disso, de acordo com a vertente funcionalista, um texto pode ter um propósito ou função diferente(s) do texto de partida e ainda assim ser considerado uma tradução. A questão da significação parece, portanto, ser de suma importância para se entender a natureza da tradução enquanto fenômeno lingüístico. É claro, tratar da tradução enquanto fenômeno lingüístico não significa que os demais aspectos não sejam relevantes, ou que seja possível tratar de todos os aspectos do fenômeno tradutório abordando apenas os aspectos lingüísticos (um ponto que esperamos já ter deixado claro). De fato, a questão da significação pode desempenhar um papel bastante modesto em dadas vertentes teóricas preocupadas, por exemplo, com relações de poder envolvidas no ato tradutório, ou com a influência das traduções no desenvolvimento das literaturas nacionais, etc.

Desse modo, a possibilidade ou impossibilidade de haver equivalência entre duas palavras ou expressões em termos de sentido vai estar relacionada com a concepção de significação adotada por determinada teoria. Obviamente não há qualquer espaço para noção de equivalência na concepção desconstrucionista de significação³⁸, que põe em dúvida a possibilidade de

³⁸ A menção a “uma concepção desconstrucionista de significação” provavelmente será julgada inadequada por teóricos desconstrucionistas, que fazem questão de sublinhar que não há algo como a desconstrução, sendo sempre mais adequado falar em *desconstruções* do que propriamente de *uma* desconstrução. Contudo, os aspectos que apontamos a seguir parecem ser comuns, se não a todos, pelo menos a uma parte considerável dos teóricos de formação desconstrucionista, o que talvez permita falar (ainda que procedendo em alguma medida a uma redução) de uma concepção desconstrucionista do significado. Além disso, a idéia é mais

uma “origem pura”, fruto das intenções de um autor consciente. De acordo com Rodrigues (2000), encontramos essa crença em “uma origem pura” nos defensores da noção de equivalência (como Nida, Catford e Toury). Segundo Rodrigues:

o pressuposto dos trabalhos analisados até este ponto [de Nida, Catford, Toury e Lefevère] é a de que há uma ‘fonte’, o texto original, da qual flui um significado intencional, que provoca certo efeito que pode ser reconhecido e recuperado pela tradução. O paradigma em que os trabalhos se colocam é, portanto, semelhante, pois suas propostas decorrem do pressuposto de que há um sentido e uma mensagem presentes nos textos que podem ser recuperados pelo tradutor ou pelo pesquisador e transmitidos por diferentes meios ou por diferentes línguas, sem que se afete sua integridade. (2000, p. 163)

Esses pressupostos decorreriam de uma concepção de leitura como “uma tarefa protetora, em que os significados são recuperados pelo leitor” (p. 167). A essa concepção de significação e de leitura, Rodrigues contrapõe a concepção desconstrucionista de linguagem, que aqui entendemos estar fundamentada em quatro pontos centrais: I) o caráter *produtor* da leitura; II) a *instabilidade* inerente ao signo lingüístico; III) o papel determinístico do *contexto* na interpretação; e IV) a noção de *différance*. No trabalho de Rodrigues, podemos acrescentar um quinto item V) o papel determinístico da *comunidade interpretativa* na interpretação. No que se segue, apresentaremos cada um desses itens, discutindo suas implicações na seqüência.

De acordo com a ótica desconstrucionista “não é possível, através da leitura ou da tradução, recuperar integralmente um significado único e estável no texto: ele não existe” (OTTONI, 2005, p. 41). Essa impossibilidade decorreria da natureza essencialmente criadora da leitura. Segundo Rodrigues,

generalizar a observação desconstrucionista do que propriamente desrespeitá-la: é tanto possível falar em A Desconstrução quanto é possível falar sobre qualquer outra vertente teórica, ou seja, procedendo sempre a uma redução em alguma medida. Assim, podemos, a despeito das diferenças, falar sobre O Estruturalismo, ainda que o estruturalismo europeu (saussuriano) divirja em muitos aspectos do estruturalismo norte-americano (bloomfieldiano). (Para uma comparação entre o estruturalismo europeu e o norte americano, ver Borges, 2004)

“ao ler, estamos criando um texto, estamos escrevendo nosso próprio texto, não restituindo o sentido dado pelo autor” (p. 202). Segundo a autora, esse caráter ativo e produtor da leitura seria incompatível com a noção de equivalência, uma vez que pensar em equivalência “é, em outras palavras, pensar na univocidade, na possibilidade de uma leitura definitiva que encerra o jogo da intertextualidade e se constitui enquanto verdadeira e única” (p. 201). A concepção de equivalência encontrada em todos os quatro autores analisados no trabalho de Rodrigues estaria relacionada, portanto, “às concepções tradicionais de que a escritura seria a representação da intenção consciente de um autor e de que a leitura seria a recuperação das idéias e significados contidos no texto” (p. 201) Contudo, a desconstrução abalaria “a concepção de uma origem plena, de um ‘significado transcendental’ inscrito no texto, imune à diferença e ao adiamento, ou seja, à mudança espacial e temporal” (p. 201)³⁹.

Esse entendimento, no entanto, poderia nos levar a supor uma espécie de solipsismo lingüístico: uma vez que o significado não está contido no texto, mas é produzido pelo leitor e, mais do que isso, um texto novo é produzido a cada leitura, não há garantias de que seja possível interpretar um mesmo texto de uma forma minimamente semelhante. De fato, se não é o texto o portador dos sentidos e a produção do sentido fica a cargo do leitor, esperaríamos que cada leitor fosse livre para interpretar um dado texto da maneira que bem entendesse, o que certamente inviabilizaria qualquer comunicação.

A solução adotada por Rodrigues para o impasse gerado é a adoção do conceito de comunidade interpretativa, conforme delineado por Fish (1980). Para o autor, os significados não são propriedades da língua e não possuem valor intrínseco, independente de um contexto, eles seriam produzidos pela atividade interpretativa. A comunicação seria garantida não por um sistema lingüístico de significados partilhado pelos falantes, mas sim por um conjunto de crenças, propósitos e formas de entender o mundo em comum. Para Fish, a comunicação só pode acontecer “de dentro de um conjunto de interesses e preocupações” em comum – se a comunicação acontece não é porque compartilhamos uma língua

³⁹ Sobre o significado transcendental, ver abaixo, p. 59.

no sentido de saber o significado de palavras individuais e regras para combiná-las, mas porque um modo de pensar, uma forma de vida nos torna parte de e nos implica em um mundo de objetos já em seu lugar, propósitos, objetivos, procedimentos, valores e assim por diante; e é a essas características desse mundo que quaisquer palavras que nós ouçamos vão ser ouvidas como necessariamente se referindo.⁴⁰ (1980, p. 303-304).

De acordo com Fish, fora desse conjunto comum não haveria possibilidade de compreensão, nem mesmo se tentássemos fornecer uma definição “de fora” para algum conceito – “para compreender o significado de um termo individual você deve já ter compreendido a atividade geral (...) em relação à qual ele pode ser pensado como significativo”⁴¹ (p. 304). Para o autor, se a comunicação ocorre não é porque haja algum sentido inerente aos enunciados, mas porque há um conjunto de normas públicas socialmente estabelecidas. Essas regras não estariam na linguagem, mas “na estrutura institucional dentro da qual ouvimos um enunciado como já organizado com referência a certos propósitos e objetivos assumidos” (p. 306)⁴².

Dessa forma, do caráter produtor da interpretação

não decorre, entretanto, que estaríamos livres para atribuir às palavras e aos textos qualquer significado que desejássemos, pois o significado é comunitário e convencional. Assim, não há solipsismo, nem relativismo: não somos livres para criar nossos próprios propósitos e objetivos, pois não somos independentes de pressuposições institucionalmente determinadas. (RODRIGUES, 2000, p. 180)

⁴⁰ “in the sense of knowing the meanings of individual words and the rules for combining them, but because a way of thinking, a form of life shares us, and implicates us in a world of already-in-place objects, purposes, goals, procedures, values and so on; and it’s to the features of that world that any words we utter will be heard as necessarily referring”.

⁴¹ “in order to grasp the meaning of an individual term, you must already have grasped the general activity (...) in relation to which it could be thought to be meaningful”.

⁴² “in an institutional structure within which one hears utterances as already organized with reference to a certain assumed purposes and goals”.

A interpretação seria um processo socialmente regrado, uma vez que “as operações mentais que podemos executar são limitadas pelas instituições em que *já* estamos inseridos” (FISH, 1980, p. 331 *apud* RODRIGUES, p. 182), instituições essas que nos precederiam e a cujos “sentidos públicos” teríamos acesso. Embora o significado seja *completamente* dependente das pressuposições, crenças e objetivos do intérprete, não haveria solipsismo porque “essas crenças não são específicas de um indivíduo ou idiossincráticas, mas comuns e convencionais” (FISH, 1980, p. 321)⁴³. Da mesma forma, os significados produzidos por uma dada comunidade interpretativa não seriam subjetivos, “porque não provêm de um indivíduo isolado, mas de um ponto de vista público e convencional” (FISH, 1980, p. 14 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 183).

De acordo com essa concepção de significado, a leitura seria orientada pelo conhecimento prévio do membro da comunidade interpretativa, que julgaria o texto “sem se mover para fora do seu círculo de competência, suas expectativas e pressuposições” (FISH, 1980, p. 185). Assim, se o significado é dado através de estratégias interpretativas que pertencem a uma determinada comunidade interpretativa, esse significado não poderá ultrapassar os limites dessa comunidade. Nas palavras de Rodrigues:

não sendo universais, dificilmente se pode pensar que, em duas diferentes culturas, ou comunidades interpretativas distintas, que não partilhem os mesmos domínios de valor, possamos postular a igualdade de estratégias de produção de significado e de atribuição de valor. (2000, p. 184)

Assim sendo, o significado estaria ligado a uma dada forma de ver o mundo e se relacionar com ele, o que tornaria impossível uma mesma interpretação para além dos limites de uma dada comunidade interpretativa. A conseqüência imediata disso é que não há possibilidade de que uma tradução, produzida e interpretada no âmbito de uma comunidade interpretativa, possa partilhar os significados do texto original, produzido e interpretado em uma comunidade interpretativa distinta.

⁴³ “those beliefs are not individual-specific or idiosyncratic but communal and conventional”.

A noção de *différance*, proposta por Derrida (1973), seria uma proposta de desconstrução da noção de signo lingüístico estabelecida por Saussure (1916). Em uma compreensão saussuriana do signo, este seria definido em contraste a todos os outros signos que formam a língua - um signo seria definido como sendo *tudo aquilo que os outros não são*. Levando essa definição às últimas conseqüências, teríamos uma cadeia de remissões sem fim, um eterno adiamento que nunca encontra o fim do movimento. É nesse sentido que se entende a noção de *différance*, em seu sentido de *diferir*, tanto no sentido de “divergir, discordar”, “ser diferente”, “distinguir-se”, quanto no sentido de “adiar, procrastinar, retardar” (RODRIGUES, 2000, p. 198). Assim, cada significante só adquire significado ao remeter a outros significantes na cadeia de remissões. Nas palavras de Nascimento:

O signo não mais implica a possibilidade de, através do significado, recuperar a coisa a que se refere, e que se veria pelo significante diferida, isto é, *temporalizada*, mas sempre recuperável. A temporalização do ente-presente é mais do que empírica, *estrutural*. Se o que define a língua, como queria Saussure, é o fato de ser diferencial, não há mais como imaginar que a cadeia significante vá se interromper num determinado momento por ter encontrado enfim o nome exato, remetendo à presença plena da ‘própria coisa’, à referência. No mesmo lance, é a unidade da palavra como relação entre um nome e uma coisa que se desfaz, pois o sentido de um termo qualquer apenas pode ser apreendido no *jogo*, puro e impuro, das diferenças e dos diferentes. O sentido não poderá mais ser reenviado simplesmente à função do significado transcendental (relacionando um nome ao ente-presente como *eîdos*), nem à função da referência empírica (relacionando um nome a uma instância material qualquer). O logocentrismo perde aqui suas *referências*. O significante é o significado, e ambos se vêm inscritos numa estrutura que oscila, indecidível, entre um e outro, criando a cada vez novas referências (2001, p. 147, grifo do autor)

De acordo com essa leitura da *différence* saussuriana, nesse jogo de adiamentos, cada elemento só adquiriria significado tomando como base um rastro (*trace*). Assim, “cada elemento se constitui a partir do rastro dos outros elementos da cadeia ou do sistema”, só há “por toda parte, diferenças e rastros de rastros” (DERRIDA, 1973 *apud* RODRIGUES, 2000, p. 198), nunca haveria o encontro de uma presença exterior à linguagem. Esse movimento de protensão e remissão só encontraria seu fim numa unidade pré-babélica jamais alcançada, permanecendo somente como promessa de completude. Nenhuma língua estaria apta a, individualmente, alcançar o “significado transcendental”, tangível somente através de uma “língua pura” (ou da “pura língua”), a língua de um todo pré-babélico. Nas palavras de Derrida:

Através de cada língua algo é visado que é o mesmo e que, no entanto, nenhuma das línguas pode atingir, separadamente. Elas podem pretender atingi-lo, e se lhe prometer, apenas co-empregando ou co-desdobrando suas visadas intencionais, ‘o todo de suas visadas intencionais complementares’. Esse co-desdobramento em direção ao todo é um desdobramento, pois o que ele visa atingir é ‘a língua pura’ (*die reine Sprache*), ou a pura língua. (2006, p. 66)

Assim, a tradução não seria repetição ou preservação de valores, a tradução deve ser encarada como *suplemento* do original. A tradução seria diferença: “uma tradução esposa o original quando os dois fragmentos unidos, *tão diferentes quanto possível*, se completam para formar uma língua maior” (DERRIDA, p. 224 *apud* RODRIGUES, p. 208, grifo nosso).

De todas essas considerações decorreria o caráter *instável* do signo, bem como a dependência do significado em relação ao contexto. Rodrigues critica os trabalhos por ela analisados justamente por colocarem o texto-fonte “fora do jogo da linguagem”, por considerarem-no como “estável, portador de um conteúdo imanente”. Para Rodrigues

(...) se uma leitura é partilhada e convencional, não pode haver uma ‘origem’ pura, imutável, ou seja, um ‘texto-fonte’ *estável*, como pressuposto pelo pensamento tradicional sobre tradução.

Pelo contrário, os textos são sempre produzidos de acordo com certas circunstâncias, assim como sua leitura e sua tradução. (2000, p. 183, grifo nosso)

Além disso, podemos perceber que o que se entende por *contexto* na reflexão desconstrucionista, as *circunstâncias* em que um significado é produzido, tanto na produção do texto, quanto em suas diferentes leituras e traduções, vai muito além do contexto imediato, textual que o cerca. A noção de contexto remete ao contexto social e histórico em que o texto se insere, como pode ser notado nas críticas que Rodrigues faz à noção de equivalência, que pressuporia a “preservação de conteúdos ou de valores, apesar da mudança de contexto, de espaço e de tempo.” A desconstrução de um “significado transcendental” apreensível através de uma única língua poria em xeque a idéia de um significado inscrito no texto, “imune à diferença e ao adiamento, ou seja, à mudança espacial e temporal”.

Rodrigues comenta o exemplo de Fish (1980) em que uma aluna da Hopkins University, no primeiro dia de aula, pergunta a um professor: “*is there a text in this class?*” (“há um texto nessa aula?”). A pergunta foi interpretada pelo professor como uma pergunta sobre a adoção de um dado livro durante o curso, enquanto a aluna tinha a intenção de interrogar o professor sobre a crença ou não na existência de poemas ou coisas, ou se esses seriam considerados apenas como construções humanas. Para Fish, no âmbito do debate contemporâneo, haveria apenas duas maneiras de explicar o mal entendido entre professor e aluna: “há um significado literal do enunciado e não poderíamos dizer qual é ele, ou há tantos significados quanto há leitores, e nenhum deles é literal.” (1980, p. 305-306). O autor segue uma terceira via, entendendo que ambos os significados são literais, um do contexto do professor e um do contexto da aluna. Decorreria disso que o sentido seria sempre derivado do contexto, aqui entendido em seu sentido amplo, como contexto social e institucional em que vivemos - não haveria sentido fora do contexto. Segundo Fish, a interpretação do professor só é possível porque ele estaria familiarizado com a rubrica “primeiro dia de aula” e, portanto, *já sabia* que tipo de perguntas esperar nessa situação (p. 311). De modo similar, o sentido dado pela aluna à pergunta também derivava do contexto em que ela

estava inserida, o contexto do debate contemporâneo sobre a existência ou não de significados inerentes ao texto (já que a aluna era, inclusive, aluna do próprio Fish). Mesmo quando nos pedissem para interpretar uma sentença fora de contexto, o faríamos considerando o contexto em que essa sentença é mais comumente ouvida (p. 310).

Rodrigues também comenta a tese da indeterminação de Quine, afirmando que ela “poderia minar as bases que fundamentam a concepção de tradução como equivalência de Nida, ou de Catford, pois abalaria o próprio conceito de equivalência” (2000, p. 175). Apresentaremos e discutiremos mais detalhadamente a tese da indeterminação de Quine mais adiante (item 3.2).

Grande parte dos aspectos apresentados acima como sendo pontos centrais na ótica desconstrucionista sobre a tradução, a interpretação e a significação foram, durante muito tempo, negligenciados pelos Estudos da Tradução, centrados durante muito tempo em discussões sobre os modos ideais de traduzir ou sobre que tipo de características do original deveriam ser mantidas na tradução. Nesse sentido, a concepção desconstrucionista de significação acima esboçada tem um papel fundamental na medida em que recupera e levanta uma série de questões que, de outro modo, teriam sido deixadas de lado. Essa concepção de significação tem como principais vantagens o fato de destacar o papel ativo do leitor no processo de interpretação, bem como a relevância do tempo e do espaço, da dimensão social da comunicação e a possibilidade de diferentes interpretações para um mesmo enunciado. O caráter variável e instável dos valores atribuídos (arbitrariamente) a um signo lingüístico deixariam, além disso, uma porta aberta para explicar não apenas as mudanças sofridas por uma língua ao longo do tempo, mas também a variação dentro de uma mesma língua (e.g. a variação dialetal, provavelmente interpretável como decorrente do pertencimento dos falantes a diferentes comunidades interpretativas). No entanto, a despeito de suas vantagens, algumas conseqüências indesejáveis dessa concepção de linguagem podem surgir. No que se segue apresentaremos algumas críticas a essa concepção, assinalando algumas questões que deverão ser respondidas também pela concepção adotada neste trabalho, a ser apresentada na seqüência.

Em primeiro lugar, o papel do contexto na interpretação receberia um papel absolutista. É certo que o contexto, tanto no sentido estrito (*i.e.* o contexto textual) quanto no sentido amplo (*i.e.* o contexto histórico-social), desempenha um papel central na interpretação. Contudo, uma das maiores habilidades lingüísticas de que dispomos enquanto seres humanos parece ser justamente a capacidade de abstrair os significados de um dado contexto, sendo capazes inclusive de aplicá-los em contextos inéditos e calcular sua função nesse novo contexto. Isso não significa, é claro, negar a importância da bagagem lingüística, cultural e histórica do falante, responsável por sua capacidade e amadurecimento lingüísticos, mas significa dizer que o significado não é completamente contextual - reinventar o significado de um dado termo a cada novo contexto seria um trabalho de Sísifo, seria reconstruir a língua a cada enunciado.

Uma abordagem que procure reduzir o significado ao contexto seria passível das mesmas críticas que Dascal (2006) dirige a abordagem wittgensteiniana, delineada ao longo das *Investigações Filosóficas* (1999 [1953]), que procura entender que o significado de uma expressão nada mais é do que suas *condições de uso* em um certo “jogo de linguagem”.⁴⁴ Segundo Dascal:

Partindo da observação de que, quando alguém profere a afirmação ‘Esse filme é bom’, a pessoa geralmente está *recomendendo* o filme ao seu interlocutor, não se pode concluir que o *significado* de ‘x é bom’ seja ‘eu recomendo x a você’. Isso porque, quando alguém profere sentenças compostas contendo ‘x é bom’ (por exemplo, ‘Se esse filme é bom, merece um Oscar’) essa pessoa não está executando um ato de recomendação. (...) Não resta dúvida de que os filósofos que salientaram a importância das condições de uso contribuíram com valiosas análises conceituais para a pragmática (...) Não obstante, as suas tendências reducionistas os impediram de discernir os diferentes fatores que interagem na determinação

⁴⁴ Cf., por exemplo, o parágrafo 43 das *Investigações*.

do que é transmitido por uma elocução. (2003, p. 51, grifos do autor)⁴⁵

Da mesma forma, ainda que a sentença “tem um cachorro no jardim” possa ser usada para diferentes funções e, portanto, num certo sentido, assumir diferentes sentidos em diferentes contextos (e.g. quando dita por um ladrão ao seu comparsa quando eles escolhem que casa roubar, ou dita por um patrão ao seu empregado que deveria manter o cachorro no canil), o sentido de que existe um cão no jardim estaria presente em todos eles (caso não houvesse um cão no jardim, os interlocutores em ambos os casos poderiam protestar).⁴⁶ O mesmo vale para o contexto no sentido mais amplo (i.e. contexto histórico, social ou ideológico): chamar alguém de racista pode assumir diferentes conotações quando dita por um neonazista ou por um judeu, tanto por um burguês conservador quanto por um estudante de esquerda e, presumivelmente, tanto durante a segunda guerra mundial quanto nos dias de hoje, mas em todos esses casos o sentido da palavra *racista* estaria presente, podendo inclusive provocar discussões sobre a justiça de se aplicar o predicado a um dado indivíduo ou não. É claro, o modo como cada falante em cada contexto julga o termo seria obviamente diferente, mas isso não os impediria de identificar um sentido comum para o termo - o que não significaria, é claro, que as diferenças de contexto não seriam relevantes, mas sim que o contexto é um dos fatores envolvidos, ou melhor, um *conjunto de fatores*, que podem variar desde o entorno textual (o co-texto) e conhecimentos lingüísticos específicos (como informações sobre características típicas de dados gêneros textuais) até o conhecimento de mundo disponível na comunicação.

Às vertentes teóricas que procuram enfatizar o papel do contexto na interpretação, Dascal chama *contextualismo* (2006, p. 561). Às tendências que mantêm a noção de um significado da sentença, mas privilegiam outros fatores contextuais, o autor chama *contextualismo moderado*, ao passo que às tendências que afirmam que o significado da sentença não existe, que o

⁴⁵ Vale ressaltar que com “tendências reducionistas” o autor pode estar se referindo à tentativa de reduzir a semântica à pragmática, que é o que está em discussão, e não a uma eventual abordagem simplista dos autores em questão. O termo é, contudo, obvia e talvez propositadamente ambíguo.

⁴⁶ Exemplo de Chierchia (2003).

sentido é dado inteiramente através do contexto, Dascal chama *contextualismo reducionista*. O autor não apresenta grandes objeções ao primeiro tipo (contextualismo moderado), e afirma inclusive que o modelo de interpretação por ele apresentado “pode ser caracterizado como uma forma de ‘contextualismo moderado’” (p. 570). Ao segundo tipo, em contrapartida, Dascal apresenta algumas críticas: segundo ele, ainda que uma parte muito pequena ou mesmo nenhuma parte do sentido da sentença (*i.e.* o sentido abstraído do contexto) seja mantida na interpretação final, seu papel é fundamental. Segundo Dascal:

não importa o quão pequeno é o papel desempenhado pelo significado da sentença proferida; ele não pode ser completamente descartado, pois desempenha um papel crucial no processo da interpretação: a sua contribuição não consiste em acrescentar um item adicional à quantidade de informação transmitida, mas de conduzir o ouvinte para a identificação dos itens de informação relevantes no *background* do conhecimento compartilhado (assim como em outros componentes do contexto). Ele possui então uma função ‘controladora’ comparável à malha de retroalimentação de um dispositivo mecânico: embora utilizando somente uma fração pequena da energia total envolvida no processo, o sistema de retroalimentação é um dos principais fatores na determinação do *output* do dispositivo. (DASCAL, 2006, p. 568)

Para o autor, o contextualismo radical falha justamente por ignorar esse papel fundamental do significado da sentença. No caso do exemplo de Fish em que a aluna interroga o professor sobre a existência de um texto na aula, o que parece estar em questão é justamente uma situação em que uma parte pequena do sentido literal permanece em ambas as interpretações finais. O sentido literal (*i.e.* se havia um texto presente naquele momento naquele local específico) seria julgado insuficiente, o que levaria o professor a buscar uma outra interpretação mais adequada. O professor faz uso da informação disponível no contexto, mas não de uma mesma maneira que a aluna o faz. No entanto, é somente *porque* a interpretação da sentença em seu sentido literal é

tida como insuficiente que o professor é levado a procurar uma outra interpretação, que certamente não é literal.

Dasal também chama esse tipo de modelo de *superpragmático*, uma vez que nesse modelo, de algum modo, o leitor/ouvinte é capaz de saltar diretamente do contexto para a significação. O modelo delineado por Fish parece ter em mente uma espécie de “leitor vidente”, um leitor que já antecipa, através do seu conhecimento das normas e estratégias interpretativas socialmente estabelecidas, o comportamento lingüístico de seu interlocutor. Segundo Fish, os significados não são calculados pelo intérprete, mas “já vêm calculados” (1980, p. 318). O modelo de Fish enfrenta sérios problemas para explicar um comportamento que abertamente seja inesperado ou para explicar como é possível aprender sobre coisas que não conhecemos utilizando a linguagem. Se, por exemplo, ao invés de ter feito uma pergunta pertinente ao curso, seguindo a rubrica “primeiro dia de aula”, a aluna da Hopkins University tivesse dito algo completamente inesperado ou inadequado (e.g. se tivesse feito uma declaração de amor, ou se tivesse dito que sua cor preferida é rosa), o professor certamente seria capaz de compreender a sentença proferida, ainda que ela violasse uma série de normas sociais muito bem estabelecidas e estivesse completamente fora da rubrica “primeiro dia de aula”. O professor poderia mesmo duvidar (e certamente o faria) da seriedade do proferimento da aluna, tendo em vista justamente essa discrepância entre o comportamento esperado e o comportamento da aluna, mas, a despeito disso, o caso poderia ser sério. A despeito das violações das normas sociais, o professor certamente compreenderia a frase da aluna, ainda que nunca tivesse presenciado uma situação semelhante. No limite, o exemplo aponta para um fato bastante simples que os modelos contextualistas têm sérias dificuldades para explicar - o fato de que somos capazes de interpretar, mesmo nos contextos mais inesperados ou inéditos.

Poderíamos apresentar ao exemplo de Fish uma crítica semelhante à feita por Dasal a Searle (1978) (ainda que a posição de Searle seja bastante diferente da de Fish): a de que ele exige do significado literal que ele seja “capaz de captar a significação completa da elocução (ou boa parte dela)” (DASCAL, 2006, p. 578), o que claramente não é uma exigência razoável, se estivermos considerando que uma interpretação completa não pode ser dada

sem algum tipo de referência ao contexto. Não se trata de defender um “literalismo”, que seria a tendência oposta, de tentar reduzir o significado de um enunciado ao seu sentido literal, mas de entender que “a significação total de uma elocução é o resultado da interação de diversos fatores, sendo o significado literal da sentença apenas *um* deles” (DASCAL, 2006, p. 578).⁴⁷

Essa mesma capacidade de abstrair o significado de diferentes contextos nos leva também a pôr em dúvida a natureza *instável* do signo lingüístico. Não há dúvidas de que o signo é uma entidade dinâmica, passível de sofrer alterações ao longo do tempo, e mesmo admitindo variações dentro de um mesmo período e, portanto, deve possuir alguma parcela de instabilidade como força motriz dessa mudança e variação. Contudo, negar ao signo lingüístico um mínimo de estabilidade significaria admitir a impossibilidade de prever em alguma medida o significado que dadas expressões assumem em determinados contextos, o que significaria admitir a impossibilidade da comunicação. Negar a possibilidade de um mínimo de semelhança entre as interpretações de dois falantes de uma mesma língua importaria dificuldades significativas à explicação de atividades corriqueiras, como marcar um encontro ou falar sobre o tempo.

Além disso, um modelo que procure explicar a interpretação também deve ser capaz de explicar como é possível falar de coisas inéditas para o falante. De fato, uma das habilidades centrais da linguagem humana consiste justamente em ser capaz de produzir e interpretar sentenças nunca antes ouvidas. Se o significado fosse uma entidade *completamente* instável, não seria possível considerar os diferentes fatores envolvidos na interpretação e chegar, ao fim, a uma interpretação que não fosse completamente idiossincrática e arbitrária. Seja porque há uma relação entre palavras e conceitos, palavras e entidades no mundo ou porque há determinados modos sedimentados de interpretação em uma dada comunidade interpretativa, o signo lingüístico *precisa* ter um comportamento previsível, do contrário não haveria qualquer garantia de que um signo com uma interpretação *x* em um dado momento não fosse interpretado como *z* no instante seguinte. Isso significa dizer que, mesmo que o significado mude (em função do contexto, do

⁴⁷ Para a discussão completa dos argumentos de Searle por Dascal, ver Dascal (2006, p. 561-579).

tempo ou do espaço), as mudanças que ele sofre devem ser passíveis de predição, do contrário, não seria possível que o falante e o ouvinte chegassem a uma interpretação semelhante, mesmo nos limites de uma mesma comunidade interpretativa. Mesmo a velocidade dessa dinâmica não pode extrapolar certos limites⁴⁸. Assim, se por um lado a interpretação é dinâmica e produtora de sentidos, por outro ela deve garantir um mínimo de intersubjetividade para que a comunicação possa ocorrer de modo eficaz.

Contudo, os termos *calcular* e *previsível* não devem ser tomados em seu sentido forte, *i.e.* não significa que dois falantes cheguem exatamente ao mesmo resultado de forma algorítmica – os sentidos em jogo são apenas parcialmente previsíveis, no sentido de que pode haver (e normalmente há) mais de uma possibilidade de interpretação envolvida. No entanto, todas essas possibilidades devem ser passíveis de serem derivadas da sentença em questão, enquanto dadas interpretações serão tidas como claramente incoerentes. Parte do sentido, entretanto, (o componente semântico) pode ser calculável no sentido *forte* (ainda que isso não implique igualdade completa de sentidos), enquanto outra parte (o componente pragmático) é, por natureza, fruto de hipóteses perfeitamente falíveis⁴⁹.

Assumir a existência de um papel do significado lingüístico no processo interpretativo implica também rever o papel da comunidade interpretativa na interpretação. Afirmar que *parte* do significado total de um enunciado é dada pelo significado da sentença, ou seja, afirmar que o significado é uma propriedade da língua, significa afirmar que o significado não é dado *inteiramente* pela comunidade discursiva. De fato, podemos entender a comunidade discursiva a que dois falantes pertencem como um dos fatores ou, mais propriamente, como um conjunto de fatores, envolvido na determinação da interpretação. Nos termos de Dascal, o fator *comunidade interpretativa* seria o critério contextual privilegiado no modelo interpretativo proposto por Fish.

⁴⁸ Encontramos um exemplo interessante no RPG *Tormenta* (CASSARO *et alii*, 2001). Nesse RPG, a raça dos halflings (a versão sem direitos autorais dos hobbits, raça criada por J.R.R. Tolkien) possui uma língua que apenas eles conhecem. Não se trata, contudo, de uma limitação biológica – a questão é que sua língua muda tão rapidamente que qualquer um que se afaste do contato dos halflings por algumas semanas que seja já não mais é capaz de reconhecer o idioma (assim como os hobbits de Tolkien, também os halflings são pouco dados a grandes viagens ou migrações).

⁴⁹ Ver item 2.2 abaixo.

O conceito de comunidade interpretativa padece, contudo, de um certo uso indiscriminado, sendo que os critérios para se estabelecer que tipo de organismos sociais podemos considerar como comunidades interpretativas permanecem ainda algo obscuros, como aponta Swales (1990).⁵⁰ Nesse sentido, o uso do conceito levantaria “tantas questões quanto as que responde”(p. 22), um problema que o texto de Swales procura em alguma medida solucionar ou, ao menos, minorar. Apesar dessas dificuldades, assumir que o papel da comunidade interpretativa é determinante no processo de interpretação, como faz Fish, implica algumas conseqüências potencialmente desagradáveis.

Em primeiro lugar, a tese de Fish implica um nivelamento dos falantes de uma mesma comunidade discursiva e conseqüente supressão das diferenças internas à comunidade. Considerar que o significado é *dado* por modos de interpretação sedimentados dentro da comunidade significaria excluir a possibilidade de uma interpretação diferente da estabelecida e, portanto, representaria um problema para se explicar como é possível apresentar um modo de interpretar marcadamente “vanguardista” ou “questionador” dentro de uma dada comunidade, sem mencionar formas idiossincráticas de interpretar. Não obstante, por mais original que uma opinião possa ser, ela é sempre passível de ser explicada por meios lingüísticos, ainda que o interlocutor jamais tenha ouvido uma opinião semelhante. Se tomarmos as afirmações de Fish no seu sentido forte, teríamos de admitir a impossibilidade de que dois falantes pertencentes a uma mesma comunidade discursiva pudessem discordar sobre a interpretação de um dado texto e negar a validade da interpretação do opositor. Obviamente isso é problemático, especialmente se tivermos em mente comunidades discursivas em que as disputas são constitutivas da própria atividade discursiva (e.g. políticos, advogados, acadêmicos, etc.). Mais do que isso, podemos encontrar casos de um membro *A* e um membro *B* de uma mesma comunidade discursiva com interpretações divergentes sobre um dado texto, ao passo que um membro *C*, pertencente a uma outra comunidade discursiva, poderia ter uma interpretação muito mais

⁵⁰ Swales indica Fish como um dentre vários outros potenciais precursores do conceito, cuja lista (algo longa) poderia incluir desde nomes como o de Wittgenstein, passando por Foucault e Kuhn (cf. *op. Cit.* p. 21).

próxima de, digamos, A. Em última análise, a proposta de Fish levaria, por um lado, à impossibilidade de comunicação entre pessoas de comunidades discursivas diferentes (ainda que falantes de uma mesma língua, e.g. americanos e australianos ou ingleses, ou qualquer falante de inglês como língua estrangeira) e, por outro, a uma homogeneização dos falantes no interior de uma mesma comunidade discursiva.

Mais do que isso, considerar que nossas operações mentais são *limitadas* pelas instituições em que estamos inseridos⁵¹ acarretaria numa compreensão fortemente *determinista* da linguagem, podendo ser considerada uma versão mais restrita e, portanto, mais radical em um certo sentido, da hipótese Sapir-Whorf. Contudo, não entraremos aqui na discussão sobre as implicações da hipótese e as conseqüências das mudanças acarretadas pela transferência do foco da língua para a comunidade discursiva por razões de espaço, uma vez que a bibliografia sobre o tema é bastante vasta e fazer-lhe justiça demandaria certo fôlego.

Além disso, se devemos entender a leitura como um processo produtor de sentidos, em que o *background* individual deve desempenhar algum papel relevante, não seria possível haver duas interpretações completamente iguais, mesmo nos limites de uma determinada comunidade interpretativa. Cada indivíduo teria experiências particulares, inclusive no que diz respeito à forma como ele se relaciona com as normas e pressões exercidas pela comunidade, sendo assim impossível que dois falantes tenham *exatamente* a mesma relação com os modos sedimentados de interpretação e, portanto, com textos produzidos por suas respectivas interpretações. Do mesmo modo, o *status* ontológico de um conjunto de normas e estratégias interpretativas públicas, não-abstratas e acessíveis objetivamente para o falante padece dos mesmos problemas que afirmação da existência de um sentido público, objetivo e independente de qualquer falante. Obviamente, afirmar a existência das *mesmas* normas, públicas e acessíveis a todos os membros de uma dada comunidade interpretativa necessariamente passa por uma abstração – afirmar que essas normas existem no mundo real independente de qualquer indivíduo

⁵¹ Ver página 57, acima.

seria colocá-las em um mundo três popperiano⁵², um tipo de platonismo semelhante ao apontado em Frege⁵³, quando ele assume a existência objetiva dos significados. Chamar essa abstração de *social* não resolve o problema, apenas desloca o seu foco, ou seja, se com *social* queremos dizer que ela é *de alguma forma* partilhada por indivíduos, isso não nos responde a questão do *status* ontológico dado a essas normas, já que mesmo a abstração fregeana - em que os significados teriam uma existência independente em um mundo três - poderia ser igualmente social, no sentido de que o acesso a esses sentidos é partilhado por todos os falantes de uma mesma língua. Além disso, um determinado indivíduo pode pertencer, em diferentes graus, a mais de uma comunidade discursiva, o que produziria uma interação dos fatores envolvidos com resultados bastante diferentes para cada membro da comunidade.⁵⁴ O que parece estar em questão aqui é a necessidade de enfrentar o problema da *linguagem privada*, como delineado pelo segundo Wittgenstein (uma questão relacionada também aos problemas levantados por Quine sobre a questão da *tradução radical*, que discutiremos adiante).

No que diz respeito à noção de *différance* e de deslizamento do signo lingüístico, é importante ressaltar que, como produto de uma reflexão baseada na noção saussuriana de signo, a noção é muito pouco adequada como uma descrição que vise adequação psicológica. A perspectiva saussuriana (ao contrário da gerativa, por exemplo) não clama em momento algum a pretensão de descrever a língua de um ponto de vista psicologicamente adequado. Isso fica evidente quando consideramos as reflexões derridianas sobre a concepção de signo lingüístico de Saussure – definir um signo em oposição a outros signos geraria uma cadeia de remissões infinitas, tornando impossível estabelecer o sentido de uma única palavra que fosse. Postular uma interrupção arbitrária desse processo de deslizamento não seria de grande ajuda – a consequência desse movimento seria abrir margem para uma atribuição completamente aleatória de sentidos para um dado termo. Mas é

⁵² De acordo com Popper, a realidade é constituída por três mundo interligados: o *mundo físico* (mundo 1), dos corpos, estados e fenômenos físicos; o *mundo psíquico* (mundo 2), onde ocorrem os processos psíquicos inconscientes e as emoções; e o *mundo dos produtos intelectuais* (mundo 3). (POPPER, 1992 [1961], p. 21-22).

⁵³ Ver Frege (1892).

⁵⁴ Podemos também estender os problemas levantados por Quine com sua tese da indeterminação para a proposta de Fish. Ver abaixo, no item 3.2.

claro, o fato de uma teoria não possuir realidade psicológica não significa que ela seja desprovida de interesse ou potencial explicativo. Seria no mínimo curioso argumentar, por exemplo, que uma equação que calcula a trajetória de um objeto lançado fosse pouco útil pelo fato de que um jogador de beisebol não usa essa equação para calcular a força e o ângulo em que ele deve arremessar a bola. Mas parece inadequado alegar que um sistema saussuriano ou derridiano é o que orienta nosso funcionamento da prática lingüística.

Contudo, assumir que a língua não é capaz de se referir a nada externo a ela, como na leitura desconstrucionista da *différence* saussuriana, apresenta algumas desvantagens fundamentais, como dificuldades em explicar a habilidade lingüística de falar sobre eventos ou indivíduos no mundo (eventualmente referida como “*aboutness*” na literatura sobre o tema). Isso não significa estabelecer um vínculo direto entre palavras e objetos no mundo, nem supor que somente podemos falar de coisas das quais temos experiências sensoriais - mais do que poder falar sobre o mundo, podemos falar também de coisas com as quais jamais tivemos contato. Mas em um sistema fechado em si, sem possibilidade de referência a qualquer coisa externa à língua, não poderíamos explicar fatos simples sobre a língua, como o fato de podermos nos referir a um determinado local para marcar um encontro (um determinado cinema na cidade, digamos) e sermos compreendidos sem erro. Não poderíamos discutir eventos da política global, comentar características físicas de pessoas ou descrever uma paisagem que nos agrada. Mais do que isso, postular uma incapacidade lingüística de se referir a coisas no mundo seria também postular a impossibilidade do fazer científico ou filosófico ou de qualquer outra reflexão teórica sobre aspectos do mundo. Isso não implica, é certo, assumir um homomorfismo entre linguagem e realidade (como faz o primeiro Wittgenstein). Assumir uma relação unívoca entre língua e realidade seria desconsiderar a subjetividade da percepção, bem como as diferentes possibilidades de interpretar e se relacionar com o mundo. O desafio deste trabalho é justamente conciliar a noção de equivalência com essas diferentes possibilidades.

Finalmente, a caracterização da atividade interpretativa como uma atividade essencialmente *produtora* parece bastante interessante e frutífera:

nossa capacidade de interpretação parece ser fundamentalmente uma capacidade de produzir *hipóteses interpretativas* e selecionar a(s) que parecer(em) mais adequada(s). Mas vale a pena ressaltar que, embora a interpretação seja uma atividade essencialmente produtora de sentidos, essa produção se dá com propósitos bem específicos e sob normas lingüísticas bem definidas. Assim, produzir uma hipótese interpretativa não significa produzir *uma interpretação qualquer*, mas sim uma hipótese interpretativa que se adequê às necessidades comunicativas e, portanto, procure estar alinhada com o modo como o elocutor a interpreta. Isso significa entender que a interpretação não é apenas produzida, mas também é *negociada* de um modo altamente cooperativo entre os falantes. Como aponta Dascal (2006, p. 219), a comunicação é uma atividade que envolve um código, um produtor do enunciado e um intérprete, todos esses três fatores sendo relevantes para se determinar a interpretação de um enunciado (ainda que não sejam os únicos relevantes). A análise de Dascal de dois modelos de compreensão, um que procura enfatizar a importância do código lingüístico e outro que procura enfatizar o papel do intérprete, bem como sua proposta de um terceiro modelo, serão parte do tema do próximo item, que procurará apresentar uma concepção de significação que deve fundamentar a noção de equivalência em tradução desenvolvida neste trabalho.

2.2. Modelos de Interpretação

Dascal (2006), em um artigo cujo título tomamos emprestado neste item, compara dois modelos de interpretação, por ele referidos como *criptográfico* e *hermenêutico*.⁵⁵ Estes seriam dois “tipos ideais”, que representariam “concepções diametralmente opostas de significado” (p. 217). De acordo com o modelo criptográfico, o significado de uma palavra, elocução ou texto seria dado de maneira objetiva, “como se estivesse por trás da superfície de um sinal, e o que o caçador [o homem, caçador de significados] ou intérprete tenta

⁵⁵ O termo *hermenêutico* não deve ser entendido aqui como uma referência à corrente de pensamento da hermenêutica, da qual são representantes Schleiermacher e, mais recentemente, Gadamer. O termo aqui deve ser entendido mais como um sinônimo de *exegético*. O sentido do termo é bem mais abrangente e abarca também outras vertentes teóricas, como deverá ficar claro a seguir.

fazer é descobrir esse significado subjacente” (p. 217). Esse seria o modelo interpretativo fregeano⁵⁶, em que haveria um critério objetivo que tornaria possível avaliar se o significado é alcançado ou não. O termo *criptográfico* seria um termo inspirado na comparação de Galileu do universo a um livro cuja linguagem (matemática) só poderia ser compreendida pelo homem se ele encontrasse a sua chave (*Opere VI*, p. 232 *apud* DASCAL, 2006, p. 218). Assim, interpretar nesse modelo seria uma questão de encontrar a “chave” apropriada, uma tarefa que, por mais complexa que seja, seria sempre passível de uma avaliação objetiva: há um uso correto do código e da chave do código na interpretação.

Se no modelo criptográfico “a atividade do intérprete é de *descoberta*, no segundo [o hermenêutico] ela é de *criação*” (p. 218). De acordo com o modelo hermenêutico, o significado “é uma *construção* a ser engendrada no processo interpretativo” (p. 218). Para os partidários desse modelo de interpretação, não há algo como um sentido objetivo, codificado no texto, nem uma forma objetiva de avaliação da interpretação. Diferentes intérpretes, ou mesmo o mesmo intérprete em diferentes situações, *produzirão* diferentes interpretações de um “mesmo” texto, partindo de suas crenças, propósitos, expectativas, *background*, etc. Um terceiro intérprete pode eventualmente funcionar como árbitro e julgar uma ou outra interpretação como mais adequada para um propósito e contexto determinados, mas essa avaliação é sempre de validade relativa. Mesmo se considerarmos a existência de um código com *algum papel* na interpretação, a própria escolha da “chave” para esse código seria regulada pelas expectativas e propósitos do intérprete. A ênfase desse modelo recai com peso sobre o papel (ativo, como talvez seja apropriado ressaltar) do intérprete. Pode não haver mesmo um fator determinante para a interpretação, mas sem dúvida o papel do indivíduo que interpreta é central nesse modelo. Tendo essas características em mente, parece não haver problemas em se classificar o modelo desconstrucionista de interpretação nessa categoria, como inclusive o faz Dascal (p. 219).

⁵⁶ Frege distingue os sentidos, para ele entidades públicas acessíveis a todos os falantes, das idéias, particulares individuais aos quais não teríamos acesso. Assim, embora diferentes pessoas necessariamente tenham imagens mentais diferentes em relação à palavra *Bucephalus*, elas não obstante entenderiam a palavra da mesma maneira. (1892, p. 29)

Para Dascal, apesar de extremos opostos, ambos os modelos partilham de uma deficiência comum: eles negligenciam ou subestimam o papel do produtor do signo no processo comunicativo. Conforme o autor aponta,

ao enfatizar ou o papel do signo ou o do intérprete, cada um dos modelos deixa passar despercebido o fato de que, na comunicação, os signos são produzidos em atos comunicativos, desempenhados por agentes motivados por determinadas intenções comunicativas. (2006, p. 219)

Em contraposição a esses dois modelos, Dascal apresenta um terceiro, o “modelo pragmático”, que procura contemplar o papel do produtor do signo, sem contudo negligenciar os papéis do código e do intérprete.

Nesse modelo, o significado não é nem um “*dado* independente, nem uma pura *construção* do intérprete” (p. 219, grifo do autor), ele é o produto de uma ação comunicativa e, como tal, resultado da ação de um agente, o produtor do signo. Assim, a interpretação permaneceria incompleta enquanto o intérprete não alcançasse o significado pretendido pelo falante. Esse modelo é chamado pragmático porque, ainda que faça um uso ostensivo da semântica, é um fato bem conhecido na pragmática que uma sentença pode significar algo diferente do que ela diz semanticamente (e.g. nas ironias). Apesar disso, o modelo pragmático

compartilha com o modelo criptográfico a suposição de que existem significados ‘objetivos’ associados aos seus signos, devido às regras semânticas que evoluíram (e continuam a evoluir) ao longo do desenvolvimento da linguagem. (DASCAL, 2006, p. 221).

Contudo, à diferença do modelo criptográfico, no modelo pragmático a mera decodificação do conteúdo semântico não é suficiente – é necessário um passo adicional, que para Dascal consiste na tentativa de encontrar o significado *pretendido* pelo falante. Esse “passo adicional” seria necessário

mesmo nas situações em que o significado é “transparente”, ou seja, quando o significado pretendido pelo falante coincide com o significado semântico.⁵⁷

A ênfase central do modelo no que diz respeito à interpretação pragmática é a ênfase na *intenção comunicativa*. Essa opção pode ser algo polêmica, especialmente se tivermos em mente algumas objeções feitas por críticos literários à “falácia intencional”, a suposição de que a interpretação de um texto requereria evidências biográficas e circunstanciais das intenções do autor, ou o questionamento psicanalítico do autor enquanto sujeito racional e ciente de suas intenções.

Contudo, a despeito dessas críticas, Dascal afirma que, uma vez que uma ação comunicativa é fundamentalmente um tipo de ação e, portanto, intencional (em contraposição aos acontecimentos, não-intencionais⁵⁸), sua descrição não estará completa até que se inclua nela a descrição da intenção que a motivou. A validade dessa afirmação para o contexto da literatura seria, como o próprio autor reconhece, bastante limitada⁵⁹, uma vez que a teoria pragmática foi concebida em suas origens como uma teoria dos aspectos informativos da comunicação (p. 297). É claro, poderíamos esperar a atuação desses princípios, digamos, em diálogos dentro de um romance, em que poderíamos reconhecer (por vezes *a posteriori*) a intenção de um dado personagem. Mas, novamente, o alcance dessa aplicação seria bastante limitado, especialmente se tivermos em mente uma obra que abertamente desafia a lógica da conversação, como o teatro do absurdo.⁶⁰ A saída mais adequada, portanto, parece ser entender o modelo proposto por Dascal como de validade limitada ou duvidosa para a compreensão de textos literários.

⁵⁷ Rodrigues (2000) critica em diversas passagens de seu trabalho a noção de um “significado transparente”, no sentido de que não há interpretação livre da influência do intérprete e, portanto, não há transparência na interpretação. Contudo, o sentido em que Dascal emprega o termo parece ir em outra direção: uma interpretação é transparente quando a interpretação pragmática coincide com o sentido literal da sentença. Mas mesmo nesses casos a interpretação possui as mesmas características de uma interpretação “não-transparente” (ou seja, seria igualmente falível e provisória, como veremos abaixo).

⁵⁸ Dascal distingue ações não-intencionais, ações motivadas pelas “intenções erradas”, de não-ações, os acontecimentos. Para uma discussão detalhada dos conceitos, o autor nos remete a Searle (1981), Dascal & Gruengard (1981) e Juarrero Roque (1988).

⁵⁹ Cf. Dascal “Três observações sobre pragmática e literatura” (2006, p. 294- 300).

⁶⁰ Por outro lado, podemos entender o teatro do absurdo como altamente cooperativo e como levando às últimas conseqüências a cooperatividade da interpretação. Assim, o espectador seria desafiado a buscar um sentido frente à ausência de sentidos óbvios. A discussão sobre a possibilidade de aplicação de ferramentas da pragmática à literatura foge, contudo, ao escopo deste trabalho.

Já no que respeita a objeções de fundo psicanalítico, ainda que possamos entender as motivações inconscientes como determinantes, podemos certamente interpretá-las como *originando* uma ação consciente. O apelo a motivações inconscientes explicaria as “causas profundas” da ação (e por isso esse modelo é referido por Dascal como um modelo de interpretação baseado em “estruturas profundas”). Dascal não põe em dúvida a validade desse tipo de modelo, mas salienta que

tentar explicar as intenções comunicativas apelando diretamente ao contexto histórico-social ou aos interesses inconscientes, ignorando ou minimizando o papel das intenções comunicativas dos participantes, é como tentar explicar a gripe de João em termos de forças cósmicas, ignorando um minúsculo vírus em seu sangue. Talvez exista espaço para indagar-nos sobre as origens cósmicas do vírus e do João, assim como o que tornou possível o encontro dos dois. Mas esse questionamento só faz sentido se reconhecermos a relação causal direta entre o vírus e a doença de João e seu papel primário na explicação da doença. Explicações de segunda-ordem, motivacionais, histórico-culturais, funcionais ou causais podem ajudar a explicar as intenções que estão presentes em uma interação comunicativa, mas elas dependem da identificação apropriada dessas intenções e do seu papel primário e específico em qualquer explicação do comportamento comunicativo. (2006, p. 656)

Assim, somente através do reconhecimento de um dado evento como uma ação e não como um mero acontecimento (e, portanto, do reconhecimento do seu caráter *intencional*), estaríamos aptos a tratar de suas causas inconscientes. Se descobríssemos que um dado movimento brusco foi provocado, digamos, porque o indivíduo em questão sofre do mal de Parkinson, não faria sentido buscar as intenções inconscientes do seu movimento.

O papel da interpretação pragmática é justamente esse no modelo de Dascal – a busca pelo “significado do falante”, que passaria necessariamente pelo reconhecimento das intenções comunicativas envolvidas no processo. O

autor joga com a ambigüidade do verbo *to mean* e sua possibilidade de significar tanto *pretender, ter intenção*, quanto *significar*. Assim, não haveria problemas em se referir ao significado/intenção do falante como *meaning of the speaker*. Nos termos de Grice:

‘A quis dizer algo com *x*’ é sensivelmente equivalente a ‘A enunciou *x* com a intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento desta intenção’. (1983 [1957], p. 99)

Essa concepção de significado atrela o efeito comunicativo à intenção do falante. Como aponta Dascal, “a idéia básica dessa definição, já presente em Locke, é que só existe comunicação propriamente dita quando o que *causa* o efeito desejado pelo falante no destinatário é o *reconhecimento* por este da intenção comunicativa do falante” (p.44). Se desejo, por exemplo, que meu interlocutor pense em “Hamlet” e procuro fazer com que ele o faça recitando versos enquanto estou no banheiro e ele de fato pensa em Hamlet, mas não reconhece minha intenção, não houve comunicação de fato (p. 44). A comunicação nesse modelo é entendida como um processo *cooperativo*, em que o falante procura transmitir sua intenção através de um enunciado, que deve ser interpretado através do reconhecimento dessa intenção. Esse caráter cooperativo da comunicação imporia certas restrições à liberdade de produção de significados do intérprete, na medida em que ele deve procurar o significado do falante.⁶¹ Além disso, a cooperação comunicativa demandaria “um requisito de racionalidade (instrumental) a qualquer contribuição conversacional” (p. 39). Dascal parte da análise griceana da *lógica da conversação*, segundo a qual “a interpretação pragmática é um processo *inferencial*, pelo qual o ouvinte tenta encontrar a *hipótese explanatória* mais adequada para o ato lingüístico desempenhado pelo falante no contexto da elocução” (p. 39, grifo do autor). A interpretação pragmática diria respeito justamente à geração e avaliação dessas *hipóteses explanatórias*.

⁶¹ Mesmo em situação em que essa cooperação é, na melhor das hipóteses, parcial, é possível encontrar essa necessidade de reconhecimento da intenção do falante. Assim, mesmo um advogado que procura distorcer as palavras de uma testemunha seria capaz de identificar a intenção do falante, estando plenamente consciente de que certamente a interpretação pretendida pelo falante não é a dada por ele.

A necessidade de buscar outras hipóteses interpretativas decorreria do reconhecimento pelo ouvinte de uma sentença como sendo de algum modo “problemática”, o que aconteceria quando o ato lingüístico do falante provoca uma quebra das expectativas do ouvinte em relação a uma dada circunstância. Desse modo, quando perguntamos a hora a alguém, esperamos que ele nos responda dizendo a hora, ou então talvez se desculpando por não estar usando relógio. Uma resposta como “no meu Rolex original, comprado na Suíça graças à herança que recebi de uma tia milionária, são exatamente 18 horas, 57 minutos e 15 segundos” (p. 39) obviamente violaria as expectativas normais, o que levaria o ouvinte a se perguntar a razão de tal comportamento, ou seja, a procurar determinar o que o falante pretendia comunicar com essa resposta.

Segundo Dascal, nesse exemplo o falante teria violado a *máxima da quantidade*, uma das quatro máximas que compõem o Princípio da Cooperação (PC) - “faça sua contribuição corresponder ao que é exigido”⁶², estabelecido por Grice (1975). Dascal descreve da seguinte maneira o processo inferencial que, segundo Grice, conduziria à solução do “problema” detectado pelo ouvinte:

(a) [F]alante diz que *p*; (b) ao fazê-lo está aparentemente violando uma ou mais máximas conversacionais; (c) mas o [O]uvinte não tem motivos para inferir que F não está observando as máximas, ou pelo menos o PC; (d) ele não poderia estar fazendo isso ao dizer que *p*, a não ser que pensasse que *q*; (e) F sabe (e sabe que O sabe que ele sabe) que *q* é requerida; (f) F não faz nada para evitar que O pense que *q*; (g) F quer ou pelo menos está disposto a deixar que O pense que *q*; portanto, (h) F infere que *q*. (2006, p. 39)

⁶² As quatro máximas conversacionais de Grice são: *máxima da quantidade* (“faça sua contribuição tão informativa quanto o necessário”), *máxima da qualidade* (“faça sua contribuição verdadeira”), *máxima da relação* (“seja relevante”) e *máxima do modo ou maneira* (“seja claro”). Cf. Grice (1975).

Conforme aponta Dascal, “ainda que tenham sido apresentadas como dedutivas por Grice, as inferências desse tipo são de fato *abdutivas*⁶³, pois seu passo fundamental, (d), consiste na produção de uma hipótese capaz de resolver o conflito entre (b) e (c)” (p. 40). Uma interpretação gerada através desse processo, contudo, é tida apenas *provisoriamente* como verdadeira, uma vez que é gerada partindo da premissa *presumível*, ou seja, de que se deve supor a cooperação (c), e como uma conclusão baseada em uma presunção, tida como verdadeira apenas enquanto não se prove o contrário. Segundo Dascal, esse padrão inferencial griceano explicaria seguintes características do que é dito indiretamente:

- a) *Cancelabilidade*: Não há contradição em negar ou cancelar a conclusão de tal inferência: a implicatura conversacional⁶⁴ atribuída ao interlocutor de ‘São dez horas da noite’ (isto é, ‘Vá se deitar’) pode ser facilmente cancelada (‘...mas hoje você pode ficar acordada até a meia-noite’). Mas não se pode cancelar inferências lógicas ou semânticas sem contradição, como em ‘João é solteiro; aí vem Joana, sua esposa’
- b) O caráter *heurístico*, e não algorítmico, do processo de interpretação pragmática: as ‘regras’ da lógica da conversação *sugerem* maneiras para gerar hipóteses explicativas; elas não permitem o *cálculo dedutivo* que leva a tais hipóteses.

⁶³ Um raciocínio indutivo parte da observação das ocorrências particulares de um dado objeto de análise para alcançar uma generalização sobre esse objeto. Assim, partindo da observação de que todos os dias o sol nasce no leste, nós inferimos indutivamente que o sol *sempre* nasce no leste. É claro, essas generalizações só se mantêm enquanto não encontramos contra-exemplos, que podem se revelar sempre que expandimos o *corpus* de análise. Observando pardais, águias e corvos, poderíamos concluir que todas as aves voam. Contudo, essa conclusão seria desfeita ao observarmos avestruzes ou pingüins. Um raciocínio é dito dedutivo, por sua vez, se sua conclusão *se seguir* ou for *conseqüência lógica* das suas premissas. Um exemplo clássico é o silogismo aristotélico: se *todos os homens são mortais* e *Sócrates é homem* foram verdadeiros, a conclusão *Sócrates é mortal* se segue ou é conseqüência lógica das premissas, o que quer dizer que não é possível que as premissas sejam verdadeiras e a conclusão falsa. Em contraposição ao raciocínio dedutivo ou indutivo, o raciocínio abduutivo consiste na criação de hipóteses explicativas que possam explicar um dado fato, sem contudo *se seguir* das premissas. Assim, se encontro um aquário vazio onde havia um peixe e noto que o gato está com a pata molhada, posso postular uma hipótese *abdutiva* de que o gato comeu o peixe (embora eu possa estar enganado e na verdade o peixe tenha pulado pela janela e sido comido por um pardal, ao passo que o gato possa apenas ter pisado em seu pote de água).

⁶⁴ Grice cunhou o termo *implicatura* para se referir a uma forma de inferência mais fraca que a inferência lógica, uma conclusão que pode ser negada sem risco de contradição, conforme exemplifica Dascal na seqüência.

c) O caráter *revogável* e conseqüentemente *revisável* da interpretação pragmática: uma hipótese explanatória inicialmente considerada adequada pode ser rejeitada ou modificada à luz de informação adicional.

d) A possibilidade de *explorar* deliberadamente o fato de as máximas serem presunções a fim de engendrar implicaturas: a violação de uma máxima acaba por ser apenas aparente, a não ser que existam razões para presumir que a suposição de que o falante está obedecendo ao PC seja insustentável diante das circunstâncias; presume-se, portanto, que há uma intenção comunicativa que não pode ser equacionada com o significado da elocução e que é capaz de restaurar a veracidade da suposição de que o interlocutor está obedecendo à máxima que aparentemente violou.

e) A possibilidade de o falante negar a responsabilidade da implicatura contida em sua elocução, negando que não tinha intenção de comunicar o que o ouvinte inferiu – heurística, abdução e revogavelmente – de sua elocução. (DASCAL, 2006, p. 40-41)

A interpretação, portanto, é um processo falível, heurístico e de caráter abdução, perfeitamente passível de ser revista. Somos guiados pelo contexto na busca pela hipótese interpretativa que parece fazer mais sentido para uma dada situação, que inclui considerar tanto o código lingüístico quanto o contexto da enunciação, as intenções do enunciador, bem como nossas próprias expectativas em relação ao comportamento de nosso interlocutor durante o processo comunicativo. Mesmo no caso das interpretações “transparentes” somos levados a considerá-las em relação a esses mesmos fatores, e também esse tipo de interpretação é, naturalmente, passível de revisão. A interpretação “transparente” também é heurística, uma vez que envolve também optar por uma dentre diversas possibilidades de interpretação, devendo ser avaliada tendo-se em vista os mesmos princípios que orientam a comunicação indireta. De forma idêntica, nossa escolha por adotar uma interpretação “direta” (*i.e.* aceitar a primeira hipótese explicativa, derivada

imediatamente da semântica) também permanece provisória e é mantida somente enquanto não encontrarmos razões para descartá-la.

Além disso, não há limite *a priori* para o alcance do processo interpretativo – podemos continuar buscando novas possibilidades de interpretação indefinidamente, sendo limitados somente pelas restrições de nosso aparato cognitivo. Mais do que isso, tendemos sempre a resistir à *hipótese nula*, ou seja, partimos sempre do pressuposto de que há *algum significado* a ser interpretado. Somos sempre guiados por um *princípio de caridade*⁶⁵, que nos leva a considerar nosso interlocutor como racional e disposto a se comunicar, exceto se fortes evidências em contrário forem apresentadas.

Contudo, considerar que a interpretação pragmática é essencialmente heurística significa admitir a impossibilidade de acesso direto aos sentidos e intenções do falante – do contrário, se tivéssemos acesso direto a esses sentidos e intenções, não teríamos *hipóteses* e sim uma compreensão objetiva. Como o próprio Dascal reconhece ao comparar a hermenêutica de Gadamer ao seu modelo interpretativo, se pretendemos incluir em nosso modelo além do *background* do intérprete também seu caráter *constitutivo* (*i.e.* os “preconceitos” com que ele aborda o texto), devemos reconhecer que o intérprete não apenas “detecta aproximadamente um ‘significado do falante’ já existente, mas de fato *cria*, por meio da sua atividade interpretativa, esse significado para o próprio falante” (p. 651). Desse modo, a intenção atribuída ao falante é um *construto* do intérprete e, portanto, fundamentada essencialmente nas crenças e preconceitos deste.

Entender a intenção comunicativa dessa forma, como uma criação do intérprete, parece bastante adequado, se tivermos em mente que intenções são entidades mentais, sendo, portanto, entidades *privadas*, inacessíveis a um outro indivíduo por qualquer meio direto. No entanto, isso em princípio nos colocaria de volta ao ponto de partida: se a intenção do falante e, portanto, o significado por ele pretendido são criações do intérprete, estamos novamente no domínio da interpretação hermenêutica e as mesmas questões devem ser postas – se também a intenção comunicativa e o significado do falante são

⁶⁵ Cf. Davidson (1984).

construções do intérprete, como é possível que haja comunicação, como é possível captar a intenção do falante?

No entanto, embora a situação pareça bastante semelhante à inicial, há alguns pontos significativamente diferentes na situação a que chegamos: no modelo de interpretação pragmática a liberdade do intérprete não é completa, justamente porque a ele é dada a *tarefa de reconstruir a intenção e o significado do falante*. Nossa interpretação estaria limitada por princípios como o princípio de cooperação e o princípio de caridade, sendo regulada por uma lógica conversacional que orientaria a geração e avaliação de hipóteses interpretativas. Esse modelo, griceano em essência, nasceria da junção do “segundo” Grice, o Grice da lógica da conversação, com o “primeiro” Grice, que ressaltou o papel central da noção de significado do falante, o que para Dascal pode ser feito se admitirmos três pontos, todos independentemente justificáveis. O primeiro, “a idéia de que, em *toda* comunicação digna desse nome, o ouvinte enfrenta o problema de determinar a intenção comunicativa do falante” (p. 41), o que tornaria o processo de interpretação um processo inferencial-abduutivo conforme descrito acima; em segundo lugar, a suposição de que exista uma “ordem ‘natural’ para a geração de hipóteses interpretativas, sendo a primeira delas, ou a mais ‘natural’, a identificação do significado do falante com o significado da elocução” (p. 41); e, finalmente, a “presunção de que uma hipótese interpretativa (gerada em seu devido lugar na ordem natural) deve ser aceita se não há motivo para rejeitá-la” (p. 41). A comunicação “transparente” seria, nesse quadro, “tão-somente um caso especial, em que a *primeira* hipótese interpretativa (de acordo com 2) é aceita porque não há motivos para rejeitá-la (de acordo com 3)” (p. 41).

Em relação à primeira suposição, além de a tarefa de encontrar o significado do falante ser considerada por Dascal como constituinte da própria noção de comunicação, ela é também uma questão de respeito para com o indivíduo – segundo o autor, “se queremos respeitar o indivíduo, não podemos ignorar ou eliminar as suas intenções” (p. 674).

Em relação ao segundo ponto, contudo, parece difícil aceitá-lo, ao menos em seu sentido *forte*, *i.e.* assumir que há uma ordem rígida de formulação de interpretações, presumivelmente idêntica para todos os falantes. Se a interpretação é também produto da informação contextual disponível e do

background de cada participante do ato comunicativo, devemos esperar que esses fatores tenham algum reflexo na “ordem natural” de geração de hipóteses explicativas (o que parece fazer bastante sentido, se considerarmos a comunicação na prática cotidiana – não é difícil nos lembrarmos de uma situação em que nosso interlocutor escolheu uma opção que parecia “menos natural” para nós). Supor uma ordem rígida, “natural” nesse sentido “forte”, ainda que possível, é pouco verossímil, e uma suposição como essa demandaria evidências mais substanciais. Contudo, essa suposição pode ser aceita, em um sentido *fraco*: ainda que a hierarquia da geração de hipóteses não seja completamente rígida, algumas hipóteses são claramente mais “naturais” que outras. Assim, se um policial nos pára no trânsito e diz “Documento do carro”, é claramente mais natural interpretar o enunciado como um pedido para apresentar os documentos do veículo. Dificilmente interpretaríamos a frase do policial como um oferecimento e responderíamos “Não, obrigado, eu já tenho o documento do meu carro”, ainda que essa interpretação seja possível (embora pouco provável).

Quanto à terceira suposição, vale à pena ressaltar que, conforme o próprio modelo nos aponta, uma interpretação é aceita somente em caráter *provisório*, sendo passível de revisão frente a qualquer mudança na situação. Qualquer acréscimo de informação contextual, ou mesmo o simples requerimento para que o intérprete continue a elaborar novas hipóteses interpretativas, poderia desencadear a revisão da escolha feita. Além disso, é possível também que um intérprete avalie duas ou mais hipóteses “concorrentes” como igualmente plausíveis, considerando a situação não-decidível em vista da informação contextual disponível em um dado momento (o que, novamente, permaneceria como um quadro temporário).

Assim, embora essas coerções ao processo interpretativo não sejam suficientes para assegurar completa coincidência entre as interpretações do intérprete e do enunciador, elas podem ser suficientes para limitar o espectro de interpretações possíveis (e prováveis) o suficiente para garantir que a comunicação ocorra de modo eficaz. Haveria, é certo, uma margem razoável para mal-entendidos, o que corresponde à realidade da comunicação, mas haveria igualmente condições suficientes para uma boa margem de compreensão.

A opção de Dascal pela centralidade da noção de significado do falante em seu modelo pragmático de interpretação decorre de seu entendimento do papel da pragmática, em contraposição ao papel da semântica, no âmbito dos estudos da linguagem. Para ele o domínio da pragmática é o *significado do falante* ou, mais especificamente, a forma como um falante transmite suas intenções comunicativas e elas são recebidas pelo ouvinte. No que se segue, discutiremos outras possibilidades de divisão entre semântica e pragmática, uma questão bastante tematizada tanto na semântica quanto na pragmática, bem como a obrigatoriedade ou não de aceitar a divisão proposta por Dascal para o modelo de interpretação pragmática por ele proposto. Consideraremos também a possibilidade de descentralizar a noção de intenção comunicativa no modelo, na medida em que analisamos outras possibilidades de entendimento do que seja o domínio da pragmática.

2.3. Semântica e Pragmática

O debate sobre os limites da pragmática e da semântica encontra um amplo espaço na literatura, sendo bastante controverso e, como tal, poderia muito bem ser objeto de um trabalho à parte. Dessa forma, embora seja necessário apontar para algum critério de divisão entre o que se considera como semântico e o que se considera como pragmático neste trabalho, os comentários que se seguem não visam, é claro, resolver o problema. No que se segue, analisaremos brevemente algumas propostas que, ainda que possam não ser definitivas, certamente esclarecerão o suficiente para que adotemos uma distinção instrumental neste trabalho.

A proposta de Dascal parte do entendimento da tarefa da pragmática como “o estudo do *uso* dos meios lingüísticos (ou outros) por meio dos quais um falante transmite as suas intenções comunicativas e um ouvinte as reconhece”. O significado do falante se contraporia, nesse sentido, ao significado *literal* ou ao significado da *elocução*. Esses dois últimos seriam do domínio da semântica, enquanto o primeiro seria do domínio da pragmática. Dascal defende uma versão do significado literal inserida no que ele chama de “literalismo moderado”, que propõe uma versão relativamente expandida do

significado literal.⁶⁶ O significado literal seria o ponto de partida para o processo interpretativo pragmático, descrito na seção anterior.

Afora essa oposição entre significado literal e significado da elocução (e alguns outros detalhes, que veremos a seguir), a proposta de Dascal pode ser entendida como uma variante do que Recanati (2004) chama de *quadro padrão* (*standard picture*), por ser, segundo ele, a mais difundida. Chamaremos essa abordagem de *Pragmática de Intenções Comunicativas*. Nessa visão, o papel da semântica seria o de lidar com o significado literal (ou conteúdo) e condições de verdade⁶⁷, enquanto a pragmática lidaria com atos de fala⁶⁸ e o significado do falante. De fato, a proposta de Dascal é feita tendo em vista o que ele considera como os três objetos de estudo tradicionalmente paradigmáticos da pragmática: a) sentenças que não expressam condições de verdade (atos de fala), sentenças que b) expressam mais que “pensamentos” (expressões contendo elementos que visam “excitar os sentimentos ou a imaginação do ouvinte”, bem como insinuações e expectativas – palavras como *ainda, mas*, etc.) e c) expressões que por si só não são suficientes para expressar um “pensamento” (expressões que empreguem as chamadas expressões indexicais – *aqui, eu, agora, lá*). Cada um desses tipos de sentença pressuporia o chamado modelo *residual* de definição pragmática,

⁶⁶ Essa versão expandida do significado literal incluiria as conotações ou significados emotivos, as expectativas (em palavras como *já, mas, até mesmo*), dentro outros. (Para uma apresentação detalhada do significado literal remetemos o leitor aos textos de Dascal, 2006, p. 580-611). O significado da elocução, por sua vez, seria uma função do significado literal em um contexto, e é nesse nível em que teríamos atribuição de condições de verdade, após o preenchimento de expressões indexicais (*i.e.* expressões que assumem diferentes referentes a depender do contexto, como *eu, aqui, agora, amanhã*, etc.).

⁶⁷ Na semântica clássica normalmente se entende o significado de uma sentença como suas condições de verdade, *i.e.* saber o que uma sentença significa seria, ao menos em parte, saber em que situações ela é verdadeira. Vale ressaltar, contudo, que condições de verdade não se equiparam a valores de verdade – eu posso muito bem saber em que condições a sentença *não há vida em outros planetas que não a Terra* é verdadeira, ainda que eu não saiba se ela é verdadeira ou não, ou seja, independente de saber se a sentença é verdadeira ou não, eu posso saber quais as condições necessárias para torná-la verdadeira. Além disso, a avaliação da verdade de uma sentença tem em vista sempre um determinado estado de coisas, uma *estrutura*, que não precisa ser necessariamente o mundo real. Por exemplo, uma sentença como *Apolo amaldiçoou Cassandra* pode ser avaliada não em termos do “mundo real” (em que ela seria falsa, caso acreditemos que não existe um deus Apolo), mas de acordo com, digamos, o universo da trilogia *Agamêmnon* de Ésquilo. (Cf. item 3, abaixo; também Chierchia, 2003, p. 47; Gamut, 1991, p. 92.)

⁶⁸ A teoria dos atos de fala, originalmente apresentada por Austin (1983[1961]) e desenvolvida por Searle (1983[1965]), parte da observação de que determinadas sentenças são utilizadas para desempenhar ações (*e.g.* “eu vos declaro marido e mulher”, “eu batizo esse navio *Rainha Elizabeth*”) ao invés de para afirmar algo sobre um determinado estado de coisas no mundo. (Cf. Carpenter, 1997, p.25 -27)

cujo exemplo fundador para Dascal é a abordagem carnapiana. Segundo a proposta de Carnap,

se, em uma investigação, é feita uma referência explícita ao falante ou, em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então essa referência pertence ao campo da pragmática... se nos abstrairmos do usuário da linguagem e analisarmos somente as expressões e aquilo que designam, estamos no campo da semântica. E se, por fim, nos abstrairmos também dos *designata* e analisarmos apenas as relações entre as expressões, estamos na sintaxe (lógica). (1942, p. 9 *apud* Dascal, 2006, p. 28)

Esses modelos residuais teriam como característica fundamental a definição do que é próprio à pragmática através de um *critério negativo*, *i.e.* pertence à pragmática aquilo que não pertence à semântica. O exemplo mais flagrante dessa abordagem seria a fórmula de Gazdar (1979, p.2 *apud* Dascal 2006, p. 30), segundo a qual “Pragmática = Significado menos Condições de Verdade”. A despeito disso, cada um dos três tipos de sentença apontados acima teria um *critério positivo*: um fenômeno seria pragmático a) se estiver relacionado com o ato de fala executado; b) se estiver relacionado com a “diferença” entre o significado transmitido e o significado padrão da sentença; e c) se for dependente de contexto. Dascal aponta para a insuficiência desses três critérios, tanto isolada quanto conjuntamente, para se definir o objeto de estudos da pragmática. O autor lembra a) que determinados atos de fala podem ser *semanticamente codificados*, como nos casos dos verbos *performativos* (*prometer, declarar, etc.*, em que o ato de fala é *explicitamente* referido); b) alguns significados implícitos são inferidos semanticamente (*pressupostos semânticos, implicaturas convencionais*); e c) o estabelecimento das condições de verdade depende do preenchimento dos indexicais. Somente quando sabemos a quem a expressão *ele* se refere no contexto em questão podemos determinar as condições de verdade da expressão *ele já chegou*.

A proposta de Dascal possui todas as três características da Pragmática de Intenções Comunicativas examinada por Recanati: caridade (a

interpretação pragmática só é possível através da pressuposição da cooperação e racionalidade dos agentes envolvidos), não-monotonicidade⁶⁹ (o caráter *heurístico* da interpretação pragmática, sempre passível de ser revisada) e *holismo* (não há limites para a quantidade de informação contextual relevante para a interpretação). Da exposição acima do modelo de interpretação de Dascal, parece claro que ele possui todas essas três características. Contudo, à diferença da Pragmática de Intenções Comunicativas, Dascal entende que a semântica deveria ter seu domínio relativamente ampliado, passando a incluir “uma porção considerável do que a teoria dos *atos de fala* se encarrega de cobrir” (DASCAL, 2006, p. 35) - somente quando se sabe que o ato de fala em questão é uma asserção faz sentido falar em condições de verdade.⁷⁰ Assim, seguindo Searle, toda expressão veicularia, além de um conteúdo proposicional (p), um “conteúdo ilocucionário” (F), de modo que o significado semântico de uma sentença (suas condições de verdade) seriam uma função de F sobre p . Seguindo o mesmo raciocínio (mas dessa vez de acordo com a Pragmática de Intenções Comunicativas), a semântica deveria também englobar as expressões indexicais, uma vez que o seu preenchimento também é necessário para a determinação das condições de verdade. Assim, a semântica se ocuparia do nível da *elocução*, em que os valores dos indexicais seriam preenchidos. Segundo Recanati, a inclusão dos indexicais no domínio da semântica parte também da observação do comportamento extremamente *regular* dos indexicais: sempre que a expressão *eu* é utilizada ela se refere ao falante, sempre que se usa a expressão *aqui* ela se refere ao local onde a comunicação ocorre, etc. Assim, os indexicais fariam uso apenas do contexto imediato, cujo conhecimento os falantes engajados na comunicação possuiriam *qua* participantes da comunicação, em contraposição ao *contexto amplo*, virtualmente ilimitado, que incluiria pressuposições a respeito das

⁶⁹ Monotonicidade é uma propriedade de sistemas lógicos, que garante que possamos aumentar o número de axiomas ou fórmulas em nosso sistema sem comprometer a validade dos axiomas já existentes. Se, por exemplo, podemos inferir uma conclusão q de um conjunto de premissas P , devemos ser capazes também de inferir q se incluirmos mais premissas em P . (Cf. BLUTNER, 2004).

⁷⁰ Alguns atos de fala possuem “condições de felicidade” ao invés de condições de verdade. Uma expressão como *eu vos declaro marido e mulher* não possui condições de verdade, mas pode ser sem efeito se o falante que a desempenha não for capaz de satisfazer suas condições de felicidade (se não for um padre, juiz, etc.) (Cf. AUSTIN, 1983, p. 44).

crenças dos falantes envolvidos, por exemplo. Assim, o contexto desempenharia um papel tanto semântico (contexto imediato) quanto pragmático (contexto amplo).

Contudo, como aponta Recanati (p. 453-454), não encontramos a mesma regularidade em expressões como *ele*, *isso*, *aquilo*. Uma expressão como *ele* teria seu referente determinado por fatores pragmáticos como saliência no contexto, e seria também falível.⁷¹ Mesmo expressões regulares, como *aqui* e *agora*, não são determinados de maneira algorítmica – a extensão espacial delimitada por *aqui* pode se referir a uma sala, um prédio ou mesmo um país ou sistema solar. O estabelecimento do referente de expressões como essas é heurístico e, como os demais fenômenos apontados como tipicamente pragmáticos, dependeria da intenção do falante que as emprega. Nesse sentido, a própria determinação do que seria considerado como *contexto imediato* seria pragmaticamente dada de acordo com o contexto amplo e a intenção do falante. Isso implicaria a impossibilidade de tratar de condições de verdade no nível estritamente semântico, uma vez que o estabelecimento das condições de verdade de uma sentença contendo um indexical estaria condicionado ao estabelecimento de seu referente, que por sua vez, seria dependente de contexto.

Recanati discute ainda, além da Pragmática de Intenções Comunicativas e da abordagem carnapiana, ainda outras duas possibilidades: a abordagem da teoria dos *Atos de Fala* e a *Pragmática de Condições de Verdade (Truth-Conditional Pragmatics)*, uma alternativa baseada na Pragmática de Intenções Comunicativas.

Uma pragmática baseada na Teoria dos Atos de Fala também parte da observação da impossibilidade de se estabelecer condições de verdade de sentenças que contenham indexicais sem apelar para o contexto. Em contraste com a abordagem carnapiana, a semântica nesse modelo seria entendida não como o estudo da relação entre palavras e mundo, mas sim como o estudo significado convencional, lingüístico, de tipos de expressão (*expression-types*⁷²). Seguindo a definição de Katz (1977, p. 14 *apud* RECANATI, 2004, p.

⁷¹ Cf. Basso & Pires de Oliveira (2006, p. 16).

⁷² De uma maneira intuitiva “A distinção entre um *type* e um *token* é uma distinção ontológica entre um tipo geral de coisas e suas instâncias particulares concretas” (Cf. Stanford

447), poderíamos definir fenômenos pragmáticos como “fenômenos em que o conhecimento da situação ou do contexto de um enunciado desempenha um papel no modo como esses enunciados são entendidos”⁷³. A semântica, por outro lado lidaria com “o que um falante ideal saberia sobre o significado de uma sentença quando não há nenhuma informação disponível sobre o seu contexto” (RECANATI, 2004, p. 447)). Tendo em vista o papel das expressões indexicais no estabelecimento da referência e, portanto, das condições de verdade, adotar essa postura implicaria assumir que as condições de verdade, entendidas como a relação palavras-mundo, não seriam completamente determinadas pela semântica - a semântica limitaria essa relação, mas não a determinaria completamente. O componente semântico seria então responsável por atribuir não um conteúdo completo, mas um *significado lingüístico* ou *caráter (character)*, que poderia ser representado formalmente como uma função de contextos para conteúdos. O significado (lingüístico) de uma expressão indexical, ou mesmo de qualquer outra, consistiria, nesse modelo, em suas *regras de uso* – expressões não indexicais seriam apenas um caso à parte em que o caráter de uma sentença seria fixo.

Descrever o significado de uma expressão como suas condições de uso teria a vantagem de acomodar facilmente expressões cujo significado é essencialmente pragmático, *i.e.* expressões que não contribuem para as condições de verdade de uma sentença (*e.g. mas, ainda*, o modo imperativo, etc.). Nessa visão, o significado de uma sentença seria sua contribuição para determinar o tipo de ato de fala sendo desempenhado, seja em seu conteúdo ou em sua força ilocucionária.⁷⁴ A semântica seria responsável por mapear sentenças em seu respectivo tipo de ato de fala (p.448). De acordo com esse

Encyclopedia of Philosophy). Assim, há uma diferença entre *o cachorro*, quando me refiro a um cachorro específico e o cachorro enquanto tipo geral. No primeiro caso eu poderia dizer que “o cachorro nos fundos da casa é uma pincher chamada ‘Besta-Fera’”, mas isso não seria verdadeiro do cachorro como tipo geral. Em termos de sentenças, trata-se de uma distinção entre uma sentença enquanto constructo abstrato e uma ocorrência específica da sentença em um contexto – o *token* de uma sentença poderia constituir um enunciado ou parte de um enunciado, enquanto o mesmo não ocorreria com a sentença enquanto *type*. Desse modo, no modelo da pragmática de atos de fala a semântica seria responsável por estudar o significado de tipos gerais de sentenças, e não de instâncias particulares de sentenças.

⁷³ Todas as traduções de citações de Recanati, bem como citações indiretas de textos através do texto dele, são de nossa autoria.

⁷⁴ De acordo com Searle, um ato de fala é composto por dois componentes maiores: o *conteúdo* (*i.e. grosso modo*, o conteúdo descritivo da sentença) e sua *força* (*i.e.* o elemento responsável por identificar qual o tipo de ato de fala desempenhado). (Cf. SEARLE, 1983).

modelo, haveria duas disciplinas básicas no estudo da linguagem: a sintaxe e a pragmática. Uma vez que a semântica mapeia sentenças bem formadas em atos de fala, ela pressuporia um *input* tanto do componente pragmático quanto do sintático (em contraste com a visão carnapiana, em que a semântica só recebe *input* da sintaxe).

Segundo Recanati (p. 449), poderíamos tentar manter a independência do componente semântico postulando que a semântica é responsável pelo mapeamento de sentenças para o tipo de pensamento que elas expressam ou para o estado de coisas que elas descrevem. Esse mapeamento seria independente do fato de sentenças serem usadas para desempenhar atos de fala. O reconhecimento de atos de fala se daria através do reconhecimento das intenções explicitadas pelo falante em uma dada situação comunicativa, ou seja, o reconhecimento da intenção comunicativa seria responsável pela determinação da *força* do ato, enquanto o pensamento expresso ou o estado de coisas descrito pela sentença determinaria o seu conteúdo. De acordo com essa proposta, indicadores pragmáticos como o modo imperativo seriam formas convencionais de tornar as intenções comunicativas relevantes manifestas. Somente em casos como esse o significado estaria indissociavelmente ligado ao potencial para desempenhar atos de fala de uma sentença. Em geral, “a maior parte do significado lingüístico mapeia formas em representações conceituais na mente ou em coisas no mundo em total independência da comunicação” (p. 449). Contudo, em qualquer uma das opções dessa abordagem encontramos um problema semelhante ao apontado em relação às expressões indexicais na Pragmática de Intenções Comunicativas – um pronome como *ele* é pragmaticamente preenchido no contexto de forma heurística e abduziva, como os fenômenos pragmáticos em geral o são. Assim, essa abordagem estaria sujeita às mesmas críticas feitas ao modelo de intenções comunicativas.

O modelo de Pragmática de Condições de Verdade, por sua vez, compartilharia com o modelo da Pragmática de Intenções Comunicativas

a idéia de que dois tipos diferentes de competência trabalham conjuntamente em uma interlocução: uma competência mais propriamente lingüística em virtude da qual nós acessamos o

significado de uma sentença, e uma competência de propósitos mais gerais, em virtude da qual nós podemos interpretar um enunciado da mesma forma que interpretamos uma ação não-lingüística. (RECANATI, 2004, p. 453)

Contudo, à diferença da Pragmática de Intenções Comunicativas, a Pragmática de Condições de Verdade rejeita a idéia de que a interpretação semântica seja capaz de fornecer algo tão determinado quanto uma proposição, capaz de ser julgada em termos de condições de verdade. De acordo com essa última visão, é necessário uma interpretação pragmática para se determinar as condições de verdade de um enunciado. Nesse modelo, a semântica associaria sentenças a representações semânticas, que seriam consideravelmente esquemáticas, sendo insuficientes para determinar condições de verdade e conteúdo. Essa representação semântica (chamada por teóricos da relevância de *forma lógica*) seria transformada em uma representação completa e avaliável (*forma proposicional*) através de processos inferenciais característicos da interpretação pragmática.

Essa visão tem em comum com a proposta de Katz a idéia de um nível intermediário entre a linguagem e o mundo, seja uma representação mental ou uma estrutura em uma *linguagem da mente*. Essa idéia de um nível intermediário recebeu, contudo, várias críticas de semanticistas da tradição da teoria de modelos. Lewis, por exemplo, afirma que interpretar uma representação não é uma questão de associá-la a uma outra representação, seja ela mental ou lingüística. Para ele “interpretação semântica [nesses moldes] resume-se meramente a um algoritmo de tradução” e é “na melhor das hipóteses um substituto para a semântica de verdade” (LEWIS, 1972, p. 169, tradução nossa).

Recanati procura conciliar as dificuldades enfrentadas nesse modelo com uma semântica referencialista. Para ele, essas dificuldades podem ser superadas se assumirmos uma posição mais fraca a respeito da relação entre significado e condições de verdade, assumindo que o significado *determina* as condições de verdade, ao invés de se igualar a elas. Assim, a determinação das condições de verdade seria *relativa a vários* fatores contextuais (p. 456). Para Recanati, isso significaria que a referência deve ser pragmaticamente

estabelecida e, portanto, a semântica deve receber *input* da pragmática. No fim das contas, teríamos assim não um processamento serial (*i.e.* primeiro um processamento semântico e depois processamento pragmático), mas tanto o processamento semântico quanto o pragmático estariam em curso ao mesmo tempo durante a interpretação. Poderíamos, desse modo, eliminar a referência a um nível intermediário de interpretação mentalística, mantendo uma semântica referencial e de condições de verdade.

A conclusão similares chegam Basso & Pires de Oliveira (2007). A proposta dos autores se pretende uma proposta essencialmente descritiva, que analise a distinção semântica/ pragmática a partir do tipo de estratégias e entidades teóricas mobilizadas pelos pesquisadores de cada área⁷⁵. Para os autores⁷⁶, a referência é um fenômeno pragmático, e ele é pressuposto pela semântica (p.9). O processamento não se daria, desse modo, de maneira modular, como também apontado acima por Recanati, mas de modo interdependente, *i.e.* o processamento pragmático aconteceria antes e depois da semântica. Uma vez (pragmaticamente) estabelecida a referência, a semântica funcionaria algoritmicamente para determinar o conteúdo semântico de uma sentença.

Além disso, no quadro teórico estabelecido por Basso & Pires de Oliveira, a semântica não se ocuparia das condições de verdade de uma sentença, ainda que por razões diferentes das razões expostas pela Pragmática de Condições de Verdade. Enquanto que nessa última a semântica deve se ocupar de *menos* que as condições de verdade (*a forma lógica*, a partir da qual as condições de verdade são pragmaticamente derivadas), para os primeiros a semântica deve se ocupar de *mais* do que condições de verdade. Para os

⁷⁵ Em contraposição, por exemplo, à proposta de Dascal, que declaradamente possui um certo grau de normatividade. Em relação ao caráter normativo de sua proposta, Dascal afirma que ele “é realçado pelo fato de sua aplicação não admitir *todos* os fenômenos que estudiosos da pragmática de diversas crenças incluem sob o rótulo ‘pragmática’” (*op. Cit.* p. 27), ainda que sua proposta tenha em vista uma possível distinção ontológica entre o pragmático e o semântico. Além disso, o autor ainda afirma que “a sua justificação está na contribuição que esse critério oferece para explicar as inclusões e as exclusões no domínio da pragmática de fenômenos específicos, criticar outras definições, esclarecer as relações entre semântica e pragmática e identificar antecedentes históricos da disciplina, bem como suas tarefas presentes e futuras” (*op. Cit.* p. 27).

⁷⁶ Seguindo Levinson (2000) e Heim & Kratzer (1998), ambos *apud* Basso & Pires de Oliveira (2006).

autores, a semântica deve se ocupar do estudo da *proposição*⁷⁷, o que significaria explicar inclusive as diferenças entre as sentenças *O João veio* e *Até o João veio* - ainda que em ambas as sentenças as condições de verdade sejam as mesmas (p. 15). Para os autores, a semântica se ocuparia do estudo das *proposições*, que remeteriam a, mas não coincidiriam com, suas condições de verdade – o significado de uma sentença, além de suas condições de verdade, também deveria trazer informações sobre suas condições de admissibilidade, ou seja, informações sobre em que contextos ela é admissível (os contextos em que ela é feliz).

Os fenômenos pragmáticos, por sua vez, seriam caracterizados por meio de três aspectos: a não-calculabilidade, a dependência de contexto e a não-monotonicidade ou cancelabilidade do raciocínio. Cada um desses critérios é considerado como possibilidade de divisor de águas entre semântica e pragmática por diferentes autores. Segundo os autores, esses critérios seriam insuficientes quando tomados isoladamente, mas seriam capazes de identificar um fenômeno como pragmático quando utilizados em conjunto. No que se segue, procuraremos clarificar brevemente cada um desses aspectos.

O primeiro aspecto, a não-calculabilidade, é apresentado por Ilari (2000) como possível critério de demarcação das duas áreas. De acordo com esse critério, seriam considerados como semânticos os fenômenos previsíveis, *nomológicos*, passíveis de serem calculados através de um cálculo que sempre vale, enquanto que os fenômenos pragmáticos não seriam calculáveis. Basso & Pires de Oliveira chamam a atenção para o fato de que esse critério não é uma tentativa de reciclagem de um modelo *residual*, para usar o termo empregado por Dascal, porque não diria respeito à impossibilidade de se engendrar uma teoria formal⁷⁸ capaz de explicar esses fenômenos, mas sim a um aspecto da *natureza* desses fenômenos – eles seriam explicáveis apenas *a posteriori*, uma vez que entrariam em seu “cálculo” fatores “imponderáveis” (*i.e.* uma combinação de muitos fatores), como o gosto e a subjetividade do

⁷⁷ Segundo Stalnaker, uma proposição é “o conjunto das condições de verdade que uma sentença assume *numa enunciação particular*” (STALNAKER, 1972 *apud* ILARI, 2000, grifo nosso)

⁷⁸ Em princípio, uma teoria formal é qualquer teoria formulada em uma linguagem lógica, ou seja, o fato de uma teoria ser formal não diz nada a respeito da teoria em si além disso. O fato de uma teoria ser formal, portanto, não implica, em princípio, que ela seja científica, nem exclui a possibilidade de ela acomodar contradições ou indecidibilidade dentro do seu quadro teórico.

falante.⁷⁹ Trata-se, portanto, da natureza *abdutiva*, heurística e falível da interpretação pragmática, presente em algumas das propostas apresentadas acima. Um critério para diferenciar fenômenos abduativos de outros de natureza indutiva ou dedutiva seria a cancelabilidade: sendo tentativos, esses fenômenos poderiam sempre ser revistos à luz de novas informações, ou mesmo de considerações posteriores da mesma situação e, portanto, conclusões tiradas de raciocínios baseados nesse tipo de fenômeno seriam canceláveis⁸⁰. Uma vez que a noção de monotonicidade pressupõe que o que era válido continue válido a despeito da adição de novas informações, uma implicatura, sendo cancelável, não pode ser monotônica (já que pode deixar de ser válida à luz de informações adicionais).⁸¹

Ao que parece, poderíamos, então, unir essas três características sob um único rótulo, já que a cancelabilidade e a não-monotonicidade, além de estarem intrinsecamente relacionadas, decorrem do caráter heurístico da interpretação dos fenômenos pragmáticos, que podemos chamar de *caráter heurístico ou abduativo* da interpretação pragmática.

A visão do contexto como critério de divisão é apresentada por Stalnaker (1972 *apud* BASSO & PIRES DE OLIVEIRA, 2007). De acordo com esse critério, os fenômenos semânticos seriam independentes de contexto, enquanto os pragmáticos seriam aqueles que mobilizam algum tipo de informação contextual. À pragmática caberia, nessa visão, a explicação de como fatores contextuais entram na determinação da proposição e a explicação sobre como os atos de fala (no sentido amplo de como as

⁷⁹ Parece ser mais adequado reformular a afirmação de que fenômenos pragmáticos não são calculáveis em termos de uma afirmação de que os fenômenos pragmáticos não são *calculados*. Esse critério faria referência, portanto, à adequação empírica da descrição, ou mesmo ao aspecto *cognitivo* do fenômeno, ou seja, ao fato de que os falantes não calculam o significado pragmático dedutiva ou indutivamente, mas fazem uma aposta em um significado provável. A diferença é necessária tendo em vista a dificuldade de se classificar um fenômeno como não calculável, já que não é possível dizer se um fenômeno não é calculável *ainda* ou se não é calculável “por natureza” (como apontam Basso & Pires de Oliveira).

⁸⁰ O exemplo dado por Basso & Pires de Oliveira são as chamadas implicaturas escalares. Por exemplo, de “alguns alunos tiraram 10 na prova” poderíamos inferir que nem todos os alunos tiraram 10 na prova. Embora esse raciocínio seja altamente provável, ele é cancelável, sendo ainda uma hipótese tentativa. De fato, não haveria contradição em afirmar, por exemplo, que “alguns alunos tiraram 10 na prova. De fato, todos os alunos tiraram 10”. Nesse caso, a implicatura “nem todos os alunos tiraram 10”, gerada a partir da primeira sentença, poderia ser cancelada pela segunda. A proposta da cancelabilidade ou da monotonicidade como critério demarcador é feita por Levinson (2000 *apud* BASSO & PIRES DE OLIVEIRA, 2006).

⁸¹ A semântica, sendo indutiva/dedutiva, seria monotônica, o significado de uma sentença sendo uma função das suas partes e suas combinações sintáticas.

implicaturas são geradas) ocorrem. Como apontado acima, essa postura teria como desafio a explicação das expressões indexicais, que representariam problemas especialmente para uma semântica de condições de verdade. Essa definição é similar à de Katz, embora o modo como ela trata o problema da indexicalidade seja significativamente diferente, estando mais de acordo com a tentativa que Recanati faz de conciliar uma perspectiva modelo-teórica com a dependência contextual das expressões indexicais. Ao invés de abrir mão desse critério, podemos considerar que a referência é pragmaticamente dada, mas, uma vez estabelecida, é processada algoritmicamente pela semântica. Essa opção implicaria rever a posição de que a semântica trata das condições de verdade de uma sentença, como apontado por Recanati e por Basso & Pires de Oliveira.

Contudo, mesmo que essa exigência de rever a equiparação do significado a condições de verdade acabe por se mostrar razoável, a produtividade da semântica de condições de verdade tem se mostrado bastante grande. Ainda que essa abordagem não dê conta de todos os fenômenos semânticos (a situação normal de qualquer teoria), ela parece dar conta de um conjunto bastante significativo de dados. Se de fato é necessário assumir uma posição mais fraca de que o significado *determina*, mas não se equipara a condições de verdade, ainda é um ponto a ser debatido. Mas, mesmo nessa perspectiva mais fraca, ainda há claramente uma ancoragem do significado a um estado de coisas exterior a linguagem e, portanto, às condições de verdade de uma sentença. Talvez seja necessário incrementar e sofisticar o modo como entendemos essa relação, considerando possivelmente outros fatores relevantes nela. Mas essa é uma questão que só pode ser respondida através da testagem da produtividade de uma e de outra opção metodológica, o que certamente demanda certo tempo. Seja como for, a semântica de condições de verdade se mostra ainda bastante produtiva.

A pragmática assim entendida não seria, sublinham os autores, o estudo das intenções do falante. Para eles, a pragmática estudaria

as apostas de interpretação que desenham uma intenção do falante que se coloca no e pelo próprio ato de fala (na comunicação). A pragmática estuda a atribuição de

intencionalidades (e as apostas do falante de que o intérprete vai fazer tal e qual atribuição), e os raciocínios que o falante acredita que seu interlocutor é capaz de realizar, dada uma ancoragem numa aposta fundamental (seja ela o princípio de cooperação ou o princípio de caridade). Estamos no reino dos espelhos, em que vejo no outro o meu reflexo e aposto que ele vê em mim o seu próprio reflexo. (BASSO & PIRES DE OLIVEIRA, 2007, p. 25)

No entanto, parece que mesmo Dascal, para quem a pragmática é o estudo das intenções do falante, estaria pronto para concordar com a afirmação acima. Ele próprio mostra estar bem ciente desse “jogo de espelhos”, do caráter de *atribuição* de intencionalidade presente na interpretação, o que constitui sempre uma aposta.

Além disso, para os autores haveria ainda uma *intencionalidade semântica*. A semântica também lançaria mão de uma atribuição de intencionalidade, na medida em que supomos (e, para que a comunicação ocorra efetivamente, devemos supor) que o nosso interlocutor atribui significados similares aos que atribuímos às palavras. Essa seria uma aposta primordial para a comunicação e, uma vez feita, o sistema semântico operaria nomologicamente.

Assim, de acordo com Basso & Pires de Oliveira, ainda que isoladamente nenhum desses critérios seja suficiente para caracterizar os fenômenos pragmáticos, sua combinação seria capaz de fornecer um critério de demarcação entre a semântica e a pragmática. Nas palavras dos autores:

o pragmático não se caracteriza por nenhuma dessas características tomadas isoladamente, mas pela sua combinação: o pragmático é não-calculável, contextual e cancelável, porque ele é da esfera da “aposta”, ele depende de um julgamento do intérprete no contexto, que, por ser ‘estético’ (interpretar é uma arte, lembra Davidson), pode sempre se mostrar equivocado. (2007, p. 18)

No entanto, embora quando usados em conjunto esses critérios forneçam uma caracterização mais completa do pragmático, talvez mesmo usados isoladamente esses critérios sejam capazes de separar o semântico do pragmático, justamente por estarem intimamente relacionados. Por um lado, o caráter heurístico (abduativo, falível e não-monotônico) é encontrado em todos os fenômenos apontados como pragmáticos pelos autores: a geração de implicaturas de modo geral e o estabelecimento da referência, ambos sendo abduativos e, portanto, falíveis. Por outro lado, ambos os fenômenos são dependentes de contexto: as implicaturas são geradas pelo ato de se pronunciar uma dada sentença em um dado contexto, e são geradas tendo-se em vista o conjunto de crenças tidas como verdadeiras, o (re)conhecimento dessas crenças por parte dos interlocutores, etc. Assim, se sabemos que nosso interlocutor possui determinado tipo de crença que seria fortemente incompatível com um dado tipo de proferimento, nós provavelmente preferiríamos gerar uma implicatura que atribuísse ao seu proferimento um caráter irônico, como forma de conciliar o que sabemos sobre ele e o que ele diz na situação. Da mesma forma, o estabelecimento da referência, mesmo em expressões não indexicais, dependeria do contexto. Se um *barman* diz “O bar vai fechar em 5 minutos”, o estabelecimento da referência de *o bar*, se dá pragmaticamente, de forma dependente de contexto – dita em outro bar, por outro *barman*, o referente seria outro.⁸² Talvez o caráter heurístico da interpretação pragmática decorra exatamente da dependência do contexto: uma vez que a quantidade de informação passível de ser utilizada na interpretação de um enunciado é ilimitada, a depender do tipo de informação de que dispomos e do tipo de informação que optamos por usar, obteríamos diferentes interpretações.

Contudo, Basso & Pires de Oliveira parecem considerar que apenas um dos aspectos é insuficiente para que se considere um fenômeno como pragmático, como demonstra a discussão sobre pressuposições. As pressuposições são apresentadas como um caso “que problematiza” a sua proposta, uma vez que elas seriam dependentes de contexto, mas sua cancelabilidade em muitos casos seria controversa, o que poderia apontar

⁸² O exemplo é de Kent Bach (2004).

inclusive para a existência de pressuposições tanto semânticas quanto pragmáticas.

Em uma sentença como *João chegou tarde também*, teríamos a pressuposição de que o João fez mais alguma coisa além de chegar tarde, ou de que mais alguém além do João chegou tarde.⁸³ A existência da pressuposição seria semanticamente informada pela palavra *também*, mas, de modo semelhante às expressões indexicais, o estabelecimento da pressuposição em questão dependeria do contexto em que ela figura. Assim, “a satisfação da pressuposição é pragmática, mas ela é uma instrução que está na proposição” (BASSO & PIRES DE OLIVEIRA, 2007, p. 22). Em alguns contextos a pressuposição não se projetaria, o que poderia ser entendido como uma forma de cancelamento. Em uma sentença como *Maria chegou tarde e o João chegou tarde também*, a pressuposição, porque satisfeita localmente, não se projetaria para a sentença como um todo, e poderíamos entender que ela foi cancelada. Se entendermos que há cancelamento, consideraríamos as pressuposições como fenômenos pragmáticos.

Uma outra alternativa seria entender que não há cancelamento e que esse é um fenômeno semântico. Entendendo (seguindo HEIM & KRATZER, 1998, *apud* BASSO & PIRES DE OLIVEIRA, 2007) o significado de uma sentença como seu potencial de mudança de contexto, poderíamos entender que a sentença *O João chegou tarde também* exige um contexto em que mais alguém além de João chegou atrasado, o que poderia ser satisfeito localmente, como no caso comentado acima. O que estaria em jogo, então, seriam os contextos de admissibilidade da sentença, o que para os autores é uma informação semântica. Ainda uma outra alternativa seria entender as pressuposições como o fundo conversacional compartilhado, e então estaríamos no domínio da pragmática.

Como apontado acima, não pretendemos resolver aqui a questão dos critérios de divisão entre a semântica e a pragmática, sendo a discussão longa, complexa, e fugindo ao escopo deste trabalho. Contudo, acreditamos que tratar da divisão entre a semântica e a pragmática pode ajudar a esclarecer o papel de ambas as áreas no processo interpretativo, contribuindo para

⁸³ A escolha de qual pressuposição está sendo vinculada possui um vínculo estreito com o foco da sentença, ou seja, o segmento prosodicamente acentuado.

estabelecer a forma como a interpretação e a comunicação são entendidas neste trabalho. Seguindo Basso & Pires de Oliveira (2007), podemos abrir mão da visão de que a pragmática estuda os expedientes empregados por um falante para transmitir suas intenções comunicativas e aqueles empregados pelo ouvinte para reconhecê-las. Podemos, ao invés disso, entender que a pragmática estuda a *atribuição* de intencionalidades, mas, talvez em uma tentativa de definição mais conciliadora, tendo em vista o tipo de referências que este trabalho mobiliza, poderíamos definir a pragmática como o estabelecimento do significado *em contexto*. Essa opção parece pouco problemática, uma vez que o contra-argumento central a ela era o caso das expressões indexicais. Uma vez assumido que o estabelecimento da referência é pragmático (porque contextual) não só para as expressões indexicais, podemos contornar esse problema. Isso implicaria assumir que o significado de uma sentença não se equipara sempre a suas condições de verdade, ainda que a semântica adotada neste trabalho seja uma semântica de condições de verdade. Contudo, em nosso entendimento, não há nenhum problema em se reconhecer as limitações de uma abordagem da semântica de modelos, conforme apontado brevemente acima. Embora não seja capaz de responder a uma série de questões, esse instrumental parece ser útil para esclarecer uma série de aspectos semânticos, incluindo alguns dos aspectos relevantes para este trabalho, como deverá ser demonstrado adiante.

Entender o domínio da pragmática como o domínio do significado *em contexto* não excluiria do processo interpretativo as intenções comunicativas do falante, no entanto, nem o caráter heurístico dessa interpretação, uma vez que as intenções comunicativas do falante e as expectativas do ouvinte em relação a essas intenções são parte do contexto, especialmente se entendermos o contexto como fundo conversacional compartilhado. A determinação do significado em contexto incluiria espaço para as crenças e interesses político-ideológicos do falante, da mesma forma como nosso conhecimento eventualmente parcial dos fatores contextuais, como no caso de textos antigos. Optar por entender esses fatores de uma ou de outra maneira geraria necessariamente hipóteses interpretativas diferentes, mas nem toda hipótese serviria – somente uma hipótese interpretativa que se baseasse em evidências contextuais razoáveis, que potencialmente considerariam uma dada

(atribuição de) intenção comunicativa. Como decorrência disso, teríamos algumas interpretações claramente inválidas, ainda que, dada a variabilidade do que pode ser considerado como “evidência razoável”, o número de hipóteses interpretativas possíveis seja virtualmente infinito. O caráter heurístico da interpretação pragmática seria, desse modo, *o modo* como essas hipóteses são construídas.

Se por um lado essas hipóteses são *construídas*, tanto pelo lado do falante quanto pelo lado do ouvinte, esse processo de construção não se dá sem levar em consideração os propósitos comunicativos da interação entre os falantes. Assim, enquanto do lado do enunciador temos a construção de um enunciado tendo em vista as expectativas do intérprete (e as expectativas do enunciador sobre as expectativas do intérprete) e de modo similar por parte do intérprete, o caráter *cooperativo* da comunicação deve garantir que as interpretações postas em jogo sejam razoavelmente similares - do contrário, as bases da comunicação seriam minadas. Ainda que noções como as de comunidade discursiva e *background* desempenhem um papel fundamental nesse processo, parecem estar em jogo outras competências que não meramente o reconhecimento de modos de interpretação sedimentados, mas sim uma habilidade especificamente lingüística (semântica) que serve como ponto de partida para o processo de interpretação, além de um princípio mais geral de interpretação pragmática, seja o princípio da cooperação griceano, seja o princípio da caridade davidsoniano ou qualquer outro.

Assim, não parece de todo descabido que duas sentenças, sejam elas semanticamente similares ou não, possam gerar (aproximadamente) as mesmas hipóteses interpretativas, ou seja, não parece absurdo falar em equivalência pragmática, ainda que, novamente, essa equivalência seja sempre aproximada. Assim, sentenças como *It is a bit chilly here, isn't it?* e *Está um pouco frio aqui, não?* gerariam hipóteses interpretativas bastante similares. A possibilidade de haver equivalência no nível pragmático, contudo, parece muito mais complexa do que a equivalência no nível semântico (talvez até mesmo por pressupô-la), uma vez que o contexto e o fundo conversacional compartilhado por um texto e sua tradução podem ser radicalmente diferentes. Essa não é nenhuma novidade para a prática da tradução: procedimentos de adaptação, notas de rodapé ou mesmo a exposição “crua” dessas diferenças

são procedimentos que um tradutor pode utilizar para lidar com essa questão, e a noção de equivalência pragmática talvez possa mesmo ser útil para explicar e diferenciar esses procedimentos. Isso significa que o tradutor pode muito bem optar em ignorar esse tipo de equivalência, mas a aposta deste trabalho é que o tradutor não pode ignorar todo e qualquer tipo e grau de equivalência.⁸⁴ Contudo, abordar o tema da equivalência no aspecto pragmático iria muito além das capacidades efetivas deste trabalho, sem falar das limitações de seu autor. Deixamos, então, essa questão em aberto, procurando focar nossa atenção no nível semântico. Ao fim e ao cabo é possível que tenhamos que admitir que a noção de equivalência, seja pragmática, seja semântica, não serve de fato para auxiliar na tarefa da teoria da tradução de explicar o que é tradução. Este trabalho *aposta* na produtividade dos conceitos, mas ciente de que as apostas podem eventualmente ser frustradas. Quanto ao nível pragmático, essa aposta permanece aberta, uma aposta mais intuitiva do que qualquer outra coisa. Quanto ao nível semântico, contudo, procuraremos clarificar as razões que permitem acreditar que essa aposta não é de todo equivocada.

O que fizemos até aqui foi procurar elaborar um modelo de interpretação que fosse capaz de acomodar a noção de equivalência que pretendemos desenvolver. Contudo, antes de passar à discussão da proposta efetiva deste trabalho para a noção de equivalência, ainda é necessário enfrentar um outro problema, já mencionado acima e também referido por Basso & Pires de Oliveira: o fato de que a interpretação semântica também parte da *aposta* de que interpretamos as palavras da mesma maneira que nosso interlocutor. Trata-se da questão da *indeterminação do significado*, que abordaremos a seguir (item 3.2).

⁸⁴ Esse ponto deve ficar claro adiante, na discussão sobre equivalência semântica.

3. Semântica, Referência e Condições de Verdade

A perspectiva semântica adotada neste trabalho é a perspectiva da Semântica da Teoria de Modelos (*Model Theoretic Semantics*), uma teoria semântica baseada na Teoria de Modelos, de fundamentação matemática. Essa perspectiva semântica faz uso dos mecanismos lógico-formais utilizados por lógicos para tratar de sistemas de lógica simbólica, procurando aplicá-los à descrição das línguas naturais. No que se segue, procuraremos apresentar alguns dos conceitos que fundamentam essa abordagem.⁸⁵

Como aponta Borges (2003), abordagens teóricas que procurem entender o significado como uma espécie de entidade, seja como a entidade no mundo a que uma expressão se refere (teorias referencias do significado), seja um conceito ou idéia na mente do falante (teorias ideacionais do significado), terão problemas sérios ao lidar, por exemplo, com artigos, preposições, etc., expressões que claramente possuem significados, mas que não possuem referente claro, nem se associam claramente a nenhum conceito ou idéia. No caso de uma semântica referencial, parece pouco razoável afirmar que nomes como *liberdade* ou *amor*, por exemplo, possuam algum referente. Já no caso da abordagem ideacional, esbarramos no problema de saber que tipo de coisas existem nas mentes. Desse modo, afirmar que significados são entidades na mente dos falantes dificulta um tratamento minimamente objetivo do significado, uma vez que não temos acesso ao conteúdo na mente dos falantes.

Como forma de evitar esses inconvenientes, o procedimento comumente adotado pelos lingüistas é entender o significado como uma *relação* entre uma expressão e algo não-lingüístico (BORGES, 2003, p. 10). Para alguns o significado é uma relação entre as expressões e o uso que os falantes fazem delas (como na *Semântica dos Atos de Fala*); para outros a relação se daria entre expressões e algo equivalente aos conceitos mentais propostos pelas teorias ideacionais do significado (como no caso da *Semântica Cognitiva*);

⁸⁵ Procuraremos apresentar o mínimo de formalismos necessários ao entendimento deste trabalho. Além disso, por razões de espaço, procuraremos fazer uma apresentação bastante breve, sem discutir longamente os conceitos apresentados (o que constituiria em si um trabalho – e de fôlego).

dentro da perspectiva adotada neste trabalho, contudo, a relação estabelecida pelos significados se dá entre uma expressão e o mundo externo que a expressão descreve (sendo, portanto, uma *Semântica de Valor de Verdade*, a contraparte relacional das teorias referencias do significado).

Em uma semântica de condições de verdade, trata-se os significados de uma sentença em termos das condições necessárias e suficientes para que essa sentença seja verdadeira (a relação com o mundo exterior). De um ponto de vista intuitivo, assume-se na semântica de condições de verdade que saber o que uma sentença significa é, ao menos em alguma medida, saber que tipo de estado de coisas é necessário para torná-la verdadeira.⁸⁶ Apenas conhecendo o significado de uma sentença somos capazes de saber suas condições de verdade, e sabendo suas condições de verdade, sabemos seu significado.

Devemos notar, contudo, que há uma diferença entre conhecer as condições de verdade de uma sentença e saber se ela é de fato verdadeira ou falsa – podemos muito bem saber quais as condições necessárias para que uma sentença seja verdadeira, mesmo sem saber se ela é verdadeira ou falsa. Embora possamos não saber se uma sentença como *há vida em outros planetas* é verdadeira ou falsa, sabemos que tipo de estado de coisas é necessário para que a consideremos verdadeira. Enquanto saber quais sentenças são de fato verdadeiras ou não depende do nosso conhecimento sobre como o mundo é, saber quais as condições necessárias para que uma sentença seja verdadeira independe de saber se de fato essas condições são satisfeitas no mundo. Essa distinção é central porque, se a semântica tomasse para si a responsabilidade de discernir quais sentenças são verdadeiras ao invés de lidar com as condições de verdade das sentenças, ela precisaria abranger nada menos que a totalidade do conhecimento humano. Por outro lado, a semântica nessa perspectiva

Não está realmente preocupada em descobrir que sentenças são de fato verdadeiras e quais são falsas. (...) Essencialmente, a semântica está preocupada com *o modo como o valor de verdade das sentenças depende do significado de suas partes*

⁸⁶ Cf. Chierchia (2003), p. 47; Borges (2003), p. 17.

e com o modo como os valores de verdade de diferentes sentenças está relacionado. (GAMUT, 1992, p. 92, grifo no original)⁸⁷

Por outro lado, em uma sentença como *a loba*⁸⁸ *abichornou os borregos*⁸⁹, não apenas não sabemos se se trata de uma sentença verdadeira ou falsa como não sabemos em que condições ela seria verdadeira, nem tampouco seu significado. Mas se olharmos no dicionário e descobirmos que *loba* é “um tipo de tumor”, *borrego* é “a cria da ovelha” e *abichornar* é “tornar desanimado”, seremos capazes de saber quais suas condições de verdade (ainda que possamos não saber se ela é verdadeira ou falsa).

Para tratar das condições de verdade, a semântica da teoria de modelos emprega a teoria da verdade proposta por Alfred Tarski (1972). De acordo com Tarski, a verdade de uma sentença depende de seu acordo ou correspondência com a realidade.⁹⁰ Assim, uma sentença como *A neve é branca* é verdadeira se a neve é de fato branca, e é falsa se ela não é. Ou seja, se eu afirmo que a neve é branca e a neve é de fato branca, a sentença é verdadeira, e se eu afirmo que a neve não é branca e a neve é branca, a sentença é falsa. Essa é a forma da *convenção T* de Tarski:

(1) A sentença *A neve é branca* é verdadeira se, e somente se, a neve é branca.

Embora possa parecer redundante à primeira vista, devemos notar que há uma diferença entre a sentença *a neve é branca* na forma como ela aparece antes do bi-condicional⁹¹ e na forma como ela aparece depois dele: no

⁸⁷ “Semantics is not really concerned with finding out which sentences are in fact true and which are false. (...) Essentially, semantics is concerned with *the ways the truth values of sentences depend on the meanings of their parts and the ways the truth values of different sentences are related.*”

⁸⁸ Lê-se *lóba*, com o aberto.

⁸⁹ Exemplo de Borges (2003), p. 17.

⁹⁰ A fonte da teoria semântica da verdade de Tarski é a *Metafísica* de Aristóteles. De acordo com a concepção aristotélica de verdade, “dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso, enquanto que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro” (*apud* BORGES, 2003, p. 14.)

⁹¹ Um bi-condicional ou bi-implicação, normalmente lido como *se e somente se* (abreviado *sse*) é um condicional duplo, significando que tanto *A* implica *B* quanto *B* implica *A*, ou seja, sempre que *A* for verdadeiro, *B* também o será e vice-versa. Por exemplo, *um homem é solteiro se e*

primeiro caso temos a *menção* da sentença, enquanto que no segundo temos uma sentença de fato.⁹² Assim, na primeira aparição da sentença temos seu *nome*, e não um uso, ou seja, estamos usando seu nome para falar dela. A distinção pode parecer pouco clara por estarmos empregando a mesma língua como *linguagem-objeto* e como *metalinguagem*, ou seja, por estarmos usando o português para falar do português. No primeiro caso, em que a sentença encontra-se em itálico, temos uma sentença na linguagem-objeto, a sentença sobre a qual falamos, enquanto no segundo caso temos uma sentença na metalinguagem, a linguagem que usamos para falar sobre a linguagem-objeto. A distinção fica clara se usarmos uma metalinguagem diferente da linguagem-objeto. Poderíamos, por exemplo, usar o inglês para falar sobre o português, e assim teríamos algo como:

(2) The sentence *A neve é branca* is true if and only if the snow is white.

Generalizando esse procedimento, podemos, seguindo Tarski, substituir a sentença (a sentença de fato sendo usada) por uma variável sentencial p e seu nome por uma outra variável, X , obtendo assim uma fórmula geral para o procedimento:

(3) X é verdadeira se e somente se p .

X seria, assim, uma sentença da linguagem-objeto, enquanto que p seria uma sentença da metalinguagem contendo as condições necessárias e suficientes para que X seja verdadeira. No caso da sentença *A neve é branca*, basta que a neve seja de fato branca para que a sentença seja verdadeira, ou seja, a brancura da neve é condição necessária e suficiente para que a sentença seja verdadeira.

Uma vez que na semântica da teoria de modelos entendemos o significado como uma relação entre expressões lingüísticas e o mundo exterior,

somente se nunca se casou quer dizer *se um homem é solteiro, então ele nunca se casou* e, de modo similar *se um homem nunca se casou, então ele é solteiro*, ou seja, nunca ter se casado implica ser solteiro e ser solteiro implica nunca ter se casado (desconsiderando talvez exemplos potencialmente problemáticos como o papa). (Cf. MORTARI, 2001, p. 85-86)

⁹² Cf. Borges (2003), p. 13-14; Mortari (2001), p. 34-39.

a interpretação das expressões será dada através da associação de expressões lingüísticas a determinados objetos (não necessariamente objetos físicos) no mundo. Não será necessário, contudo, que saibamos a forma exata que o mundo assume para que sejamos capazes de interpretar expressões em uma dada língua – a interpretação, a associação entre expressões lingüísticas e objetos não-lingüísticos, ocorrerá sempre tendo-se em vista um determinado *modelo*, uma estrutura, um determinado estado de coisas que servirá de base para a interpretação.

Uma estrutura é “um conjunto de objetos teóricos atômicos com propriedades e relações definidas sobre esses objetos” (BORGES, 2003, p. 19). Ao conjunto de objetos existentes na estrutura chamamos *domínio*, o conjunto de indivíduos sobre os quais se pode falar, um *universo de discurso*. Além disso, uma estrutura também possui uma *função de interpretação*, uma função que associa a determinadas expressões da linguagem em questão certos elementos na estrutura.⁹³ Assim, uma estrutura é basicamente um dado estado de coisas, com certos objetos e relações definidas entre eles, e uma associação de expressões da linguagem a esses objetos. Para uma teoria formal (qualquer, não necessariamente lingüística), um modelo é um tipo específico de estrutura que é construída de forma a tornar verdadeiros todos os axiomas e teoremas da teoria em questão, ou seja, um modelo é uma estrutura tal que, quando interpretados nela, todas as predições da teoria resultam verdadeiras, é um sistema que funciona da forma como a teoria prevê. Se entendermos as sentenças de uma língua como teoremas, diremos que uma dada sentença seleciona um conjunto de modelos para sua interpretação. Assim, uma sentença como *A neve é branca* seleciona como modelos todas as estruturas em que a neve é, de fato, branca.

Desse modo,

encontrar (ou construir) um *modelo* para uma teoria equivale a encontrar (ou construir) um domínio estruturado, abstrato ou concreto, e nele interpretar todas as expressões primitivas da teoria, de tal forma que todas as afirmações da teoria sejam

⁹³ Cf. Mortari (2001, p. 157-164); Chierchia (2003, p. 287-288); Gamut (1991, p. 92-94).

verdadeiras para o modelo naquela interpretação. (BORGES, 2003, p. 19, grifo do autor)

Na medida em que uma teoria é, basicamente, um conjunto de afirmações, podemos tentar aplicar um método semelhante de modo a estabelecer um sistema de interpretação para uma dada língua, baseando-nos nos trabalhos do ramo da matemática que estuda as relações entre teorias e seus modelos, a Teoria de Modelos – essa é a proposta da Semântica da Teoria de Modelos. A consequência dessa forma de entender a semântica é que a interpretação será dada integralmente no modelo (uma vez que entendemos o significado como a relação entre expressões e objetos em uma estrutura).

Uma estrutura funciona como um *modelo* de representação do mundo exterior (num outro sentido do termo *modelo*), no sentido de que ela serve como “uma representação esquemática de um objeto ou de um sistema concreto, *i.e.*, uma representação simplificada de uma realidade complexa que objetiva facilitar a compreensão dessa última” (BORGES, 2003, p. 19). Nesse sentido do termo *modelo*, procuramos construir uma representação mais simples do mundo exterior (um sistema notavelmente complexo), para assim procurar estabelecer as relações entre a linguagem e objetos não-lingüísticos. Podemos, é claro, partir de uma pluralidade de modelos de representação da realidade, o que resultaria em diferentes estruturas (e modelos, no sentido modelo-teórico) e, portanto, em diferentes possibilidades de interpretação. A adequação de um modelo às necessidades impostas pela descrição de uma língua permanece, assim, uma questão empírica, *i.e.*, a adequação de um modelo deve ser testada através das possibilidades de interpretação oferecidas por ele. À medida que um modelo se revele inadequado ele pode ser substituído por outro modelo mais sofisticado, que se aproxime mais da forma como o mundo é concebido nas línguas naturais.

Uma forma bastante simples de lidar com a construção de modelos para uma língua natural é através da Teoria dos Conjuntos. Dentro dessa perspectiva, podemos estabelecer as condições de verdade de uma sentença através das relações estabelecidas por suas estruturas mais simples com elementos na estrutura e do modo como essas estruturas se combinam em

termos de objetos, conjuntos de objetos e relações entre esses elementos. Assim, o estabelecimento das condições de verdade depende do estabelecimento da denotação dos elementos que compõem a sentença – para sabermos se uma sentença como *Luciano Pavarotti vê Bill Clinton*⁹⁴ é verdadeira ou falsa, precisamos saber quais os indivíduos denotados pelos nomes *Luciano Pavarotti* e *Bill Clinton*, bem como o que denota a palavra *vê* dentro do modelo. Digamos que em nosso modelo *Bill Clinton* denota o conhecido político norte-americano e ex-presidente dos Estados Unidos, enquanto *Luciano Pavarotti* denota o conhecido tenor italiano; o verbo *ver* (*vê*), por sua vez, afirma que o indivíduo *a* está em uma dada relação com o indivíduo *b*, a relação de ver. Na semântica da teoria de modelos, dizemos que *ver* denota um conjunto, o conjunto de indivíduos que estão em uma relação tal que o primeiro vê o segundo. No caso de um verbo como *corre*, diríamos que a denotação do verbo *corre* é o conjunto dos indivíduos que correm. Assim, diríamos que a sentença *Pedro corre* é verdadeira se e somente se o indivíduo denotado por *Pedro* pertence ao conjunto dos indivíduos que correm. A denotação da sentença *Pedro corre* seria, assim, um valor de verdade – verdadeiro caso seja verdade que Pedro corre, falso em caso contrário. Igualmente, na frase *Pavarotti vê Clinton*, trataríamos a relação de ver como um conjunto, um conjunto de pares ordenados de indivíduos que estão na relação denotada por ver. Assim, essa sentença será verdadeira se o par ordenado <pavarotti, clinton> pertencer ao conjunto dos indivíduos tal que o primeiro vê o segundo.

O significado dos elementos mais simples, os itens lexicais, é dado através da associação desses itens a determinados elementos na estrutura – o nome *Clinton* ao indivíduo ex-presidente dos Estados Unidos, *Pavarotti* ao tenor italiano e o verbo *ver* ao conjunto dos indivíduos que se encontram em uma dada relação um com o outro dentro do modelo, etc. Em uma sentença como *Pedro corre*, a combinação dos itens lexicais *Pedro* e *corre*, ou seja, a aplicação funcional de *corre* a *Pedro* (que escreveremos *corre(pedro)*⁹⁵, *i.e.*, trataremos *corre* como uma função que toma *Pedro* como argumento para

⁹⁴ O exemplo é de Chierchia (2003, p. 45-47).

⁹⁵ Seguiremos a notação do cálculo de predicados, uma linguagem artificial desenvolvida na lógica, utilizada como metalinguagem na Semântica da Teoria de Modelos. (Para uma apresentação do Cálculo de Predicados, ver MORTARI, 2001 ou BACH, 1989).

resultar num valor de verdade) nos diz que Pedro pertence ao conjunto dos indivíduos que correm – essas são as condições de verdade da sentença: a sentença será verdadeira se e apenas se Pedro pertencer ao conjunto dos indivíduos que correm dentro do modelo em que a sentença é interpretada. As condições de verdade independem do modelo, ao passo que a avaliação da sentença como verdadeira ou falsa é relativa a um modelo específico.

O significado das expressões complexas (sintagmas, sentenças), por sua vez, é construído a partir do significado das expressões mais simples e de seu modo de combinação. Esse é o chamado *princípio da composicionalidade*, enunciado primeiramente nos trabalhos de Frege. De acordo com esse princípio, o significado de uma expressão complexa é dado pelo significado das partes e o modo como elas se combinam.⁹⁶ Através desse princípio é possível explicar como somos capazes de interpretar um número ilimitado de sentenças partindo de capacidades cognitivas limitadas (ainda que muito grandes). Assim, partindo do significado de expressões mais simples, somos capazes de interpretar qualquer expressão complexa, mesmo que nunca a tenhamos ouvido antes. Dentro da perspectiva semântica aqui adotada, o significado das expressões são objetos formais que têm sua interpretação determinada dentro do modelo, cabendo à semântica investigar as regras que regem a composição de significados complexos partindo dos significados mais simples, bem como as relações entre os significados. Desse modo, partindo de um conjunto limitado de significados atômicos e um conjunto de regras de formação, somos capazes de derivar um número ilimitado de sentenças. Sendo capazes de descrever essas regras de formação, podemos derivar automaticamente a interpretação de uma sentença, sejam quais forem os significados atômicos que a constituem.

3.1. Mundos possíveis e intensionalidade

Contudo, a construção de modelos até aqui exposta lida apenas com modelos da forma como o mundo efetivamente é, e não com as diferentes

⁹⁶ Note-se que o princípio da composicionalidade aplica-se somente ao nível semântico. Conforme apontado anteriormente, a interpretação pragmática é heurística e não algorítmica, podendo incorporar informações do contexto e chegar a diferentes hipóteses interpretativas, ao passo que a semântica funciona nomologicamente.

formas que ele poderia assumir, *i.e.*, um modelo propõe um estado de coisas, mas não abre espaço para que tratemos de coisas que não são reais nele. Isso impõe uma limitação séria quando procuramos tratar da construção de sentenças hipotéticas, por exemplo. A que estado de coisas efetivo uma sentença como *Se meu avô não tivesse morrido, hoje ele teria 90 anos* se refere? Essa sentença não se refere a um estado de coisas real, mas sim a uma possível forma que o mundo poderia ter assumido. Em outras palavras, essa sentença se refere a um *mundo possível*.

De modo intuitivo, um mundo possível é qualquer estado de coisas em que o mundo poderia se encontrar, com pelo menos uma propriedade diferente. Ou seja, a cada diferença no modo como as coisas poderiam ser, teríamos um mundo possível diferente: um mundo possível em que Aníbal teria conquistado Roma durante a segunda Guerra Púnica, ou simplesmente um mundo possível em que o exemplo dado nesta explicação fosse outro, havendo, portanto, um número infinito de possibilidades (de mundos possíveis), o mundo real sendo apenas um deles.⁹⁷ Desse modo, a sentença hipotética acima instauraria um mundo possível, e a atribuição de um valor de verdade a ela tem em vista esse mundo possível. Assim, faz-se necessário incluir em nosso modelo um conjunto de mundos possíveis, para tratar desse e de outros fenômenos, como veremos a seguir.⁹⁸

Uma consequência de introduzir a noção de mundos possíveis em nosso modelo é a possibilidade de uma mesma expressão possuir denotações diferentes. Uma expressão como *o atual presidente do Brasil* pode ter como referente Luís Inácio da Silva no mundo real, ou José Serra em um mundo possível em que Serra venceu Lula nas eleições presidenciais de 2006.⁹⁹ Como aponta Borges (2003, p. 39-41), a inclusão de um conjunto de tempos e de um conjunto de mundos possíveis em nosso modelo, bem como a

⁹⁷ O *status* ontológico dos mundos possíveis é matéria de controvérsia, variando desde posições fortemente realistas, como a de Lewis (1973 *apud* PARTEE, 1989), que considera que os mundos possíveis são entidades reais, até posturas mais comedidas, que consideram mundos possíveis apenas uma ferramenta explicativa útil. (Cf. PARTEE, 1989; CHIERCHIA, 2003, p. 443-455)

⁹⁸ Além disso, é necessário também incluir um conjunto de tempos em nosso modelo, para dar conta do tempo verbal, por exemplo. Deixaremos, contudo, essa questão de lado, uma vez que ela não será necessária para o entendimento deste trabalho.

⁹⁹ Além disso, a expressão *o atual presidente do Brasil* pode denotar indivíduos diferentes ao longo do tempo: Lula em 2009, Fernando Henrique em 2000, Itamar Franco em 1994, etc., o que também pode ser tratado com a inclusão de um conjunto de tempos em nosso modelo.

relativização das denotações com respeito ao tempo e aos mundos possíveis, vai exigir a introdução de novos objetos em nosso modelo e novos mecanismos formais para lidar com esse fenômeno: as *intensões*.

A noção de intensão é um desdobramento da noção de sentido, inicialmente proposta por Frege, em seu célebre *Über Sinn und Bedeutung* (Sobre o sentido e a referência, de 1892), que fazia uma distinção entre a *referência* e o *sentido* de uma expressão. Frege propôs essa distinção como solução para o problema dos verbos de atitudes proposicionais. Consideremos as seguintes sentenças:

(4) Os antigos acreditavam que a estrela da manhã é a estrela da tarde.

(5) Os antigos acreditavam que a estrela da manhã é a estrela da manhã.

Embora as expressões *estrela da manhã* e *estrela da tarde* possuam o mesmo referente (o planeta Vênus), elas notadamente significam coisas diferentes, como podemos observar nas sentenças (4) e (5). Enquanto a sentença (4) é falsa, a sentença (5) é trivialmente verdadeira. Para Frege, embora as ambas as expressões possuam o mesmo referente, elas possuem sentidos diferentes. A solução de Frege para esse problema vai ser assumir que em determinados contextos, os *contextos intensionais*, algumas expressões denotam seu sentido, e não sua referência. O tratamento de Frege foi desenvolvido de diversos modos diferentes, culminando na abordagem da semântica de mundos possíveis, como elaborada por Kripke.¹⁰⁰

Uma intensão é um mecanismo que permite estabelecer a denotação de uma expressão (sua *extensão*) em um dado mundo possível e em um dado tempo.¹⁰¹ Formalmente, as intensões podem ser caracterizadas como funções¹⁰² que tomam índices (tempo, mundos possíveis, etc.) e resultam em extensões (*i.e.*, uma função que tem como domínio um conjunto de índices e que devolve como contra-domínio uma extensão).¹⁰³ Uma vez que uma função

¹⁰⁰ Cf. Carpenter (1997, p. 18-19).

¹⁰¹ Cf. Borges (2003, p. 41).

¹⁰² Uma função é um tipo especial de relação entre dois conjuntos, em que para cada elemento do primeiro conjunto (o *domínio*, que funciona como argumento da função) é associado um e tão somente um elemento do segundo conjunto (o *contra-domínio*). (Cf. MORTARI, 2001, p. 53-54)

¹⁰³ Cf. Lewis (1972, p. 174-175); Borges (2003, p. 41).

é um tipo específico de relação, tratar as intensões como funções relacionando expressões lingüísticas com objetos no modelo (em um dado tempo e em um determinado mundo possível) é apenas um refinamento do modo como tratamos os significados.

No que diz respeito a *verbos de atitudes proposicionais* (como *saber, acreditar, pensar, duvidar, etc.*), verbos que relativizam as proposições que os completam com relação a determinadas atitudes do falante a respeito dessas proposições, podemos assumir que esses verbos fazem referência a determinados mundos possíveis – o mundo das crenças do falante, o mundo de seus conhecimentos, etc.¹⁰⁴ Além disso, sem a noção de intensão teríamos algumas dificuldades em lidar com expressões que não possuem referentes no mundo real, como *e.g., centauro, o deus Apolo* ou *a primeira mulher a pisar na Lua*, na medida em que todas essas expressões denotam o mesmo referente no mundo real (o conjunto vazio)¹⁰⁵, mas claramente possuem significados diferentes. Utilizando as noções de intensão e de mundos possíveis, contudo, podemos associar indivíduos diferentes a cada uma dessas expressões em diferentes mundos possíveis. No universo da mitologia grega, por exemplo, as expressões *centauro* e *o deus Apolo* possuiriam referentes, enquanto que *a primeira mulher a pisar na Lua* não. Haveria ainda mundos em que a última expressão referiria, enquanto as duas outras não, mundos em que somente a primeira expressão referiria, e assim por diante.

Embora a produtividade da semântica de condições de verdade tenha se mostrado, ao longo do tempo, bastante rica, ela parece ser notadamente pouco intuitiva. Afinal, temos plena consciência de que tanto ao utilizarmos quanto ao aprendermos uma língua, estamos fazendo uso de uma faculdade mental. Desse forma, uma abordagem que não faça referência aos aspectos lingüísticos presentes na mente dos falantes parece claramente inadequada. Uma teoria que se pretenda cognitiva e empiricamente adequada deveria fazer

¹⁰⁴ Cf. Borges (2003), p. 40-41.

¹⁰⁵ Essa é uma consequência do chamado *princípio da extensionalidade*, que diz que se dois conjuntos possuem exatamente os mesmos elementos, eles são o mesmo conjunto. Uma vez que o conjunto denotado por todas essas expressões possui exatamente os mesmos elementos (nenhum), elas possuem a mesma denotação.

referência a uma “linguagem da mente” ou a algum tipo de estrutura conceitual presente na mente dos falantes.

Em primeiro lugar, não é um imperativo que toda teoria lingüística procure ser empiricamente adequada de um ponto de vista cognitivo – basta que uma teoria seja uma ferramenta útil para que possamos entender melhor um dado conjunto de fenômenos para que sua produtividade seja justificada. Para retomar um paralelo com a física, já citado anteriormente, dificilmente aceitaríamos como argumento contra a utilização de uma equação que calcule a trajetória de um corpo lançado por um ser humano o fato de que nem o corpo, nem o indivíduo envolvidos utilizam essa equação no momento do lançamento.

Isso não significa, contudo, que uma semântica baseada em condições de verdade não possa ter preocupações com a adequação cognitiva de suas asserções. Mesmo que uma teoria semântica faça referência a entidades mentais, em algum momento será necessário relacionar os aspectos lingüísticos com o mundo exterior. Toda teoria terá de dar conta, de alguma forma, do fato de que somos capazes de falar sobre o mundo com a linguagem e de nos referirmos a coisas externas a nós. Como aponta Borges:

Essas “entidades mentais”, em algum momento, deverão ser associadas a objetos no mundo, de que são de alguma forma, “imagens” ou “representações”. Assim, toda semântica que considere que o significado das expressões é a relação entre a linguagem e o mundo mental vai precisar prover o sistema com um relacionamento a mais, o relacionamento entre as representações mentais e o mundo dos objetos. Ou seja, as representações mentais precisarão ser *interpretadas*. (2003, p. 11, grifo do autor)

Além disso, conforme apontado anteriormente, ao adotar uma perspectiva ideacional de semântica, esbarramos na dificuldade de estabelecer que tipo de entidades existem na mente humana e de que forma essas entidades se organizam. Nada impede, contudo, que à medida que nosso conhecimento

sobre a mente avança, sejamos capazes de estabelecer que tipo de relações estão em jogo entre a linguagem, o pensamento e o mundo.¹⁰⁶

3.2. Tradução, Indeterminação e Significado

Em seu texto intitulado *Translation and Meaning*, Quine (1960) apresenta sua tese da indeterminação da tradução (e, como conseqüência, do significado): segundo o autor, a interpretação de uma dada expressão pode ser substancialmente diferente em dois sistemas interpretativos que, ao fim e ao cabo, seriam capazes de acomodar essas diferenças de modo a não resultar em qualquer divergência no comportamento verbal dos falantes. Nas palavras de Quine:

dois homens poderiam ser completamente semelhantes em suas disposições para o comportamento verbal sob todos os estímulos sensoriais possíveis, e ainda assim os significados ou idéias expressos em suas sentenças identicamente motivadas e identicamente enunciadas poderiam divergir radicalmente, para os dois homens, em um grande número de casos. (1960, p. 26)¹⁰⁷

Para tornar o ponto mais claro, Quine apela para a noção de *tradução radical*: o autor pede que imaginemos a situação de um lingüista de campo que tem como tarefa descrever a língua de uma tribo até então desconhecida. O lingüista não disporia de nenhum intérprete ou qualquer outro meio que não a mera observação de ocorrências de sentenças na língua nativa. Assim, o lingüista deveria basear-se na única evidência disponível e observável na

¹⁰⁶ Uma outra questão normalmente levantada em relação à semântica de condições de verdade é o grau de aplicabilidade da noção de condições de verdade como significado quando se trata de sentenças não declarativas. Enquanto o papel das condições de verdade na interpretação de sentenças declarativas é bastante claro, não é igualmente claro qual seu papel em sentenças imperativas ou interrogativas, por exemplo. Contudo, como aponta Chierchia (2003, p. 220-223) e o trabalho de Borges (2007b), o tratamento desse tipo de sentenças não parece ser incompatível com uma semântica de condições de verdade. Não nos aprofundaremos na questão, contudo, uma vez que ela foge ao escopo deste trabalho.

¹⁰⁷ "two men could be just alike in all their dispositions to verbal behavior under all possible sensory stimulations, and yet the meanings or ideas expressed in their identically triggered and identically sounded utterances could diverge radically, for the two men, in a wide range of cases".

situação - o comportamento verbal dos nativos. O autor pede que suponhamos que um coelho passe correndo diante do lingüista e de um informante nativo, ao que o nativo diz “*Gavagai*”. O lingüista formularia, então, “Coelho”, como hipótese de tradução para o termo. Quine vai procurar demonstrar, ao longo da sua reflexão, a impossibilidade de se determinar de modo objetivo e definitivo o significado exato da expressão *gavagai*. Mesmo que o lingüista procure confirmar sua hipótese apontando para um coelho e perguntando “Gavagai?”, nem mesmo uma afirmativa para todos os casos em que o lingüista fizesse a referida pergunta diante de um coelho, ainda que somado à completa ausência de afirmativas em casos em que não há um coelho presente, seria capaz de confirmar de modo definitivo que *gavagai* possui o mesmo significado que *coelho*. Obteríamos exatamente os mesmos resultados se *gavagai* significasse não *coelho*, mas *parte não destacada de coelho*, *estágio de coelho* ou a propriedade geral dos coelhos, algo como a “*coelhidade*”. Ao apontar para um coelho, estaríamos apontando igualmente para um coelho, um estágio de um coelho, partes não destacadas de coelho e uma instância de “*coelhidade*”.

A situação seria ainda mais complexa com sentenças que não fossem diretamente observáveis, ou seja, sentenças cujo estímulo relevante não seria imediato, e.g. *solteiro* - a informação relevante para assentir ou dissentir a um dado indivíduo como solteiro estaria relacionada a um conhecimento prévio do indivíduo e de seu estado civil, uma informação que não pode ser obtida pela observação da situação em que a sentença é proferida. Enquanto com “*gavagai*” poderíamos recorrer a vários falantes para evitar a distorção de idiosincrasias nos dados, com *solteiro* esse recurso não estaria disponível, uma vez que diferentes indivíduos assentiriam ou dissentiriam para conjuntos diferentes de estímulos (*i.e.* indivíduos), a depender do seu círculo de convívio, etc. Mesmo com sentenças mais simples e observáveis como “*Gavagai*” não seria possível estabelecer de modo preciso o significado da sentença e, portanto, sua tradução para outra língua. Diferentes hipóteses para o sentido de *gavagai* poderiam gerar traduções diferentes e mesmo incompatíveis, sem que isso afetasse o conjunto das disposições de comportamento verbal de um falante. Essas diferenças poderiam ser acomodadas pelo sistema de interpretação do falante, sendo que, no fim das contas, dois sistemas diferentes

de interpretação cobririam exatamente o mesmo conjunto de resultados, ainda que apresentassem um significado diferente para a expressão *gavagai*.

A situação seria a mesma ainda que permanecêssemos nos limites de uma mesma língua – o que nos permitiria determinar com precisão se o significado de um falante corresponde exatamente ao de outro? Teríamos igualmente a mesma possibilidade de diferentes significados conformando-se em um sistema de interpretação para gerar um resultado semelhante, ainda que o sentido de algumas das expressões fosse diferente em cada um dos sistemas. Como aponta Davidson (1984), essa questão suscita ainda uma outra: se os sistemas de interpretação podem possuir variações, como é possível identificar que dois falantes falam uma mesma língua?

Como aponta Davidson, falantes de uma dada língua podem assumir que as mesmas expressões devem ser interpretadas de uma mesma maneira, mas isso não indica o que torna essa assunção justificável (1984, p.125-126). Igualmente, como aponta Quine, não parece ser possível responder à questão partindo de observações puramente extra-lingüísticas. A questão posta por Quine parece ir na seguinte direção: uma vez que não é possível ter acesso direto aos significados, devemos nos basear em informações colaterais geradas pelos significados como, por exemplo, a disposição para o comportamento verbal dos falantes em relação a certas expressões. Dessa forma, antes de responder à questão sobre se é possível que duas expressões possuam o mesmo significado em duas línguas diferentes, parece necessário antes responder à pergunta sobre *como* é possível que, sejam os significados os mesmos ou não, nós o saibamos. No fim das contas, o estabelecimento de um conceito de equivalência semântica nos termos como a questão é elaborada neste trabalho depende necessariamente de uma resposta a essa questão - se entendermos que afirmar que dois termos são equivalentes significa afirmar que em alguma medida esses termos possuem o mesmo significado, precisamos fornecer uma saída para o problema apresentado por Quine.

No que diz respeito ao problema posto por Davidson sobre a identificação da língua de dois falantes como uma mesma língua, precisamos ser capazes de estabelecer uma distinção que nos permita dizer com segurança que se trata e.g. do português, para ambos os falantes, e não português no caso de

um e finlandês no caso do outro. É claro, podemos admitir sem maiores problemas um certo grau de *vagueza* na delimitação das línguas, como no caso do português brasileiro e do português europeu - podemos discutir se se trata de duas línguas diferentes ou de dialetos de uma mesma língua, mas devemos ser capazes de reconhecer que essa questão não é pertinente quando tratamos do português e do finlandês, por exemplo.¹⁰⁸ A resposta dada por Davidson é a seguinte: duas línguas são a mesma se elas puderem ser interpretadas pela mesma teoria de interpretação. Essa resposta encontra-se em conformidade com a argumentação de Quine, cujo ponto central é que diferenças entre várias teorias possíveis de interpretação passariam despercebidas, sendo amortizadas pelo todo do sistema e sendo capazes de cobrir as mesmas disposições de comportamento verbal. Segundo Quine, essas diferenças poderiam ser grandes o suficiente para resultar em diferentes traduções, como vimos no caso do exemplo hipotético com a expressão *gavagai*.

Por um lado, admitindo a possibilidade de variação apresentada por Quine, chegaríamos à conclusão de que uma língua pode não ser nada mais do que um conjunto de idioletos, com diversos sistemas de interpretação convivendo dentro de seus domínios. Enquanto forma instanciada na mente de um falante, cada idioleto possuiria suas particularidades, potencialmente contendo interpretações diferentes para alguns termos. Se considerarmos um dialeto como produto da abstração sobre determinadas experiências lingüísticas e extra-lingüísticas, teríamos pouca esperança em encontrar *exatamente a mesma* interpretação de uma dada expressão em dois falantes diferentes, uma vez que certamente teríamos uma variação muito ampla nas experiências de diferentes falantes.¹⁰⁹ Contudo, por outro lado, tendo em vista o caráter social e

108 Embora Davidson procure responder à questão de um ponto de vista semântico, devemos notar que essa provavelmente não seria a única possibilidade: é bastante provável que sejamos capazes de traçar um limite entre as línguas tendo como ponto de partida aspectos sintáticos, fonológicos, morfológicos ou lexicais, ou uma combinação de alguns desses aspectos.

¹⁰⁹ Provavelmente os defensores de uma postura universalista desejassem aqui acrescentar uma restrição biológica, que poderia ajudar a limitar as diferenças entre idioletos, a despeito das diferenças de *backgrounds* dos falantes. Conforme apontado anteriormente, a discussão entre relativismo e universalismo, bem como sobre os limites dos aspectos a serem considerados como biologicamente codificados, é bastante ampla, e certamente extrapola os limites deste trabalho. Ainda que pareça bastante razoável postular uma base biológica por trás da linguagem (ainda que talvez ela seja muito pouco específica para ser chamada de

intersubjetivo da linguagem, esperaríamos que os significados partilhados pelos falantes de uma mesma língua fossem, se não idênticos, ao menos muito próximos. Uma diferença muito grande no modo como os falantes de uma dada língua interpretam suas expressões simplesmente não seria funcional, não sendo capaz de garantir um mínimo de compreensão. Conforme apontado por Basso & Pires de Oliveira acima, também a interpretação semântica necessita de uma aposta primordial de que os falantes usam as expressões de uma forma, se não idêntica, ao menos bastante similar. Desse modo, se por um lado podemos esperar variabilidade, por outro essa variabilidade não pode alcançar proporções muito grandes.

Mesmo em uma semântica referencialista¹¹⁰, o conjunto extensão¹¹¹ denotado pela palavra *mesa*, por exemplo, poderia incluir determinados indivíduos para um dado conjunto de falantes, enquanto para outro não, como ilustra a anedota contada por Borges (2007a) sobre o lingüista Carlos Franchi. Borges nos relata que Franchi teria lhe contado que quando viajou para a França com a família na década de 70, suas roupas foram transportadas em uma grande caixa, que acabou sendo usada como mesa durante o período em que ele e a família lá estiveram. Durante todo o tempo em que permaneceram na França, a caixa era chamada de *mesa*. Quando eles se preparavam para retornar, no entanto, com toda a bagagem preparada, a esposa de Franchi teria pedido para que ele jogasse a *caixa* fora. Para Borges, a anedota ilustra o fato de que os objetos contidos no conjunto denotado por *mesa* e *caixa* podem variar em um determinado intervalo de tempo. Além disso, para pessoas que não as da família de Franchi, o objeto em questão poderia pertencer ao conjunto denotado por *caixa* e não *mesa*, mesmo quando o segundo termo era aplicado ao objeto pela família de Franchi.

gramática), por razões de simplicidade, desconsideraremos argumentos que tomem como base uma eventual capacidade lingüística específica geneticamente codificada. Utilizaremos um requisito de racionalidade na comunicação, conforme apontado na discussão dos itens anteriores, por entender que, uma vez que os argumentos universalistas poderiam ser utilizados em favor da noção de equivalência, podemos prescindir deles.

¹¹⁰ Uma teoria referencialista é uma teoria semântica que procura explicar o significado das expressões em termos dos objetos no mundo a que elas se referem. Essa explicação pode se dar de maneira direta, numa relação não mediada entre língua e mundo, ou então assumir um nível intermediário mediando a relação entre significado e mundo. (Cf. CARPENTER, 1997, p.5-7)

¹¹¹ A denotação da expressão. Cf. item 3.1 acima; Chierchia (2003, p. 439-443); Carpenter (1997, p. 1-10 e 17-20).

Portanto, parece mais adequado definir pertinência a uma mesma língua não por identidade, mas por semelhança do modo como as expressões são interpretadas¹¹² e, nesse sentido, talvez fosse mais adequado reformular a pergunta de *se duas expressões podem possuir o mesmo significado* em termos de *em que grau duas expressões possuem o mesmo significado* (deixando margem inclusive para a possibilidade de um grau zero e um grau total). A vantagem de se reformular a questão nesses termos seria deixar espaço para tratar de diferenças intralingüísticas, caso a especulação do parágrafo acima faça sentido, por um lado, e de um tratamento mais amplo da tradução, por outro. Teríamos assim a possibilidade de que duas expressões significassem exatamente a mesma coisa, coisas completamente diferentes ou qualquer outra opção entre essas duas. Contudo, isso deixa o ponto apontado por Quine ainda intocado. Mesmo reconhecendo a possibilidade de variação, ainda precisaríamos responder à pergunta “dada uma teoria que fizesse a interpretação possível, que evidência plausivelmente disponível para um intérprete em potencial poderia apoiar a teoria até um grau razoável?” (DAVIDSON, 1984, p. 125)

Através dos sucessivos exemplos de Quine somos levados à conclusão de que não há um método possível de comprovação de uma determinada hipótese sobre o significado de uma determinada expressão na língua desconhecida com a qual o nosso lingüista de campo se confronta. No fim das contas, tanto o lingüista de campo do exemplo de Quine quanto o falante nativo de uma dada língua não dispõem de mais do que um sistema de hipóteses explicativas sobre a significação na língua em questão. Além disso, parece também não haver um método de verificabilidade capaz de *confirmar* a adequação do sistema de hipóteses interpretativas adotado, seja ele qual for. Como o próprio autor reconhece, essa situação não é diferente da situação que encontramos ao trabalhar com teorias científicas:

a indefinibilidade da sinonímia por referência à metodologia de hipóteses analíticas é formalmente a mesma que a indefinibilidade da verdade por referência ao método

¹¹² O que talvez seja uma consequência natural de se admitir a noção de vagueza em nossa teoria, afinal, a afirmação de que julgamentos sobre o pertencimento a um dado conjunto podem oscilar parece tratar justamente desse tipo de variação.

científico. Também as conseqüências são paralelas. Do mesmo modo como nós podemos falar da verdade de uma sentença apenas dentro dos termos de alguma teoria ou esquema conceitual, assim de modo geral nós podemos falar significativamente de sinonímia interlingüística somente dentro dos termos de algum sistema particular de hipóteses analíticas. (QUINE, 1960, p. 75)¹¹³

Podemos aproveitar o ensejo dado pelo autor para estabelecer um paralelo entre a (im)possibilidade de verificabilidade de um sistema de hipóteses interpretativas e a (im)possibilidade de verificabilidade de um sistema de hipóteses científicas, conforme discutida por Popper (1981 [1963]). Para Popper, o que caracteriza uma teoria como científica não é a sua verificabilidade, ou seja, não é o fato de uma teoria se apoiar em afirmações ditas “observáveis”, que podem *confirmar* a teoria. Popper apresenta como exemplo a astrologia, um sistema que seria capaz de explicar virtualmente qualquer acontecimento, encontrando confirmações em todos os lugares que procurasse, sem, contudo, ser considerada científica. Segundo ele, não haveria um modo de “confirmar” uma teoria por não haver a possibilidade de uma observação “pura” – toda observação se daria tendo em vista um determinado conjunto de expectativas (possivelmente na forma de uma teoria) e, portanto, a observação seria sempre seletiva. Desse modo, uma teoria científica não se caracterizaria pela sua capacidade explicativa: segundo Popper, uma teoria científica deve ser *falseável*, deve ser capaz de fazer previsões que possam ser confirmadas ou falseadas, ou seja, ela deve ser passível de ser refutada, caso suas predições não se confirmem.

No caso da astrologia (e, para Popper, também da psicanálise) dificilmente haveria um comportamento imaginável que não servisse para verificar a teoria, por mais absurdo que ele fosse, e portanto, a teoria não seria falseável. Nas palavras de Popper, “a irrefutabilidade não é uma virtude, como

¹¹³ “the indefinability of synonymy by reference to the methodology of analytical hypothesis is formally the same as the indefinability of truth by reference to scientific method. Also the consequences are parallel. Just as we may meaningfully speak of truth of a sentence only within the terms of some theory or conceptual scheme, so on the whole we may meaningfully speak of interlinguistic synonymy only within the terms of some particular system of analytical hypothesis”.

freqüentemente se pensa, mas um vício” (1981, p. 66). Além disso, uma (boa) teoria científica deve também proibir certas coisas de acontecer – quanto mais proibições uma teoria fizer, melhor ela é -, ou seja, suas previsões devem ser também incompatíveis com determinados resultados para que ela seja falseável. Dessa forma, todas as hipóteses explicativas seriam apenas tentativas e passíveis de serem falseadas. As tentativas sérias de refutação seriam tentativas de identificar as falhas em uma teoria, e seriam a principal forma de progresso científico, um método de *conjecturas e refutações*, nos termos de Popper. Assim, se por um lado não poderíamos comprovar que uma dada hipótese é uma hipótese *correta*, poderíamos saber que ela é incorreta, caso ela previsse resultados que não se confirmassem, sendo, portanto, passível de ser refutada.

Podemos supor que a situação com as hipóteses interpretativas elaboradas por um falante não são de fato muito diferentes da situação do cientista: como aponta Quine, elas não são confirmáveis, o que permitiria, como na ciência, a existência de mais de uma hipótese explicativa que daria conta igualmente de oferecer uma explicação razoável para um dado fenômeno. Investindo nesse paralelo, parece razoável supor que as hipóteses interpretativas também devam fazer algumas previsões e algumas proibições - como na situação normal enfrentada pelo cientista, um falante poderia descobrir que sua hipótese é falsa, caso ele perceba que determinados usos aceitos em sua hipótese levam a um estranhamento em situações reais de comunicação, ou seja, se suas hipóteses fizerem previsões que acabem por ser falseadas. Assim, aprenderíamos que, a despeito de nossas suposições iniciais, morcegos não são aves e baleias não são peixes, por exemplo. Seguindo essa linha de raciocínio, não deveria nos gerar grande surpresa que os significados apresentem uma variação bastante limitada – as hipóteses de significado seriam submetidas a muito mais testes do que qualquer teoria científica poderia sê-lo e, portanto, esperaríamos que sua variabilidade fosse mantida sob um controle aceitável para que a comunicação possa ocorrer de forma eficiente. Para citar um exemplo de Davidson bastante conhecido, se em uma conversa nosso interlocutor afirma ter “artrite na coxa”, ele viola uma proibição de nossas hipóteses interpretativas da palavra *artrite* (que, sendo interpretada como significando “uma inflamação nas articulações”, não permite

que alguém tenha artrite na coxa), permitindo que desconfiemos que o nosso interlocutor interpreta o significado da palavra *artrite* de um modo diferente do nosso.¹¹⁴

Além disso, as hipóteses interpretativas teriam a vantagem de admitir mais facilmente o falseamento do que as teorias científicas. Como apontam teorias da filosofia da ciência posteriores, o falseamento de uma ou mais hipóteses apresentadas por uma teoria não implica no abandono dessa teoria. Feyerabend (1977), por exemplo, chama a atenção para fatores externos (prestígio acadêmico, financiamentos, etc.) que poderiam evitar o abandono de uma teoria, mesmo face a evidências suficientes para isso (seja o que for que consideremos como evidências suficientes). Lakatos (1977 *apud* BORGES, 2008), por outro lado, afirma que esse é um procedimento saudável, necessário ao desenvolvimento das teorias científicas – se ao menor sinal de evidência contrária abandonássemos a teoria, nunca chegaríamos a saber o seu real potencial. Dessa forma, as teorias científicas procuram criar estratégias que procurem protegê-las da refutação.¹¹⁵ No caso da interpretação, talvez não seja de todo absurdo afirmar que podemos esperar uma maior facilidade em se abandonar uma dada hipótese interpretativa quando diante de evidência que a refutasse, já que não haveria a intrusão de interesses externos, como os apontados por Feyerabend, nem uma razão tão forte para protegê-la de refutação como as apresentadas por Lakatos.

Nesse sentido, a sugestão quineana de que o lingüista de campo de seu experimento hipotético não poderia diferenciar *coelho* de “*coelhidade*” ou de *parte não separada de coelho* parece dever ser encarada de modo algo cético. O número de situações práticas em que o termo *gavagai* poderia ser empregado é virtualmente ilimitado, e não há razão para supormos que nenhum deles seja capaz de apresentar uma diferença perceptível. Assim, tendo aprendido uma palavra na língua nativa para *sujo* (*glash*, digamos), poderíamos, por exemplo, descobrir que *gavagai* na verdade significa *parte não separada do coelho* se sempre que visse um coelho com uma parte do corpo

¹¹⁴ Ou que possivelmente ele esteja disparando uma implicatura. No entanto, caso não haja uma interpretação pragmática satisfatória por essa via, as suspeitas de que as interpretações do termo são diferentes ganhariam força.

¹¹⁵ Popper demonstra estar ciente dessa situação e desse tipo de estratégia, mas as considera como pouco honestas e improdutivas.

suja nosso informante nativo pronunciasse as palavras “*gavagai glash*”, mas não quando o coelho todo estivesse sujo (supondo que nosso informante é cooperativo e que respeita a máxima da quantidade). De forma similar, sendo capaz de formular uma frase do tipo *gavagai é uma propriedade dos coelhos* ou *coelhidade é uma propriedade dos gavagais*, por exemplo, poderíamos traçar outras distinções. É claro, provavelmente Quine objetaria aqui que as palavras *glash*, *propriedade* e *é* poderiam acomodar possíveis diferenças, resultando em interpretações igualmente plausíveis. Mas poderíamos esperar que, quanto maior as diferenças, maior a sua visibilidade e maior a dificuldade de acomodá-las no sistema de hipóteses do falante, de modo que provavelmente devamos esperar diferenças menores do que as propostas por Quine. E se as diferenças são pequenas o bastante para não serem sentidas, poderíamos dizer que, *grosso modo*, a sua interpretação é a mesma (*i.e.* as interpretações em ambos os sistemas são muito próximas). Situações em que se distinguiriam os demais significados seriam apenas um exercício de criatividade. É claro, o lingüista talvez nunca presenciasse as situações necessárias para eliminar uma ou outra hipótese. Isso apenas significaria que suas hipóteses permaneceriam, da mesma forma que qualquer hipótese científica, provisórias, sendo reforçadas cada vez que elas sobrevivessem a situações-teste, mas jamais sendo de fato confirmadas.

Reconhecidas essas limitações, é possível procurar formas de tratar a questão acerca da possibilidade de duas expressões em línguas diferentes possuírem o mesmo significado. Nesse sentido, a proposta de Davidson (1984), parece bastante interessante. Tomando as condições de verdade como básicas, o autor é capaz de apresentar uma definição de “tradução ou interpretação” invertendo a lógica da definição tarskiana de condições de verdade, que tomava a tradução como básica para daí extrair as condições de verdade. Assim, podemos afirmar que uma sentença é tradução de outra gerando uma sentença-T¹¹⁶ verdadeira, *e.g.* “Chove” é uma tradução válida para “*Es regnet*” se a sentença-T “*Es regnet é verdadeira se e somente se chove*” for verdadeira (Davidson, 1984, p. 135). Poderíamos dizer, então, que

¹¹⁶ Uma *sentença T* é uma sentença que segue a forma da *convenção T*, *i.e.*, uma sentença do tipo “*X é verdadeira se e somente se p*”, em que *X* é uma sentença e *p* é uma descrição das suas condições de verdade. (Cf. item 3, p. 104-105; CARPENTER, 1997, p. 2-3; DAVIDSON, 1984, p. 130-131).

se duas sentenças possuírem as mesmas condições de verdade, elas significarão a mesma coisa.

É claro, fica evidente que a preocupação de Davidson não é a tradução, mas sim uma teoria semântica da interpretação, como mostra o fato do autor não afirmar de maneira categórica se a teoria resultante é uma teoria da interpretação ou uma teoria da tradução. Parece claro também que a solução davidsoniana é mais adequada para lidar com interpretação do que com tradução, uma vez que nem sempre é possível utilizar um bi-condicional¹¹⁷ entre uma sentença e sua tradução, sem que por isso deixemos de considerar a última como uma tradução legítima. Para dar conta da tradução de modo mais apropriado parece ser necessário responder à pergunta como reformulada neste trabalho: *em que grau duas expressões possuem o mesmo significado?*, ao invés de *se duas expressões possuem o mesmo significado*. Contudo, como procuraremos demonstrar no próximo capítulo, uma semântica de condições de verdade pode fornecer contribuições úteis também para o esboço de um critério que possa fornecer respostas a essa pergunta.¹¹⁸

Finalmente, retomando o critério davidsoniano para estabelecer se dois falantes falam a mesma língua (se elas puderem ser interpretadas pela mesma teoria de interpretação), temos uma consequência interessante se considerarmos a observação partilhada por Quine e por Davidson de que poderíamos ter teorias diferentes que acomodassem virtualmente as mesmas interpretações, mesmo atribuindo significados diferentes a determinadas

¹¹⁷ Ver nota 91, p. 104.

¹¹⁸ Talvez aqui estejamos incorrendo em um erro, a despeito das advertências de Quine: para o autor, afirmar que sinonímia em semântica na pior das hipóteses não é pior do que a verdade na física é julgar mal o paralelo. Quine afirma que os parâmetros para o julgamento sobre a veracidade de uma hipótese científica permanecem fixados de modo conveniente na maior parte do tempo, uma vez que quando abordamos a questão da veracidade, sempre o fazemos partindo de um sistema de hipóteses analíticas previamente estabelecidas, enquanto que “nós estamos sempre preparados para ponderar sobre o significado de uma observação de um estrangeiro sem referência a nenhum conjunto de hipóteses analíticas, de fato mesmo na ausência de qualquer uma” (1960, p. 75-76). Parece-nos, contudo, que a situação lingüística não apresenta nenhuma diferença relevante em relação à situação científica, ao menos não em relação ao ponto apresentado por Quine. Como aponta Popper, sempre interpretamos fatos novos tendo por base um conjunto de expectativas prévias, e no caso da linguagem não parece ser diferente. Assim, no caso da interpretação de uma sentença em uma língua desconhecida, partimos do nosso conhecimento lingüístico adquirido na língua materna. Popper enfatiza também que não precisamos temer aqui uma redução ao infinito, uma vez que se continuássemos a retroceder (inquirindo sobre a língua materna, por exemplo) chegaríamos às nossas expectativas biologicamente codificadas (uma conclusão que talvez agradasse lingüistas de formação gerativista).

expressões. Em princípio, se tais sistemas de hipóteses fossem criados por falantes diferentes, teríamos dois sistemas (ou mesmo gramáticas) diferentes, coexistindo dentro de uma mesma língua, sem que isso causasse grandes interferências. Essa consequência é bem vinda se tivermos em vista um entendimento da língua como um conjunto de dialetos significativamente semelhantes entre si - desde que um dado dialeto fornecesse hipóteses sólidas o suficiente para dar conta da parte mais significativa dos usos da língua, haveria espaço para variações mais finas sem grande prejuízo para a compreensão geral.

Para terminar esta seção com um último paralelo entre a situação encontrada na ciência e a indeterminação em tradução, vale a pena ressaltar que as observações acima parecem ter pouco impacto sobre a praticabilidade da tradução. As variações entre significados individuais dentro de uma mesma língua, ou mesmo algumas sutilezas de significado entre línguas diferentes, parecem ser tão preocupantes para a prática ou mesmo a teoria da tradução quanto as diferenças entre dois corpos esféricos com “a mesma massa” usados em um experimento sobre gravidade, ou as incertezas sobre a “veracidade” da teoria da relatividade para a construção de edifícios. O fato de precisarmos ignorar certas diferenças mais finas ou de estarmos constantemente *apostando* em hipóteses explicativas não deve nos abalar. Aparentemente, podemos trabalhar muito bem mesmo com essas limitações e, mais do que isso, não podemos proceder de outra forma. Seja uma teoria científica ou uma reflexão sem pretensões teóricas ou científicas, sempre é necessário proceder a uma redução e ignorar determinado ou determinados aspectos do todo do objeto investigado. Não fosse assim, uma teoria poderia clamar explicar completamente um fenômeno em toda a sua complexidade, sendo, portanto, uma teoria definitiva, o que obviamente não é possível.

4. Equivalência Semântica

Conforme apontado acima, a questão da possibilidade de existir uma relação de equivalência entre um original e uma tradução, ou mesmo entre duas expressões em línguas diferentes, pode ser posta na forma de uma questão sobre a possibilidade de duas expressões ou textos possuírem o mesmo significado. Ainda que o significado não se resuma ao aspecto tradicionalmente coberto pela semântica (como procuramos argumentar anteriormente), por razões de recorte, nosso foco será a equivalência em termos estritamente semânticos. Neste capítulo, procuraremos estabelecer um critério que nos permita julgar de forma consistente se duas expressões (ou textos) são semanticamente equivalentes, e discutiremos o papel que essa noção de equivalência semântica pode desempenhar na abordagem teórica da tradução, o que significará apontar também alguns aspectos que um possível conceito de equivalência pragmática (que permanecerá por ser discutido) poderia desempenhar.

No quadro teórico da Semântica da Teoria de Modelos, uma vez que se entende o significado como uma relação entre expressões lingüísticas e uma realidade extra-lingüística, poderíamos comparar o significado das expressões comparando o tipo de entidade extra-lingüística com que as expressões em questão se relacionam. Em termos de sentenças, isso significaria seguir o procedimento apontado por Davidson e discutido acima, *i.e.*, comparar as condições de verdade das sentenças em questão. Caso as condições de verdade sejam as mesmas, poderíamos afirmar que ambas as sentenças significam a mesma coisa (*i.e.*, estão relacionadas à mesma realidade extra-lingüística). Em termos de expressões atômicas, isso significaria comparar suas extensões, verificando se elas se relacionam às mesmas entidades dentro do modelo. Assim, poderíamos dizer que duas expressões possuem o mesmo significado se elas designam exatamente as mesmas entidades em cada modelo – se sempre que a expressão *x* designar o objeto *a* em um dado modelo a expressão *y* também o fizer, então elas possuem o mesmo

significado. Nesse sentido, poderíamos esboçar a seguinte definição de equivalência¹¹⁹:

(1) Equivalência: Uma expressão x (em uma língua $L1$) e uma expressão y (em uma língua $L2$) possuem o mesmo significado se $I(x) = I(y)$ para cada modelo.

Onde I é a função de interpretação, que associa a cada expressão da língua um objeto ou coleção de objetos dentro do modelo. Assim, duas expressões possuem o mesmo significado se e somente se elas estiverem sempre associadas ao mesmo objeto dentro do modelo (*i.e.*, se possuírem a mesma extensão). A referência a uma língua $L1$ e a uma língua $L2$ visa a tornar explícita a comparação entre línguas diferentes, mas ela é, em princípio, supérflua: dadas duas expressões quaisquer, sejam elas expressões de uma mesma língua ou não, esse critério nos diria se as expressões possuem o mesmo significado ou não. Por conta disso, omitiremos daqui para frente a menção a línguas diferentes. Note-se que não há restrições para o tipo das expressões x e y – o tratamento para, digamos, verbos, sintagmas verbais ou sintagmas nominais seria basicamente o mesmo. Para saber se os verbos *correr* e *run* possuem o mesmo significado, compararíamos a denotação de ambas as expressões para verificar em que medida elas coincidem, e da mesma forma com expressões como *corre rápido* e *run fast*.¹²⁰ Se os conjuntos denotados por cada uma dessas expressões forem o mesmo conjunto, essas expressões serão equivalentes.

De acordo com esse critério, duas expressões significarão a mesma coisa se sempre que um termo for aplicável, o outro também for. Esse parece ser o caso de expressões como *ave* e *bird*: sempre que posso me referir a um dado objeto dentro do modelo como *bird* eu também poderia fazê-lo com a expressão *ave*, a única diferença sendo apenas a língua utilizada. Uma vez que ambas as palavras são baseadas em conceitos científicos, podemos dizer com bastante segurança que sempre que o termo *ave* é aplicável, o termo *bird*

¹¹⁹ A definição é provisória, apresentaremos sucessivas reformulações na seqüência.

¹²⁰ Desde que respeitemos certas restrições de tipos lógicos, como não comparar um sintagma nominal e uma sentença, por exemplo.

também é, e nós poderíamos mesmo especular que mudanças na classificação científica refletiriam também no tipo de criatura que consideramos como aves (ou *birds*).

Conforme apontado acima, nós poderíamos alternativamente definir equivalência tradutória em termos de sentenças e condições de verdade, ao invés de nos concentrarmos em palavras e seus significados individuais. Partindo dessa abordagem, nós poderíamos definir equivalência *forte* como equivalência lógica - dois termos são logicamente equivalentes se e somente se eles possuírem o mesmo valor em cada modelo (cf. CARPENTER, 1997, p. 48). Ou seja, se equiparamos o significado de uma sentença a suas condições de verdade, podemos dizer que duas sentenças possuem o mesmo significado se elas possuírem as mesmas condições de verdade – o que significa que sempre que uma sentença for verdadeira, a outra necessariamente também o será e, inversamente, sempre que uma sentença for falsa, a outra também o será. Assim, se uma sentença como “eu vi uma ave” acarreta¹²¹ “*I saw a bird*” e o contrário também é verdadeiro, então podemos dizer que ambas as sentenças têm o mesmo significado. De fato, usando o português como metalinguagem não parece haver problema em afirmar, por exemplo, que “*I saw a bird*” é verdadeiro se e somente se eu vi uma ave - estaríamos apenas trocando a metalinguagem, empregando uma língua natural ao invés de uma linguagem lógica, como se costuma fazer. Contudo, uma vez que admitamos o princípio da composicionalidade, se formos capazes de fornecer uma caracterização para a equivalência em termos de expressões atômicas, a composição de expressões maiores deve se dar de forma automática (como uma função das partes menores e seu modo de combinação), seguindo as regras semânticas de composição de expressões complexas. Se tivermos uma boa semântica à disposição, qualquer expressão complexa pode ser derivada das expressões mais simples e, desse modo, basta que nos concentremos nas expressões atômicas. É possível também comparar expressões de diferentes graus de complexidade (digamos, uma expressão atômica e uma complexa), desde que respeitemos algumas restrições de tipo lógico (e então teríamos que

¹²¹ Um *acarretamento* é uma implicação lógica, em que uma sentença implica a outra. Dizemos que uma sentença *acarreta* outra se a verdade da primeira garante a verdade da segunda. Por exemplo, *Pedro é um homem solteiro* acarreta *Pedro é um homem* – se a primeira sentença for verdadeira, a segunda necessariamente o será. (Cf. CARPENTER, 1997, p. 12)

tratar de uma teoria de tipos), como não comparar um nome comum (denotando um conjunto de indivíduos) a uma sentença (denotando um valor de verdade). No entanto, deixaremos esses detalhes de lado por entender que esse não é o momento de aprofundar as coisas no sentido de uma descrição semântica mais longa, uma vez que o foco deste trabalho é verificar a possibilidade de haver equivalência entre expressões de línguas diferentes, e não uma descrição semântica de fenômenos específicos.

Além disso, uma vez que estabelecer condições de verdade na semântica da teoria de modelos em geral significa traduzir o significado das sentenças na linguagem do cálculo de predicados, poder-se-ia mesmo levantar uma objeção sobre a validade de se tratar a questão da tradução nos termos do modelo escolhido. Contudo, se as fórmulas do cálculo de predicado são uma tradução das expressões em língua natural, as condições de verdade em si não o são – elas existem independentemente da metalinguagem. O único problema é que não há um meio de falar sobre condições de verdade sem utilizar alguma metalinguagem.

A definição em 1) seria o que poderíamos chamar de relação de equivalência no sentido “forte”, definível através do princípio de extensionalidade, e talvez não seja a regra. Seria uma decisão do tipo tudo ou nada, em que ou os termos avaliados são completamente equivalentes ou não o são de todo. Contudo, parece ser interessante também tentar capturar um tipo de relação mais “fraca” entre o significado de duas expressões. Wierzbicka (1990, p. 351) comenta o exemplo da língua australiana nunggubuyu (apresentado por Heath (1978)), em que o termo mais próximo para *ave* também incluiria morcegos, bem como gafanhotos.¹²² Postular equivalência como identidade de extensão resultaria desse modo em descartar essa palavra como equivalente do inglês *bird* ou do português *ave*. Contudo, essa opção deixaria de capturar o fato de que boa parte dos membros incluídos em cada conjunto coincide. Nós poderíamos desejar capturar essa sobreposição (parcial) do significado das duas expressões em termos de sua intersecção sendo não-vazia. Essa seria uma forma de equivalência *parcial*, e poderia ser definida da seguinte forma:

¹²² Infelizmente a autora não nos informa qual é essa palavra.

(2) Equivalência: Sejam A e B os conjuntos representando as extensões de duas expressões, R e T . R e T são ditas equivalentes se $A \cap B \neq \emptyset$.

Algumas conseqüências, no entanto, decorreriam dessa opção: a primeira diria respeito à hierarquia de categorias – seria adequado dizer que *animal* e *ave* têm o mesmo significado? Afinal, a intersecção entre os conjuntos representando a extensão dos dois termos não seria vazia, seria o próprio conjunto extensão de *ave*. Se considerarmos as condições de verdade, teríamos efeitos interessantes, já que “ver uma ave” acarreta “ver um animal”. O curioso é que essa parece ser uma estratégia válida de tradução – não é incomum traduzir um dado termo por um outro menos específico, por razões culturais, por exemplo (a chamada hiperonímia, e.g. traduzir “o pão nosso de cada dia nos dai hoje” por “o alimento nosso de cada dia nos dai hoje”, em uma cultura em que o pão não exista ou não seja tão relevante). No entanto, indo adiante no nível de categorização, poderíamos ter “ver uma ave” acarretando “ver uma coisa”, o que parece muito pouco adequado enquanto tradução. Se por um lado um alto grau de coincidência entre as entidades denotadas pelos dois termos permite falar em semelhança de significado, por outro lado quanto menor o grau de coincidência, menos sentido faz falar em semelhança de significado. Desse modo, quanto maior a coincidência dos membros de cada conjunto, mais próximo seria o significado dos termos. Seguindo esse raciocínio, teríamos uma noção *gradual* de equivalência.

Além disso, temos mais razões para adotar uma postura que considere a equivalência como uma relação gradual. Conforme apontado anteriormente, parece ser mais interessante procurar caracterizar a relação de equivalência semântica entre dois termos como uma questão de grau, e não apenas de sim ou não, e isso por duas razões principais: a primeira é a possibilidade de variação que uma língua parece permitir no modo como suas expressões são interpretadas, sem que isso seja um empecilho. Conforme discutido no capítulo anterior, parece ser bastante razoável esperar que diferentes sistemas de interpretação convivam sem maiores problemas dentro de uma mesma língua. A conseqüência disso é que teríamos interpretações muito semelhantes, talvez virtualmente idênticas entre os falantes de uma mesma língua, mas que

estritamente falando não seriam exatamente as mesmas. Como a situação não seria muito diferente quando se trata de uma comparação entre termos de duas línguas diferentes, parece fazer mais sentido tentar caracterizar a noção de equivalência em termos menos rígidos. A segunda razão consistiria no interesse deste trabalho em procurar verificar a possibilidade de caracterizar a tradução em termos de relações de equivalência. É mais do que evidente que uma tradução não precisa corresponder exatamente em cada palavra ao mesmo significado de um original para ser considerada como tal. Não obstante, um texto que não partilhe absolutamente nada do significado de um original não poderia jamais ser considerado como uma tradução. Desse modo, se o critério proposto pretende ser minimamente adequado para caracterizar um determinado tipo de relação entre um original e uma tradução, esse critério precisa ser capaz de capturar um tipo de relação mais “fraca” entre os significados sendo comparados.

Note-se, contudo, que a definição apresentada em (2) ainda não é capaz de capturar a distinção de diferentes graus de coincidência de significados. De acordo com essa definição, ou o significado de um termo possui uma intersecção não vazia com o significado de outro e eles possuem um significado semelhante ou a intersecção é vazia e não há nada em comum entre os termos. Nossa formalização deve ser capaz de representar a possibilidade de diferentes graus de equivalência entre duas expressões. Além disso, é necessário postular um limiar entre aquilo que consideramos como equivalente e o que consideramos como não equivalente. Qual o grau de coincidência necessário entre as denotações de dois termos para que os consideremos como equivalentes?

Essa não é uma pergunta de fácil resposta, e de fato parece não haver uma resposta definitiva para ela. Postular um determinado grau x como o limite entre o que é equivalente e o que não é é uma decisão necessariamente arbitrária em alguma medida. Embora haja um grau de coincidência em que consideraríamos dois termos como equivalentes sem hesitar e um grau em que igualmente sem hesitar consideraríamos dois termos como não equivalentes, há entre esses dois pólos um campo em que a decisão não é clara e é, em alguma medida, arbitrária. Portanto, a noção de equivalência como entendida aqui deve necessariamente admitir um certo grau de vagueza. A noção de

equivalência, assim como a própria noção de tradução¹²³, é uma noção essencialmente vaga, e o limiar da equivalência deve variar de acordo com a situação ou o julgamento de um determinado falante.

O fato de a noção de equivalência admitir certo grau de vagueza não significa, contudo, que não possamos dar um tratamento formal para a questão, e não devemos confundir vagueza no objeto com vagueza na definição. É possível apresentar uma definição rigorosa para um objeto vago por natureza (da mesma forma que é possível apresentar uma definição vaga para um objeto bastante bem definido). Vagueza na definição é um problema teórico a ser resolvido e, portanto, uma falha a ser corrigida, enquanto que vagueza no objeto de estudos é apenas um estado de coisas a ser descrito.

Uma proposta para tratar formalmente esse tipo de vagueza de pertencimento de um objeto a uma dada categoria é a *Fuzzy Set Theory*, desenvolvida como uma generalização da teoria de conjuntos clássica.¹²⁴ Na *Fuzzy Set Theory*, o pertencimento de um dado objeto a um dado conjunto admite mais do que dois valores – ou seja, ao invés de apenas ser possível caracterizar um objeto como pertencendo a um conjunto ou não, é possível atribuir um grau de pertencimento, representado por um valor no intervalo entre 1 e 0, em que 1 é o grau máximo de pertencimento e 0 o grau nulo. A palavra *nunggubuyu* para *ave* teria, assim, um valor de equivalência próximo de 1, já que somente gafanhotos e morcegos estariam fora da intersecção, ao passo que a palavra *inseto* ou *mamífero* teriam um grau de equivalência mais próximo de 0, já que o número de entidades fora da intersecção dos conjuntos é muito maior do que o de entidades dentro da intersecção.

Uma outra possibilidade de intersecção não-vazia entre conjuntos poderia se dar em uma língua que tivesse uma palavra para aves que incluísse morcegos, mas excluísse pingüins, por exemplo. Novamente o grau de equivalência entre essa palavra e a palavra *ave* seria próximo de 1, já que

¹²³ Cf. Introdução; KOLLER (1995, p. 202).

¹²⁴ A teoria clássica de conjuntos, também chamada de *teoria de conjuntos ingênua* ou *intuitiva*, tem sua origem nos trabalhos do matemático Georg Cantor, no século XIX. Essa teoria é conhecida por derivar diversos paradoxos, como o Paradoxo de Russel. Como forma de tratar esse e outros paradoxos, algumas variantes da Teoria Intuitiva foram propostas, dentre elas o *axioma de escolha*, da teoria Zermelo-Fraenkel (a mais conhecida) ou a Teoria de Tipos, do próprio Russel. Em geral, na Semântica da Teoria de Modelos trabalha-se com algum tipo de teoria de tipos (não necessariamente a de Russel). Manteremos a discussão no nível da teoria intuitiva de conjuntos para evitar complicações desnecessárias, no entanto.

somente morcegos e pingüins estariam fora da intersecção. Esse seria o caso também do termo *nunggubuyu* para *ave* e da palavra *inseto*, em que nenhum dos conjuntos conteria o outro e a intersecção seria não vazia (o que poderíamos definir em termos de intersecção não vazia e conjunto complemento¹²⁵ da intersecção também não vazio), mas nesse caso o grau de equivalência seria próximo de zero, uma vez que apenas gafanhotos estariam incluídos na intersecção dos conjuntos. Assim, quanto maior o grau de sobreposição entre os conjuntos, maior seria o grau de equivalência entre os termos.

Um cuidado adicional seria necessário àqueles casos em que a extensão de um termo fosse um subconjunto próprio¹²⁶ da extensão de outro. De acordo com a definição acima, um termo genérico como *coisa*, por exemplo, seria um equivalente de virtualmente qualquer termo, sem contudo ser julgado intuitivamente como equivalente. Assim teríamos três casos de intersecção não-vazia:

- 1) $A = B$; 2) $A \subset B$ (ou $B \subset A$); 3) $A \cap B \neq \emptyset$ e $A \not\subset B$ e $B \not\subset A$.

No caso 1 (igualdade entre os conjuntos-extensão), teríamos equivalência no sentido *forte*. No caso de 3 (intersecção não vazia entre os conjuntos, sem que nenhum conjunto seja subconjunto próprio do outro), poderíamos fixar um parâmetro mínimo (arbitrário) de intersecção α e exigir que $A \cap B > \alpha$. No caso de 2 (quando um conjunto é subconjunto do outro), um cuidado especial seria necessário, para dar conta de casos como o do termo *coisa*. Para evitar esse problema, poderíamos reformular a definição em (2) da seguinte forma (ainda seguindo a teoria de conjuntos clássica):

(3) Equivalência: Sejam A e B os conjuntos representando as extensões de duas expressões, R e T . R e T são equivalentes se e somente se

¹²⁵ O conjunto complemento de um conjunto é um conjunto composto por todos os indivíduos do domínio que não pertencem ao conjunto em questão. Por exemplo, no universo dos números, o conjunto complemento dos números ímpares seria composto por todos os números pares (*i.e.* todos os números que não pertencem ao conjunto dos ímpares). (Cf. MORTARI, 2001, p. 48).

¹²⁶ Um conjunto A é subconjunto próprio de B se A está contido em B e há pelo menos um elemento de B que não é elemento de A (*i.e.* se um conjunto é um subconjunto de outro conjunto e os conjuntos não são iguais). (Cf. MORTARI, 2001, p. 47).

$$|A \cap B| > \alpha \text{ e } |A - B| < \beta.$$

Onde α é um parâmetro (arbitrário) para a intersecção mínima entre A e B, e β é um parâmetro que limita a diferença¹²⁷ entre os conjuntos A e B. Essa forma procura capturar a intuição de que quanto mais indivíduos pertencerem exclusivamente a um dos conjuntos (e quanto menos indivíduos pertencerem a ambos), menor é o grau de equivalência entre eles. Assim, o parâmetro α estabelecerá um limite mínimo de coincidência de indivíduos, enquanto um parâmetro β estabelecerá um limite máximo para a quantidade de indivíduos pertencentes exclusivamente a um dos conjuntos.

Partindo desse raciocínio, podemos introduzir a noção de conjunto *fuzzy*, introduzindo desse modo a noção de gradação em nossa definição. Um conjunto *fuzzy* é caracterizado por uma função de pertencimento, que assimila um número real no intervalo [0, 1] para cada elemento do universo¹²⁸ (ou subconjunto dele), onde 1 é o grau máximo de pertencimento e zero o grau mínimo (*i.e.*, o absoluto não-pertencimento).¹²⁹ Poderíamos representar desse modo a noção de equivalência simplesmente como uma relação¹³⁰ com função de pertencimento $E(x, y) > \alpha$, ou seja, como um predicado (uma relação) afirmado sobre um par ordenado (de expressões, no caso), que devolve como resultado um valor no intervalo [0,1], o grau de pertencimento ao conjunto denotado por E (o conjunto das expressões equivalentes). Para considerarmos as expressões em questão como equivalentes, o valor dado pela função de pertencimento deveria ser maior do que α (o parâmetro mínimo de pertencimento). Esse seria o tratamento padrão para qualquer predicado –

¹²⁷ A operação de diferença entre conjuntos é um tipo especial de função (uma operação) que toma dois conjuntos para resultar em um terceiro conjunto, o conjunto diferença $A - B$. Esse conjunto é composto por todos os membros do conjunto A que não pertencem a B. Por exemplo, o conjunto dos números naturais N menos um conjunto P, o conjunto dos números pares, seria o conjunto dos números ímpares, *i.e.* todos os números naturais que não são pares. (Cf. MORTARI, 2001, p. 48)

¹²⁸ *Universo* ou também *universo de discurso*, é o conjunto que inclui todos os objetos existentes no modelo. (Cf. p. 102; CHIERCHIA, 2003, p. 78; MORTARI, 2001, p.45, GAMUT, 1991, p. 71)

¹²⁹ Cf. Zadeh (1965, p. 339).

¹³⁰ Uma relação pode ser tratada como uma função que toma como argumento um par ordenado (ou uma ênupla ordenada, ou seja, um número qualquer de elementos ordenados). Assim, podemos tratar uma sentença como *João ama Maria* como um predicado afirmado sobre o par ordenado <João, Maria>, que podemos escrever como uma função *Amar*(<*joão, maria*>), que toma como argumento um par ordenado e resulta num valor de verdade (como todas as sentenças).

correr, amar, ser mortal, etc. Contudo, dessa forma deixaríamos de capturar o fato de que o grau de equivalência (*i.e.*, o grau de pertencimento do par ordenado ao conjunto de expressões equivalentes) depende do grau de sobreposição das denotações das expressões.

Alternativamente, podemos definir a função de avaliação de modo menos subjetivo, procurando capturar a relação entre o grau de equivalência e a sobreposição das denotações das expressões da seguinte maneira:

(4) Equivalência: seja $E(x, y)$ a função de pertencimento representando o grau de equivalência entre as expressões x e y . $E(x, y) = \frac{|A \cap B|}{|A \cup B|}$, onde A é a extensão de x e B a extensão de y .

A fórmula acima procura capturar a intuição de que deve haver uma certa proporção entre o número de membros pertencentes à intersecção das extensões, a diferença entre eles e o grau de equivalência.¹³¹ Assim, quanto maior a intersecção e quanto menor a diferença entre os conjuntos, maior o grau de equivalência. De acordo com a formulação acima, se todos os objetos denotados por uma das expressões estiverem contidos na intersecção dos conjuntos (*i.e.*, se não houver nenhum objeto que pertença a apenas um dos dois conjuntos, ou seja, a intersecção e a união dos conjuntos são iguais e, portanto, os conjuntos são *o mesmo conjunto* (por conta do princípio da extensionalidade)), temos o grau 1 (máximo) de equivalência. Inversamente, quanto mais objetos pertencerem exclusivamente a um dos conjuntos, menor o grau de equivalência, sendo o grau zero (mínimo) o caso em que a intersecção dos conjuntos é vazia.¹³² Desse modo, quanto mais objetos pertencerem à união dos conjuntos, mas não à intersecção, menor o grau de equivalência (já que isso significava que o objeto em questão pertence a apenas um dos conjuntos). Quanto menor a disparidade entre a união e a intersecção dos conjuntos, maior a coincidência de seus membros e, portanto, maior o grau de equivalência entre os termos.

¹³¹ As barras verticais são uma função que retorna a cardinalidade de um conjunto (*i.e.*, o número de elementos do conjunto).

¹³² O caso de lidarmos com conjuntos vazios é um caso particular. Veremos como lidar com esse problema a seguir.

No entanto, o critério delineado acima é puramente extensional. Dessa forma, para dar conta de expressões que não possuem referente no mundo real¹³³, como as expressões *o atual rei da França*, *o deus Apolo* ou *o inventor da fusão fria*. Conforme discutido anteriormente, sem introduzir em nossa semântica as noções de intensionalidade e mundos possíveis, todas as três expressões possuiriam o mesmo significado, uma vez que elas estariam relacionadas à mesma realidade extra-lingüística (e, portanto, todas as três expressões seriam equivalentes no sentido “forte”). Assim, podemos dizer que as expressões não possuem o mesmo significado porque em determinados mundos possíveis (onde exista um rei da França, um deus Apolo ou onde a fusão fria já tenha sido inventada por alguém) elas possuem denotações diferentes.

Seguindo Lewis (1972), podemos tratar as intensões como funções que tomam como argumento determinados índices e resultam em extensões. Assim, podemos tratar a intensão da expressão *o deus Apolo* como uma função que, em um determinado mundo possível de índice *m1*, denota o conjunto vazio, em um outro mundo possível de índice *m2* denota um ser imortal, nascido na ilha de Delos, filho de Zeus e Leto, etc.¹³⁴ Assim, podemos dizer que duas expressões são equivalentes (no sentido “forte”) se, para cada valor assumido pelo índice de mundos possíveis, elas possuem a mesma extensão. Nos termos de Carnap (*apud* LEWIS, 1972, p. 182), poderíamos falar em equivalência no sentido forte quando houvesse *isomorfismo intensional*. Assim, poderíamos entender que duas expressões seriam intensionalmente equivalentes se e somente se para cada atribuição de valor de um dado índice elas resultassem em um mesmo referente.¹³⁵ Nós vínhamos tacitamente

¹³³ Cf. item 3.1, p. 110.

¹³⁴ Os índices propostos por Lewis são mundos possíveis, tempo, lugar (para dar conta de indexicais como *aqui*, *lá*), falante (para tratar indexicais como *eu*, *nós*), audiência (para tratar indexicais como *vocês*), objetos indicados (para tratar de indexicais como *este*, *isto*, *essa*) e discurso prévio (para tratar de anáforas). (Cf. LEWIS, 1972, p. 174 - 175). O domínio de argumentos das intensões seria, assim, um conjunto de ênuplas (grupos ordenados de qualquer número) de fatores relevantes para o estabelecimento da referência. Nos concentraremos aqui exclusivamente no índice mundos possíveis por razões de conveniência, mas o tratamento proposto por Lewis para os demais índices é paralelo.

¹³⁵ Lewis faz uma restrição adicional de que as intensões de expressões complexas sejam tratadas como funções de suas intensões mais simples, apresentando inclusive uma gramática para compor intensões complexas. Do contrário, teríamos que considerar que todas as tautologias têm o mesmo significado, já que elas são sempre verdadeiras (e portanto tem sempre a mesma denotação) independentemente de qualquer estado de coisas, e de modo

assumindo um tipo de co-intensionalidade em nossa definição, na medida em que considerávamos que dois termos são equivalentes se *sempre que* um deles é aplicável, o outro também o é. Adicionando as noções de intensionalidade e mundos possíveis, somos capazes de dar um tratamento formal ao problema.

Contudo, se por um lado esse tratamento dá conta dos casos de equivalência no sentido “forte”, temos algumas dificuldades mais severas ao lidar com casos de equivalência parcial. Nossa definição trata a equivalência parcial em termos do grau de coincidência entre os membros dos conjuntos-extensão das expressões sendo comparadas. De acordo com o critério proposto, um alto grau de coincidência entre os membros dos dois conjuntos indica uma proximidade grande de significado das expressões, ao passo que um baixo grau de coincidência indicaria a ausência ou quase ausência de relação entre o significado das expressões. No entanto, sem apelar a uma noção de intensionalidade, não estamos em condições de diferenciar um alto grau de intersecção devido à semelhança de significado de um alto grau de intersecção meramente accidental. Consideremos, por exemplo, o conjunto dos indivíduos que são brasileiros e homens e o conjunto dos indivíduos que são brasileiros e gostam de futebol: embora no mundo real haja um grau bastante alto de indivíduos que pertencem a ambos os conjuntos, não há nenhuma relação entre o significado dos predicados *ser homem* e *gostar de futebol*. Introduzir um conjunto de mundos possíveis em nossa análise não ajudaria em nada, já que teríamos mundos em que todos os homens brasileiros gostam de futebol, mundos em que nenhum deles gosta de futebol, mundos onde apenas a metade gosta de futebol, etc. Utilizando o critério de intensionalidade apresentado acima, somos capazes de dizer que as expressões *ser homem* e *gostar de futebol* não são equivalentes no sentido forte, mas não somos capazes de identificar se há alguma equivalência parcial entre as expressões ou não. Não seríamos capazes de diferenciar um caso como esse e o da palavra *ave* e o termo *nunggubuyu* mais próximo, por exemplo – nesse caso teríamos igualmente mundos em que haveria apenas aves, e o grau de

similar com as contradições. Manteremos a discussão em termos de expressões atômicas, conforme exposto acima, e portanto deixaremos a questão de lado.

intersecção dos conjuntos seria máximo, mundos em haveria apenas morcegos e o grau de intersecção seria zero, etc.

Poderíamos presumir que, tendo em vista um conjunto infinito de mundos possíveis, coincidências desse tipo fossem bastante reduzidas, afinal, não havendo nenhuma relação intrínseca entre os dois termos, as chances de um grau razoável de intersecção entre os conjuntos seriam pequenas. Mas essa seria uma afirmação meramente especulativa, não possuindo nenhuma base mais sólida. Esse é um problema bastante severo, uma vez que ele basicamente torna a definição de equivalência parcial aqui apresentada inócua. Afinal, uma mente criativa (e ociosa) poderia encontrar para qualquer que seja o conjunto de indivíduos denotado por uma expressão uma outra expressão, cujo significado não possua nenhuma relação com o da outra, mas cujos membros sejam altamente coincidentes. Infelizmente, até o presente estágio de desenvolvimento deste trabalho, não foi possível encontrar nenhuma saída para esse problema. Dessa forma, embora os primeiros passos na direção de uma possível caracterização formal da noção de equivalência parcial tenham sido apresentados, o produto final a que chegamos é claramente inadequado para tratar a questão, sendo necessário procurar outras possibilidades.

Contudo, quer nos parecer que, a despeito da ausência de uma caracterização formal adequada da noção, ainda há alguma validade na discussão apresentada sobre a produtividade e mesmo sobre a plausibilidade de se trabalhar com uma noção de equivalência gradual. Embora o resultado final ainda deixe muito a desejar, esperamos que o percurso feito até aqui tenha servido para tornar a noção de equivalência minimamente defensável. Além disso, a possibilidade de se trabalhar com a noção em outros quadros teóricos ainda permanece por ser verificada. No que se segue, procuraremos apresentar como a noção de equivalência semântica (tendo sido resolvidos os problemas pendentes) poderia ser incorporada a um modelo e suplementada por uma noção de equivalência pragmática (tendo sido desenvolvida) na tentativa de caracterizar o fenômeno tradutório por meio do uso desses conceitos.

4.1 Equivalência semântica e pragmática como relações tradutórias

Ao longo deste trabalho, procuramos caracterizar a equivalência (mais especificamente a equivalência semântica) como um tipo de relação partilhada por duas expressões ou porções quaisquer de texto, uma relação de proximidade entre seus significados. Além disso, procuramos também caracterizar (e esse é o objetivo central deste trabalho) a equivalência em termos de significação (semântica ou pragmática) como uma relação partilhada por um original e sua tradução, uma relação que pode (por hipótese) ser utilizada para *definir* o que significa traduzir. Conforme procuramos deixar claro, assumir essa postura não significa necessariamente negar a importância de outros aspectos envolvidos no ato de traduzir – afirmar que a significação desempenha um papel importante no entendimento do que significa traduzir não é o mesmo que afirmar que esse é o único aspecto relevante, e isso deve ficar claro. No entanto, ainda que diversos outros aspectos possam se mostrar relevantes e inúmeros outros fatores possam estar sob consideração durante o processo decisório de um tradutor, uma tradução não pode ser completamente divergente do original em termos de significação: um texto que não tenha nenhuma relação com o significado de um original certamente não pode ser considerado sua tradução.

Por outro lado, traduzir não remonta apenas a uma tentativa de reproduzir fielmente os significados de um original, tampouco a uma tentativa de *resgate* de sentidos. Como apontam os teóricos da vertente funcionalista, traduzir é uma tarefa que pode possuir propósitos variados e, portanto, assumir formas diversas.¹³⁶ A depender do propósito, a questão central pode não ser necessariamente a adesão estrita ao significado do original. Assim, a tradução de um poema certamente demanda outras preocupações de um tradutor que não apenas o significado veiculado, e da mesma forma o propósito da tradução de um texto de interesse político pode ser justamente distorcer os significados do original. Contudo, em nenhum desses casos o tradutor pode prescindir completamente dos significados do original. Mesmo dois poemas escritos exatamente no mesmo esquema métrico, com o mesmo esquema de rimas e

¹³⁶ Cf. Nord (2005), Vermeer (2000).

os mesmos recursos formais, sem nenhuma relação mínima entre os seus significados dificilmente seriam considerados como tradução um do outro. Mesmo no caso hipotético do texto de interesse político, a distorção do sentido não pode assumir qualquer forma, muito pelo contrário, ela deve se basear fortemente nos significados do original. Assim, embora as escolhas de um tradutor não sejam completamente *determinadas* pelo significado do original, certamente elas são *restringidas* por esse significado. Isso significa que, ainda que o tradutor disponha de um número virtualmente ilimitado de opções, nem toda opção é válida. Se tivéssemos decidido escrever uma tradução do romance *O Idiota*, de Dostoiévski, certamente não poderíamos apresentar como tradução o texto do manual de *Introdução à Lógica* ao lado do computador.

Nossa hipótese inicial era a de que o conceito de equivalência poderia nos ajudar a esclarecer que tipo de relação está em jogo entre dois textos para que possamos dizer que um é uma tradução do outro. Assim, tendo discutido um pouco mais longamente a noção de equivalência, estamos em posição de tornar mais claro como a noção pode nos ajudar.

Dissemos que deve haver uma relação entre o significado de um texto de partida e um texto de chegada para que eles sejam considerados como tais, e é precisamente como *uma relação entre os significados* que vimos tratando a noção de equivalência semântica. Se dois textos possuem uma relação desse tipo, podemos dizer, desse modo, que um é uma tradução do outro - se dois termos, sentenças ou textos são semanticamente equivalentes e pertencem a línguas (ou ao menos dialetos) diferentes, podemos dizer que temos uma relação tradutória entre eles (que um deles é uma tradução do outro - uma tradução potencial ou, certas condições tendo sido satisfeitas¹³⁷, uma tradução efetiva).

Desse modo, empregando a definição de equivalência proposta, poderíamos identificar um texto como tradução de outro (se soubermos qual dos dois textos foi escrito primeiro). Um texto que partilhe com outro uma relação de equivalência “forte”, cuja definição formal esboçamos neste capítulo, poderia, sob essas condições, ser classificado como uma tradução. De forma

¹³⁷ Como, por exemplo, ser posterior ao original, ter sido escrito com base nele, etc.

similar, um texto que possua uma relação mais fraca com um original, uma relação que procuramos caracterizar como equivalência parcial, poderia ser considerado como uma tradução, desde que essa relação possuísse um grau satisfatório de acordo com um julgamento específico que considerasse um parâmetro mínimo de equivalência, um parâmetro arbitrário e contextualmente dado. Esse parâmetro certamente assumiria valores diferentes, variando de informante para informante, por exemplo, caso submetêssemos duas porções de texto ao julgamento de diferentes indivíduos. Embora nesse caso os julgamentos certamente fossem controversos em um grande número de casos (a “região de penumbra”), nos casos mais prototípicos de tradução e de clara não-tradução os julgamentos provavelmente teriam um grau de acordo entre os informantes bastante grande. Ou ao menos isso é o que poderíamos esperar, se apenas o aspecto semântico estivesse sob consideração.

Contudo, é necessário relativizar essas expectativas por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, é possível que haja a intrusão de fatores de ordem normativa no julgamento de nossos informantes hipotéticos. Não é de todo raro encontrar posicionamentos que procuram desqualificar uma tradução tida como inadequada negando seu *status* de tradução, especialmente em se tratando de tradução literária. Numa tal perspectiva, apenas a “boa” tradução seria tida como tradução de fato, enquanto toda “má” tradução seria tratada como alguma outra coisa (possivelmente como *traição*, para usar um trocadilho já célebre). Mas, uma vez que nossa intenção é nos afastarmos o máximo possível de um critério normativo, parece mais adequado considerar como tradução mesmo aqueles casos tidos como *má* tradução. Nesse sentido, o critério proposto é “cego” no que diz respeito à qualidade da tradução. Um texto que seja semanticamente equivalente a outro, ainda que seja altamente inadequado do ponto de vista de sua funcionalidade, ainda será considerado uma tradução.

Além disso, uma vez que a tradução não se resume apenas ao aspecto semântico, não podemos esperar que um grau máximo de equivalência caracterize plenamente uma tradução prototípica. Se há outros aspectos igualmente relevantes para o entendimento do que significa traduzir, esses

aspectos provavelmente influenciariam o julgamento de um informante.¹³⁸ Isso significa que o critério proposto é incompleto e, portanto, não somos capazes de distinguir entre tradução e outros tipos de relações intertextuais apenas apelando à noção de equivalência semântica. Embora possamos afirmar com bastante segurança que um texto semanticamente equivalente a outro é uma tradução, não podemos, contudo, afirmar que um texto que não possua uma relação de equivalência semântica *não é* uma tradução, pelo simples fato de a equivalência semântica ser apenas *uma* forma de relação tradutória. Precisariamos, no mínimo, de um tipo de relação que desse conta do aspecto pragmático da significação, para então ensaiar uma tentativa de ser mais categórico ao afirmar um dado texto não é uma tradução. Sem um critério que dê conta da interpretação pragmática, não seríamos capazes de explicar como é possível traduzir um provérbio em uma língua L1 por outro provérbio em uma língua L2, ainda que semanticamente os provérbios sejam completamente diferentes, ou qualquer outra forma de significado não-composicional. Assim, teríamos dificuldades em explicar como é possível traduzir uma sentença como *está um pouco abafado aqui* por um pedido como *você poderia por favor abrir a janela?* - ainda que semanticamente as expressões signifiquem coisas completamente diferentes, pragmaticamente elas poderiam ter (no contexto apropriado) o mesmo “significado”.

Desse modo, nem a equivalência semântica, nem a equivalência pragmática são condições necessárias para que consideremos um texto como tradução, mas qualquer uma das duas é suficiente para tal. Se duas frases são semântica ou pragmaticamente equivalentes, isso basta para que consideremos uma como tradução da outra, mas elas não precisam ser ambos para isso. De fato, podemos esperar que uma tradução utilize freqüentemente um compromisso entre esses dois tipos de equivalência e não exclusivamente um ou outro. Mesmo uma tradução que procure adesão estrita aos aspectos semânticos de um texto dificilmente poderá abrir mão completamente de um mínimo de adequação pragmática, sob pena de se tornar ininteligível. Devemos notar, contudo, que esse mínimo de adequação pode ser posto em níveis

¹³⁸ O que não significa, contudo, que a noção de equivalência semântica seja capaz de caracterizar apenas traduções prototípicas, em especial se formos capazes de desenvolver uma caracterização mais adequada da noção de equivalência parcial.

bastante baixos - em uma tradução estrangeirizante, por exemplo, para utilizar a terminologia de Venuti (1995). Assim, seria possível traduzir com um enfoque semântico mesmo quando isso gera um “ruído” ou produz um estranhamento no público receptor.

Contudo, conforme vimos discutindo, uma tradução deve, em princípio, possuir algum grau de semelhança com o significado do original, seja em termos semânticos ou pragmáticos. Isso significa que, por hipótese, uma tradução deve possuir um mínimo de equivalência semântica ou pragmática para que seja considerada como tal. Assim, poderíamos esperar que uma tradução possua um grau de equivalência acima de um parâmetro contextual arbitrariamente estipulado (que poderia variar de cultura para cultura e de indivíduo para indivíduo). Outros fatores poderiam interferir, e certamente interferem, no julgamento de quanto de semelhança é necessário entre dois textos para caracterizar uma relação tradutória. Assim, uma tradução de um poema que siga a mesma métrica e os mesmos recursos formais provavelmente necessitará de um grau menor de equivalência semântica ou pragmática para ser considerada como tal do que uma tradução do mesmo poema escrita em prosa. Portanto, embora estejamos tratando esse parâmetro mínimo de equivalência como uma variável arbitrária (e certamente ela deve ser arbitrária em alguma medida), ela pode sofrer a influência de outros fatores, o que talvez possa torná-la menos imprevisível. Contudo, que tipo de fatores pode influenciar na questão e de que modo (e se de fato há alguma influência significativa) é matéria para uma investigação específica, o que extrapola os limites deste trabalho.

Conclusão

O critério aqui apresentado se pretende um critério formal que estabeleça as condições necessárias para que seja o caso que duas expressões ou termos sejam equivalentes. Propusemos duas definições formais para a noção de equivalência, uma que considera apenas que dois termos podem ser equivalentes (no sentido forte) ou não o serem de todo, e uma segunda definição que procurava admitir a possibilidade de diferentes graus de equivalência. Em relação à primeira definição, ela nos parece satisfatória. A segunda, no entanto, ainda sofre de deficiências que não podem ser ignoradas, necessitando ser revista. Procuramos também apresentar uma discussão sobre a interpretação e a significação que servisse de base para a discussão sobre a equivalência.

De acordo com a perspectiva adotada, duas expressões são equivalentes se elas possuem o mesmo significado, o que, de acordo com a concepção semântica aqui adotada, significa estar relacionado a uma mesma realidade extra-lingüística. Sendo um critério formal, a existência ou não de uma relação de equivalência nos termos expostos acima permanece uma questão empírica. No entanto, parece claro que, de uma perspectiva puramente semântica (*i.e.* deixando de lado questões que parecem ser pragmáticas ou de alguma outra ordem) é mais do que plausível aceitar a possibilidade de que duas sentenças tenham o mesmo significado. Trata-se de entender que há sim instabilidade e variabilidade dentro da língua, bem como diferenças inevitáveis, que são mesmo definidoras do que seja tradução (afinal, são as diferenças entre o texto de partida e o texto de chegada que nos permitem distingui-los e nos referirmos a eles como textos diferentes), mas que sem um mínimo de estabilidade lingüística não seria possível haver nem tradução, nem ao menos comunicação. Se as diferenças são fundamentais, as semelhanças são imprescindíveis para que se estabeleça uma relação tradutória entre dois textos, *i.e.* para que se aponte determinado(s) texto(s) de chegada como tradução de um certo texto e não como outro tipo de produção textual.

Se o presente critério se mostrar funcional, nós poderíamos julgar se uma dada sentença é uma tradução de uma outra ou não. O critério esboçado é puramente semântico e, portanto, poderia dizer apenas que uma dada sentença é uma tradução de uma outra (uma tradução potencial, ou uma tradução efetiva, certas condições sociais tendo sido satisfeitas), mas esse critério não pode nos dizer que uma dada sentença *não* é uma tradução de uma outra, pelo simples fato de que ele não dá conta de variáveis pragmáticas, textuais ou estéticas, por exemplo. Ele não dará conta, por exemplo, de nenhuma forma de significado não composicional, e permanece, portanto, incompleto.

Além disso, a escolha por trabalhar com um instrumental da Semântica da Teoria de Modelos poderia ser criticada, uma vez que apenas sentenças, e não porções maiores de texto, foram discutidas aqui. Contudo, não faz parte dos objetivos do presente trabalho uma descrição detalhada de um *corpus* a ser comparado com suas respectivas traduções, a fim de que se avalie a adequação de uma dada tradução, por exemplo. Esse não é o caso em primeiro lugar porque não estamos interessados na descrição de um *corpus*, mas sim na possibilidade *teórica* de haver equivalência entre diferentes línguas, e na produtividade heurística de um possível conceito de equivalência para explicar o que significa *traduzir*.

A segunda razão é que os objetivos deste trabalho são puramente descritivos e, assim sendo, não estamos interessados em julgar se uma tradução é boa ou ruim, em reafirmar algum “imperativo da fidelidade” ou legislar de alguma forma sobre as opções do tradutor. Não é de modo algum objetivo deste trabalho limitar o espectro de possibilidades de um tradutor no exercício de suas funções. Muito pelo contrário, estamos interessados em explicar o fato de que há um limite entre o que é considerado tradução e aquilo que não o é. Esse limite pode ser colocado mais perto ou mais distante do “centro” daquilo que normalmente se considera *tradução* (um fato que podemos ver claramente quando consideramos diferentes vertentes teóricas no campo dos estudos da tradução), mas isso não muda o fato de que nós ainda precisamos de um limite, ainda que seja um limite vago (*fuzzy*). Há coisas que são claramente traduções e outras que claramente não são, e uma teoria que pretenda explicar a tradução enquanto fenômeno *deve* dar conta desse fato.

Ademais, poderíamos procurar discutir a noção de equivalência partindo de um outro instrumental semântico que procurasse abranger porções maiores de texto, como a DRT (*Discourse Representation Theory*)¹³⁹ ou a Semântica Dinâmica¹⁴⁰, o que pode constituir um passo seguinte para testar a viabilidade e as possíveis vantagens de se trabalhar com a noção de equivalência em tradução.

Ao final, o conceito proposto para a noção de equivalência parece ter ficado tão distante e tão pouco semelhante àquela monolítica forma da equivalência biunívoca e irrestrita (ainda que jamais definida por ninguém), que se poderia questionar se ainda é possível chamá-la de equivalência e, para cada exemplo que se pudesse encontrar para palavras ou sentenças equivalentes, vários outros contra-exemplos poderiam ser dados. Como resposta a esse possível argumento, poderíamos responder com o célebre argumento dos analogistas, citado por Varrão no seu *De Lingua Latina* (VARRÃO, 1999): um anomalista, defensor da tese de que não é possível tratar a língua em termos de regularidades, uma vez que podemos encontrar irregularidades em toda parte, nos perguntaria se seria possível dizer que um etíope é branco só pelo fato de ele ter os dentes brancos. Já um analogista, defensor da tese de que, apesar das irregularidades da língua, é possível tratá-la em termos de suas regularidades nos perguntaria se não seria possível dizer que um homem está de sapatos, só porque os sapatos não estão por todo seu corpo. Essa é a resposta que gostaríamos de dar também a esse possível argumento contra uma noção *relativizada* de equivalência: não estamos aqui afirmando que sempre será possível encontrar equivalência ou que ela será plena em qualquer ocasião – o que estamos afirmando aqui é que podemos encontrar equivalências parciais, ou mesmo plenas em relação a um único um mais aspectos, de modo bastante recorrente e, se for possível dar um tratamento a essas ocorrências, não vemos porque não fazê-lo, em especial se pudermos obter algum ganho teórico com isso. E nesse sentido, este trabalho é uma primeira proposta.

¹³⁹ Ver Kamp (1981).

¹⁴⁰ Ver Groenendijk & Stokhof (1999).

Referências bibliográficas

- AUSTIN, John L. Performativo-Constativo. In LIMA, José Pinto de. (org.) *Linguagem e acção – da filosofia analítica à lingüística pragmática*. Lisboa: Apaginastantas, 1983 [1961]. p. 43-59.
- BACH, Emmon. *Informal Lectures on Formal Semantics*. Nova Iorque: State University Press, 1989. 150 p.
- BACH, Kent. *Pragmatics and the Philosophy of Language*. In HORN, Lawrence R. & WARD, Gregory (eds.). *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 864 p.
- BLUTNER, Reinhard. *Pragmatics and the Lexicon*. In HORN, Lawrence R. & WARD, Gregory (eds.). *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 864 p.
- BORGES NETO, José. Semântica de Modelos. In MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati & FOLTRAN, Maria José (orgs). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-46.
- _____. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. v. 1. 224 p.
- _____. *Ontology, Language, and Linguistic Theory*. (texto apresentado no Simpósio "Language and Ontology" - IEL/UNICAMP, julho de 2007a). Disponível em <http://people.ufpr.br/~borges/diversos/publicacoes.html>
- _____. A semântica das perguntas. (Texto apresentado em simpósio durante o LV Seminário do GEL - Franca/SP, julho de 2007b). Disponível em <http://people.ufpr.br/~borges/diversos/publicacoes.html>
- _____. *Imre Lakatos e a Metodologia dos Programas de Investigação Científica*. 2008. Disponível em http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/Lakatos.pdf
- CARNAP, Rudolf. *Foundations of Logic and Mathematics*. In *International Encyclopedia of Unified Science, Vol. 1, no. 3*. University of Chicago Press, 1942.
- CARPENTER, Bob. *Type-Logical Semantics*. Cambridge, Londres: The MIT Press, 1997. 575 p.

- CASSARO, M.; DEL DEBBIO, M; TREVISAN, J.M. & SALADINO, R. Tormenta. Daemon Editora: São Paulo, 2001. 203 p.
- CATFORD, J. C. Uma teoria Lingüística da Tradução. (tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da pontifícia Universidade Católica de Campinas). São Paulo: Editora Cultrix, 1980. 123 p.
- CHIERCHIA, Genaro. Semântica. (tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri & Rodolfo Ilari). Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003. 683 p.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Massachussetts: MIT Press, 1965.
- DAVIDSON, Donald. *Radical Interpretation*. In *Inquiries into Truth and Interpretation*. (pgs. 125-39). Nova Iorque: Clarendon Press, 1984.
- DASCAL, Marcelo. Interpretação e Compreensão. (tradução de Márcia Heloísa Lima da Rocha). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006. 729 p.
- Dascal, M. & Gruengard, O. *Unintentional action and non-action*. Manuscrito 4(2): 1981. p. 103-113.
- DERRIDA, Jacques. Torres de Babel. (tradução de Junia Barreto). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 74 p.
- FEYERABEND, Paul. Contra o Método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- FREGE, Gottlob. *Über Sinn und Bedeutung*. In *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, NF 100, 1892. p. 25-50.
- FISH, Stanley. E. *Is there a text in this class?: The Authority of Interpretative communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. 394 p.
- GAMUT, L. T. F. *Language, Logic and Meaning*. (vol. I). Chicago: The University of Chicago Press, 1991. 282 p.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. Nova Iorque: Academic Press, 1979.
- GONÇALVES, Rodrigo T. Perpétua prisão órfica ou Ênio tinha três corações: o relativismo lingüístico e o aspecto criativo da linguagem. Tese de doutorado: UFPR, 2008.
- GRICE, Paul. Querer dizer. In LIMA, José Pinto de. (org.) *Linguagem e acção – da filosofia analítica à lingüística pragmática*. Lisboa: Apaginastantas, 1983 [1957]. p. 89-105.

- _____. *Logic and conversation*. In COLE, P. & MORGAN, J. (eds.). *Syntax and Semantics, 3: Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press, 1975.
- GROENENDIJK, Jeroen & STOKHOF, Martin. *Meaning in Motion*. In HEUSINGER, K. von & EGLI, U. (eds.). *Reference and Anaphoric Relations*. Dordrecht, Kluwer, 1999. p. 47-76.
- HEIM, Irene & KRATZER, Angelika. *Semantics in Generative Grammar*. Malden, Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- ILARI, Rodolfo. Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 9, número 1, pp. 109-162. Belo Horizonte: UFMG, 2000 [1997].
- KAMP, Hans. 1981. *A theory of truth and semantic representation*. In GROENENDIJK, Jeroen; JANSSEN, Theo & STOKHOF, Martin. (eds.), *Formal Methods in the Study of Language*. Amsterdã: Mathematical Centre Tracts 135, 1981. p. 277-322.
- JUARRERO, Roque A. *What did the agent know?* *Manuscrito* 11: 1988. p. 107-113.
- KOLLER, Werner. *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Heidelberg: Quelle und Meyer, 1992. 343 p.
- LEVINSON, Stephen C. *Presumptive Meanings*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- LEWIS, David. *General Semantics*. In HARMAN, G. & DAVIDSON, D. (orgs.) *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1972. p. 169-218.
- _____. *Counterfactuals*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- MORTARI, César. A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 393 p.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida e a Literatura: "notas" de literatura e filosofia nos textos da desconstrução*. Niterói: EdUFF, 2001.
- NIDA, Eugene. *Towards a Science of Translating*. Leiden: Brill, 1964. 331 p.
- NIDA, Eugene & TABER, Charles. *The Theory and Practice of Translation*. Leiden: Brill, 1969. 218 p.
- NORD, Christiane. *Textanalysis in Translation* (tradução J. Gras Verlag). Amsterdã: Rodopi, 2005. 274 p.
- OTTONI, Paulo. *Tradução Manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: editora Unicamp; São Paulo: Edusp, 2005.

- PARTEE, Barbara H. *Possible Worlds in Model-Theoretic Semantics: A Linguistic Perspective*. In ALLEN, S. (ed.). *Possible Worlds in Humanities, Arts and Sciences*. Proceedings of Nobel Symposium 65 (Berlin/New York: Walter de Gruyter), 1989. p. 93-123.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 5, n. 8, março de 2007. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].
- PLAUTO. *A Comédia da Marmita*. Tradução de Walter de Medeiros. Brasília: Editora da UNB, 1994.
- POPPER, Karl. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1981[1963].
_____. *A Lógica das Ciências Sociais*. In POPPER, Karl. *Em Busca de um Mundo Melhor*. Lisboa: Fragmentos, 1992.
- QUINE, Willard Van Orman. *Word and Object*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- RECANATI, François. *Pragmatics and Semantics*. In HORN, Lawrence R. & WARD, Gregory (eds.). *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. 864 p.
- REIB, Katharina. *Texttyp und Übersetzungsmethode*. Kronberg: Verlag, 1976.
- RODRIGUES, Cristina C. *Tradução e Diferença*. São Paulo: Editora Unesp, 2000. 237 p.
- ROSCH, Eleanor. *Principles of Categorization*. In ROSCH, E. & Lloyd, B. B. (eds.) *Cognition and Categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1978. p. 27-48.
- SEARLE, John R. O que é um acto lingüístico. In LIMA, José Pinto de. (org.) *Linguagem e acção – da filosofia analítica à lingüística pragmática*. Lisboa: Apaginastantas, 1983 [1965]. p. 61-85.
_____. *The intentionality of intention and action*. Manuscrito 4 (2), 1981. p. 77-102.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. *Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação*. (tradução Celso Reni Braidão). Petrópolis: Vozes, 1999. 102 p.
- SNELL-HORNBY, Mary. *Übersetzen, Sprache, Kultur*. In SNELL-HORNBY, Mary (ed.). *Übersetzungswissenschaft - Eine Neuorientierung. Zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Tübingen: Francke, 1986/1994. p. 9-29.

STALNAKER, Robert. Pragmática. In DASCAL, M. (org.) Fundamentos metodológicos da Lingüística, volume IV, Pragmática. Campinas: edição do organizador, 1982 [1972].

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Disponível em <http://plato.stanford.edu/>

STEINER, George. Depois de Babel. (tradução Carlos Alberto Faraco). Editora da UFPR: Curitiba, 2005. 533p.

SUASSUNA, Ariano. O Santo e a Porca. (18ª ed.) Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

TOURY, Gideon. *In search of a theory of translation*. Tel Aviv: Porter Institute, 1980. 159 p.

_____. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdã/ Filadélfia: John Benjamins, 1995. 311 p.

TYTLER, A. F. *Essay on principles of translation*. In ROBINSON, D. (org.) *Western Translation Theory from Herodotus to Nietzsche*. Manchester: St. Jerome, 2002.

VARRÃO, Marcus Terentius. *On the Latin Language: books V- X*. (tradução Roland G. Kent). Londres: Harvard University Press, 1999.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: a history of translation*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1995. 353 p.

VERMEER, Hans J. *Skopos and Commission in Translation Action*. (tradução Andrew Chesterman). In VENUTI, Lawrence (ed.). *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000.

WIERZBICKA, Anna. "Prototypes Save": on the uses and abuses of the notion of "prototype" in linguistics and related fields. In SAVAS, L. T(ed.). *Meanings and Prototypes: Studies in Linguistic Categorization*. Londres: Rutledge, 1990. p. 347-367

ZADEH, Lotfi. *Fuzzy Sets*. Information and Control. Elsevier, v.8, n. 2, 1965. p. 338-353.